



TESE

JUHEINA LACERDA RIBEIRO VIANA ALENCAR

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL
VÍNCULOS ENTRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS E AS POLÍTICAS DA
PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE 1998 E 2021

ORIENTADOR: PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

GOIÂNIA, 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar

3. Título do trabalho

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL: Vínculos entre a Política de Avaliação de Periódicos e as Políticas da Pós-Graduação entre 1998 e 2021.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 21/06/2024, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar, Discente**, em 21/06/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4602649** e o código CRC **277D5035**.

JUHEINA LACERDA RIBEIRO VIANA ALENCAR

**AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL:
Vínculos entre a Política de Avaliação de Periódicos e as Políticas da Pós-
graduação entre 1998 e 2021**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração
Natureza e Produção do Espaço

Linha de pesquisa
Dinâmica Socioespacial

Orientador
Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

GOIÂNIA-GO
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alencar, Juheina Lacerda Ribeiro Viana
AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO
BRASIL: Vínculos entre a Política de Avaliação de Periódicos e as Políticas
da Pós-Graduação entre 1998 e 2021 [manuscrito] / Juheina Lacerda
Ribeiro Viana Alencar. - 2024.
CXLVIII, 146 f.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2024.

Inclui siglas, mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Produção científica em Geografia. 2. Periódicos científicos. 3.
Avaliação da produção. 4. Políticas de pós-graduação. 5. Capes. I. Oliveira,
Adriano Rodrigues de, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 02/2024 da sessão de Defesa de Tese de **Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar** que confere o título de Doutora em **Geografia**, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir das 14:00 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL: Vínculos entre a Política de Avaliação de Periódicos e as Políticas da Pós-Graduação entre 1998 e 2021**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Tadeu Pereira Alencar Arrais (IESA/UFG), membro titular externo; Professora Doutora Tathiana Rodrigues Salgado (UEG), membro titular externo; Professor Doutor Leandro Oliveira de Lima (IESA/UFG), membro titular interno; Professor Doutor Denis Castilho (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Adriano Rodrigues de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dezenove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL: Vínculos entre a Política de Avaliação de Periódicos e as Políticas da Pós-Graduação entre 1998 e 2021



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 19/01/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira De Lima, Professor do Magistério Superior**, em 19/01/2024, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 19/01/2024, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Pereira Alencar Arrais, Professor do Magistério Superior**, em 19/01/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tathiana Rodrigues Salgado, Usuário Externo**, em 19/01/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4308008** e o código CRC **8652ADAB**.

Referência: Processo nº 23070.070337/2023-51

SEI nº 4308008

JUHEINA LACERDA RIBEIRO VIANA ALENCAR

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL -
VÍNCULOS ENTRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS E AS POLÍTICAS
DA PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE 1998 E 2021

Tese de Doutorado apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia, defendida em 19 de janeiro de 2024, na presença da Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores doutores:

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira
(Orientador – Presidente da banca)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado
(Membro Titular)
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Tadeu Alencar Arrais
(Membro Titular)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Leandro Oliveira de Lima
(Membro Titular)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Denis Castilho
(Membro Titular)
Universidade Federal de Goiás

Ao meu filho Otávio, para quem dedico todo meu amor e cuidado!!

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Tadeu Alencar Arrais, a quem nunca serei capaz de expressar toda a minha gratidão pelos longos anos de orientação, incentivo, e, sobretudo, pela amizade que foi construída ao longo dos anos. Um exemplo de professor, em quem me espelho diariamente, e principalmente de ser humano.

Ao meu orientador Adriano Rodrigues de Oliveira, pelas orientações e principalmente pela paciência diante das inúmeras situações que ocorreram durante esta caminhada.

Agradeço à Tathiana Rodrigues Salgado e ao Leandro Oliveira de Lima pelas contribuições realizadas durante o exame de qualificação e defesa. São pessoas que ao longo de anos me mostraram o verdadeiro sentido do trabalho em equipe e do quanto esse trabalho é prazeroso e importante, sobretudo em tempos de pandemia.

Agradeço aos colegas de projetos acadêmicos e professores com os quais compartilhei muitas experiências acadêmicas, Jaqueline, Ana Luísa, Amanda, Bruno, Gisélia, Ester, Marcos Arriel, Ana Maria e Celene.

Aos meus amigos de longos anos e com quem compartilho experiências de vida: Gabriel, Izabel, Bruno, Priscilla, Cristiano, Cinthia por todas as longas horas e anos de amizade.

Ao meu padrinho Sílvio, por todos os anos de cuidado, de quem sinto uma falta inexplicável e por quem tenho afeto eterno. À minha tia Eliete e Bárbara por todo carinho e cuidado de sempre. E à Jaqueline, minha grande companheira de trabalho e que está sempre ao meu lado para compartilhar os bons momentos e os desafios, obrigada por tudo.

Aos meus avós, Alício e Jordelina, que partiram, mas que os ensinamentos me guiam em cada passo dado. A saudade é eterna e as lembranças sempre carregadas de amor e carinho.

À minha mãe, Aparecida, e à minha madrinha Valda, pelos longos anos de cuidado e pelo suporte em cada momento da minha vida e da vida do pequeno Otávio.

Às minhas primas Lanne e Lillian que sempre foram um sinônimo de trabalho e dedicação em suas lutas pela educação.

À minha segunda família, Cleomenes, Divino, Diogenes, Natália, Raul e minha princesinha Gabriela, para quem dedico todo meu carinho.

À minha família de Iporá, Adenilda, Edésio, Jaciane, Alan, Ana Beatriz, Fábio, Nádia, Kauã, Nara por todos os momentos que compartilhamos e por sempre fazerem tão bem a mim e à minha família.

Aos meus amigos de longa data Mariana e Oberdan, para os quais faltam palavras para expressar o afeto construído ao longo de anos.

Ao meu esposo Diego, com quem compartilho a vida e lindos projetos, o melhor deles, nosso filho, que hoje representa nosso amor e cuidado um para com o outro. Obrigada pelo apoio total em todos os momentos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, pela bolsa de estudo concedida e à Universidade Federal de Goiás por todo o suporte durante todos esses anos.

RESUMO

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL - VÍNCULOS ENTRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS E AS POLÍTICAS DA PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE 1998 E 2021

A ciência pode ser considerada um extenso sistema de produção de informações seja por meio de cartas, artigos científicos, livros, resenhas, dentre outros. O registro dessas informações é denominado produção científica e abrange um conjunto de publicações realizadas durante ou após a finalização de determinada pesquisa. Com a expansão universitária no Brasil, surgiu a necessidade de pensar sobre a consolidação de sistemas de pós-graduação que precisavam ser institucionalizados e regulamentados. Para alcançar esse objetivo, a Capes foi criada em 1951, tornando-se uma das principais instituições de apoio à pesquisa, não apenas no Brasil, mas com grande importância também no exterior. Sua atuação principal está vinculada à pós-graduação na definição de parâmetros de qualidade da produção científica e fomento de bolsistas em nível de Mestrado e Doutorado. Sua atuação tem sido ampliada constantemente com a expansão universitária e as novas demandas que a sociedade impõe ao longo dos anos. O desenvolvimento científico e informacional ocorrido no Brasil a partir da década de 1960 intensificou a expansão dos periódicos científicos, que se tornaram a principal ferramenta de divulgação da produção científica atualmente. Esse processo provocou a necessidade de avaliação da qualidade tanto dos programas de pós-graduação como das revistas científicas, que a cada quadriênio ou triênio são avaliadas considerando aspectos gerais e específicos das áreas, gerando como produto a estratificação capaz de demonstrar sua importância e relevância nacional. Portanto, existe um forte vínculo entre os periódicos científicos e a avaliação dos sistemas de pós-graduação nos quais professores e discentes apresentam seus trabalhos. O objetivo da pesquisa é relacionar a importância da política de avaliação dos periódicos e a avaliação da pós-graduação, tendo em vista que a estratificação altera a relação entre as publicações e as políticas da pós-graduação, interferindo diretamente nas exigências quantitativas e qualitativas exigidas.

Palavras-chave: Produção científica, Capes, Periódicos científicos, Pós-graduação, Avaliação.

ABSTRACT

EVALUATION OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN GEOGRAPHY IN BRAZIL - THE BOND BETWEEN THE POLITIC OF SCIENTIFIC JOURNAL EVALUATION AND THE GRADUATE POLITICS BETWEEN 1988-2021

Science can be considered as a wide information production system through letters, scientific articles, books, reviews, among others. This information registration is called scientific production and covers a range of publications released during or after a research. Because of the university extension, it emerged the need to think about the graduate system consolidation that needed to be institutionalized and regulated. In order to achieve the goal, in 1951, Capes was created, becoming one of the main institutions to foster research in Brazil and abroad. Its main activity is in graduate programs to define scientific production quality parameters and to foster Master and PhDs scholarships. Capes activity has been amplified with the university extension and the new society requests all over the years. The scientific and informational development occurred in Brazil after the 60s intensified the extension of scientific journals, which became the main tool of scientific dissemination nowadays. This process caused the need to evaluate the graduate programs and the scientific journals whose three-year term or four-year term are evaluated considering general and specific aspects of each area, resulting in a stratification product capable of demonstrating national relevance. Therefore, there is a strong bond between the scientific journals and the graduate systems evaluation where professors and students present their research. This research aims to relate the journals and graduate evaluation, considering that the stratification changes the relationship between publications and graduate politics, interfering directly on quantitative and qualitative requirements.

Keywords: Scientific production, Capes, Scientific journals, Graduate programs, Evaluation.

RESUMEN

EVALUACIÓN DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN GEOGRAFÍA EN BRASIL - VÍNCULOS ENTRE LA POLÍTICA DE EVALUACIÓN DE PERIÓDICOS E LAS POLÍTICAS DE LA POS-GRADUACIÓN ENTRE 1998 Y 2021

La ciencia puede ser considerada un largo sistema de producción de informaciones sea por medio de castas, artículos científicos, libros, reseñas, entre otros. El registro de esas informaciones es llamado producción científica y abarca un conjunto de publicaciones realizadas durante o después de concluir determinada investigación. Con la expansión universitaria en Brasil, surgió la necesidad de pensar sobre la consolidación de sistemas de posgraduación que necesitaban ser institucionalizados y reglamentados. Para alcanzar ese objetivo, la Capes fue creada en 1951, tornándose una de las principales instituciones de apoyo a la investigación científica, no sólo en Brasil, como también tiene una gran importancia en el exterior. Su actuación está vinculada a la posgraduación en la definición de los parámetros de calidad de la producción científica y el fomento de becas en grado de Maestría y Doctorado. Su actuación ha sido ampliada con la expansión universitaria y las nuevas demandas que impone la sociedad a lo largo de los años. El desarrollo científico e informacional ocurrido en Brasil a partir de la década de 1960 intensificó la expansión de los periódicos científicos, los cuales se tornaron la principal herramienta de divulgación de la producción científica actualmente. Ese proceso produjo la necesidad de evaluación de la calidad tanto de los programas de posgrado como de las revistas científicas que a cada trienio o cuatrienio son evaluadas considerando aspectos generales y específicos de los campos de conocimiento, generando la estratificación como producto capaz de demostrar su relevancia nacional. Por lo tanto, hay un fuerte vínculo entre periódicos científicos y la evaluación de los sistemas de posgrado en los cuales profesores y estudiantes presentan sus investigaciones científicas. El objetivo de esta tesis es relacionar la importancia política de evaluación de los periódicos y la evaluación de la posgraduación, teniendo en cuenta que la estratificación altera la relación entre las publicaciones y las políticas de la posgraduación, interfiriendo directamente en las exigencias cuantitativas y cualitativas.

Palabras clave: producción científica, Capes, Periódicos científicos, Posgraduación, Evaluación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Total de matrículas em cursos de graduação entre 2003 e 2012	43
Figura 02	Síntese das atualizações do portal dos periódicos	50
Figura 03	Total de periódicos disponíveis no portal de periódicos CAPES, entre 2001 e 2019	52
Figura 04	Comparação entre a tendência de publicação tradicional e o modelo atual	53
Figura 05	Elementos de pontuação em concursos de magistério superior ou educação básica, técnica e tecnológica	54
Figura 06	Número de cursos segundo as regiões	57
Figura 07	Instituição de programas de mestrado e doutorado por estado brasileiro entre 1971 e 2020	58
Figura 08	BRASIL: representação das despesas da união vinculadas à educação/ciência e tecnologia	61
Figura 09	Linha do tempo das FAPs	63
Figura 10	Instituições de Fomento à Pesquisa: orçamento executado, 2017 – 2021	64
Figura 11	Países com maior número de publicações <i>Web of Science</i> (2011-2019)	80
Figura 12	Estratificação da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil - 2021	82
Figura 13	Estratificação da produção científica dos programas de pós-graduação na região Centro-Oeste	83
Figura 14	Classificação Qualis Capes entre 2007 e 2019	86
Figura 15	Áreas de avaliação consideradas no quadriênio 2017-2020	89
Figura 16	Fluxo editorial do sistema OJS	93
Figura 17	Visão geral da Plataforma Sucupira, 2023	95
Figura 18	Ambiente interno do Qualis Periódicos - 2023	96
Figura 19	Modelo de avaliação geral proposto por Braga e Oberthofer (1982)	101
Figura 20	Roteiro para análise de mérito das revistas científicas - geral	105
Figura 21	Modelo para avaliação de periódicos científicos – Áreas de Humanas	106
Figura 22	Modelo para avaliação de periódicos científicos – Áreas de Exatas/Biológicas	107
Figura 23	Modelo para avaliação de periódicos científicos – Engenharia	108
Figura 24	Formulário de avaliação baseado na avaliação Qualis Capes Periódicos – 2010-2012	111
Figura 25	Ficha de Avaliação dos periódicos de Geografia quadriênio 2013-2016	117
Figura 26	Composição da avaliação Qualis Periódicos 2013-2016	119
Figura 27	Qualis Periódicos 2013-2016 – principais indexadores	120

Figura 28	Revistas avaliadas pela área-mãe geografia no quadriênio 2017-2020	123
Figura 29	Qualis dos periódicos avaliados pela área-mãe geografia no quadriênio 2017-2020	124
Figura 30	Programas de pós-graduação em geografia avaliados no triênio 2010-2012	128
Figura 31	Ficha de consulta aos docentes – Triênio 2010-2012	129
Figura 32	Composição da avaliação dos programas de pós-graduação em geografia – quadriênio 2013-2016	130
Figura 33	Formulário geral de avaliação da pós-graduação em geografia quadriênio 2017-2020	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Total de bolsas nível mestrado e doutorado entre 1953 e 2021	75
Gráfico 02	Composição da avaliação geral proposta Braga e Oberthofer (1982)	102
Gráfico 03	Composição da avaliação em humanidades	109
Gráfico 04	Composição (%) da avaliação Qualis Capes geografia triênio 2010-2012	113
Gráfico 05	Distribuição dos periódicos da área de geografia por estrato 2010-2012	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Configuração das instituições de ensino jesuítas no Brasil	35
Quadro 02	Síntese dos Planos Nacionais de Pós-Graduação 1975-2020	79
Quadro 03	Mudança dos estratos relacionados pela Capes	121
Quadro 04	Peso das indexações da ficha de avaliação do Qualis Capes (2017-2020)	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Evolução dos dados referentes ao Ensino Superior no Brasil entre 1962 e 1998	42
Tabela 02	Evolução do número de instituições de ensino superior por tipo no Brasil, 1970-2018	45
Tabela 03	Evolução do número de cursos de pós-graduação por região (mestrado e doutorado) de 1987-2021	69
Tabela 04	Total de periódicos por área do conhecimento considerados na proposta de Krzyzanowski e Ferreira (1998)	104
Tabela 05	Resultados da avaliação dos periódicos no quadriênio 2013-2016	116

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CROSSREF	<i>Makes Research Objects Easy To Find</i>
COPE	<i>Committe on Publication Ethics</i>
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
DEB	Educação Básica Presencial
DED	Educação a Distância
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
ORCID	<i>Open Researcher and Contributor ID</i>
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PROAPUPEC	Programa de apoio às publicações periódicas científicas da UFG
PNPG	Plano Nacional de Pós-graduação
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência
ProEB	Programas de Mestrado Profissional para a qualificação de professores da Rede Pública de Educação Básica
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 01.....	22
1 A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	22
1.1 A natureza do saber científico	23
1.2 Evolução da produção científica em Geografia.....	28
1.3 A universidade, a pesquisa e a produção científica.....	33
CAPÍTULO 02.....	46
2 AS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SUA EXPANSÃO	46
2.1 A importância dos periódicos científicos no Brasil.....	47
2.2 Expansão dos programas de pós-graduação e a expansão dos periódicos em Geografia...55	
2.3 A importância das Instituições de fomento para consolidação das publicações no Brasil .60	
CAPÍTULO 03.....	65
3 A CAPES E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E DOS PERIÓDICOS NO BRASIL	65
3.1 A CAPES e o processo de avaliação da pós-graduação Brasileira e dos periódicos no Brasil.....	66
3.2 O Qualis Periódicos como instrumento de avaliação da pós-graduação.....	76
3.3 O Qualis Periódicos e as peculiaridades metodológicas	84
CAPÍTULO 04.....	88
4 OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS PERIÓDICOS EM GEOGRAFIA	88
4.1 O Qualis Periódicos e as políticas editoriais na geografia.....	88
4.2 As hierarquias e espacialização da produção em geografia por estratificação.....	100
4.3 Relação entre as políticas de avaliação dos periódicos e as políticas de avaliação da pós- graduação.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS.....	137

INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna as universidades se apresentam como espaços de produção do conhecimento, onde se desenvolve a unificação entre as esferas do mundo subjetivo com o mundo objetivo. Embora tradicionalmente ocorra a associação conhecimento/universidade, não existe o monopólio do conhecimento. Diferentemente do senso comum, o conhecimento científico se apresenta como uma interpretação demonstrativa, que busca compreender os objetos e fenômenos além da sua aparência (Abbagnanno, 2007, p. 136). Apresentam-, então, alguns desafios à ciência moderna como a interpretação dos fenômenos e objetos ligados à sociedade e a disseminação desse conhecimento para além dos muros das universidades.

A comunicação científica antes realizada por meio das cartas foi sendo substituída por livros e, a partir da década de 1960, os periódicos científicos são definidos pela UEMG (2019) “como o meio pelo qual os resultados das pesquisas científicas são levados ao conhecimento público, bem como todo o processo metodológico relativo ao campo de estudo abordado pelo pesquisador”. Esses textos podem ser produzidos de diferentes formas a exemplo dos artigos, resenhas, relatos de experiência, informes científicos, notícias, entre outros formatos.

No início da década de 1950 foram criadas duas instituições voltadas para a formação e avaliação de pesquisadores e da pós-graduação no Brasil: 1: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), voltada para a expansão e consolidação da pós-graduação, 2: Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), responsável por fomentar a pesquisa científica e tecnológica para formação de pesquisadores.

Em meio aos avanços vislumbrados pelos programas de pós-graduação, a Capes, em meados da década de 1970, criou o sistema de avaliação e acompanhamento do desempenho, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade aos programas. A consolidação da avaliação da pós-graduação e o avanço dos periódicos científicos com o aumento exponencial do número de artigos trouxe novas demandas para a Capes, que na década de 1990 se tornou a responsável por sistematizar a avaliação dos periódicos científicos. Para isso, utilizou como critério de

seleção a vinculação destes aos programas de pós-graduação e estabeleceu grupos de trabalho nas diferentes áreas para sistematizar a avaliação dos periódicos.

A avaliação Qualis Capes Periódicos é o principal instrumento de avaliação da produção científica com reconhecimento internacional e por não ter um caráter duradouro sofre grandes críticas vinculadas aos critérios utilizados e à divulgação das avaliações, raramente são divulgados de forma transparente. Com isso, o modelo de classificação dos periódicos científicos brasileiros para efeitos de avaliação de programas e cursos de pós-graduação tem recebido diversas críticas ao longo das avaliações relacionadas à metodologia utilizada – que nem sempre apresenta critérios claros e condizentes com a realidade brasileira –, e em relação aos resultados, que nem sempre são divulgados de forma clara para a comunidade científica, conforme apontam autores como Rocha e Silva (2011), Maciel (2012), Arrais e Oliveira (2012).

Levando em conta esse cenário, o objetivo da pesquisa é relacionar a importância da política de avaliação dos periódicos e a avaliação da pós-graduação, tendo em vista que a estratificação altera a relação entre as publicações e as políticas da pós-graduação, pois é a partir dela que os diferentes pesquisadores escolhem os periódicos para divulgação de seus trabalhos.

Para atingir o objetivo foram analisados os documentos de área, dados disponibilizados, entre outros recursos, a fim de compreender as intensas alterações empreendidas ao longo das avaliações e seus reflexos tanto nas políticas editoriais, quanto nas publicações realizadas pelos docentes e discentes nos periódicos em geografia, considerando a importância da estratificação da produção científica.

Tendo em vista essas considerações, a estrutura deste trabalho foi organizada em quatro capítulos. No **Capítulo 01** apresenta-se o aporte teórico ligado ao histórico da produção científica nas diferentes ciências e em geografia, foco da nossa pesquisa, observando também de que forma a universidade se inseriu como *locus* da produção e divulgação científica.

No **Capítulo 02** trouxemos a importância das publicações periódicas no Brasil, demonstrando como elas se expandiram tornando-se o principal meio de publicação. Além disso, apresentamos a importância de instituições de fomento para a consolidação das publicações no Brasil por meio das bolsas de estudo e investimentos que possibilitaram a expansão dos programas de pós-graduação e dos periódicos científicos em geografia.

O **Capítulo 03** tratou dos modelos de gestão e avaliação dos periódicos no Brasil, mostrando a centralidade da Capes na avaliação tanto da pós-graduação quanto dos periódicos. Para isso, analisamos o Qualis Periódicos e sua relação com a avaliação dos programas de pós-graduação em geografia, demonstrando as peculiaridades da avaliação em geografia.

No **Capítulo 04** apresentamos os modelos de gestão e avaliação dos periódicos em geografia a partir da relação entre a avaliação do Qualis Capes e a avaliação dos programas de pós-graduação, mostrando a importância das publicações em periódicos científicos bem qualificados, o que traz a discussão dos parâmetros de avaliação dos periódicos que ao longo das avaliações foram sendo cada vez mais inseridos no que Macedo (2013) e Agápito (2016) chamam de lógica produtiva global, trazendo para a avaliação elementos com pouca conexão entre a realidade regional, o que desfavorece a natureza dos estudos realizados em geografia.

Ao final, essa pesquisa demonstra a relação entre as políticas de avaliação dos periódicos em geografia e as políticas de avaliação da pós-graduação que orienta seus docentes e discentes na escolha pelos periódicos com melhor desempenho na avaliação Qualis Capes, o que interfere, em última medida, na avaliação dos próprios programas demonstrando a relação direta entre as políticas de avaliação de ambos e a circulação científica em geografia.

CAPÍTULO 01

A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Este capítulo aborda conceitualmente a importância da ciência, considerada como um extenso sistema de produção de informações nas mais diversas formas de publicações, cuja função principal está relacionada à produção e disseminação de conhecimento. Para isso, é realizado um recuo histórico sobre a produção e disseminação do saber científico até a expansão das universidades, consideradas como importante lugar de produção e disseminação do saber científico.

Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões

Os versos decantados por Gilberto Gil representam uma reflexão sobre a forma de disseminação do conhecimento científico. Observa-se a preocupação em como os produtos e análises desenvolvidos nos espaços acadêmicos são apresentados à sociedade e qual a sua relevância para a resolução de problemas cotidianos que a população em sua diversidade enfrenta.

Na sociedade moderna as universidades se apresentam como espaços de produção do conhecimento, onde se desenvolve a unificação entre as esferas do mundo subjetivo com o mundo objetivo (Abbagnano, 2007). Importante ressaltar que, embora tradicionalmente ocorra a associação conhecimento/universidade, não existe o monopólio do conhecimento. Alves (2002) atenta para a importância do senso comum na resolução de questões inerentes à vida comum. Martins (1988, p. 3-4) analisa a relação entre o senso comum e as interações sociais que permeiam a vida cotidiana. Em suas palavras:

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos.

Diferentemente do senso comum, o conhecimento científico se apresenta como uma interpretação demonstrativa, que busca compreender os objetos e fenômenos além da sua aparência (Abbagnanno, 2007, p. 136). Notam-se, portanto, dois desafios para a ciência. O primeiro diz respeito às interpretações que os fenômenos e objetos demandam na sociedade contemporânea. O segundo, refere-se em como disseminar o conhecimento para além dos “muros” da universidade.

A universidade, desde seu surgimento até o presente momento, tem desempenhado um papel na produção do conhecimento sistematizado. Ao longo da história essas instituições, de estruturas e naturezas variadas, foram e são espaços privilegiados de pesquisa, inovação e disseminação do conhecimento científico produzido pelos distintos ramos das ciências.

Neste capítulo, exploraremos um pouco sobre o papel da universidade como um espaço onde o conhecimento é gerado, aprofundado e transmitido. Nosso objetivo é contextualizar que para além dos desafios de produzir o conhecimento, as Instituições de Ensino e pesquisa necessitam vencer o desafio da divulgação e universalização do conhecimento produzido.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira, a seguir, aborda a natureza do saber científico, apresentando a diferença entre o referido campo do conhecimento e outros saberes.

1.1 A natureza do saber científico

A ciência pode, dentre outras conceituações, ser considerada um extenso sistema de produção de informações nas mais diversas formas de publicações, cuja função principal está relacionada à produção e disseminação de conhecimento. O registro dessas informações é denominado como produção científica e abrange um conjunto de publicações geradas durante a realização, ou após a finalização de determinada pesquisa, por um pesquisador, grupo de pesquisa, instituição, ou por um conjunto de instituições, nas diferentes áreas do conhecimento, descrito por Grácio e Oliveira (2009).

A origem e consolidação no âmbito da ciência moderna é tratada sob diferentes aspectos, com contribuições de autores das mais diferentes áreas do conhecimento, a exemplo de Cherétien (1994) e Henry (1998), que demonstram a importância da produção científica como forma de disseminação do conhecimento globalmente.

Considerando a emergência da ciência moderna, os elementos estruturantes são tratados sob diferentes perspectivas teóricas, aliadas a constatações que já passaram por um processo de maturação científica. Cherétien (1994) defende que, apesar das diferentes abordagens e interpretações, é um consenso entre os cientistas que a ciência moderna se consolidou por meio da formulação de modelos teóricos matemáticos, promovida por Galileu, no século XVII, ao combinar os experimentos de laboratório com a descrição dos fenômenos. Desse modo, Cherétien (1994) considera a importância de se considerar o “Renascimento” partindo de uma análise entre os séculos XVI e XVII.

Em outra perspectiva, Henry (1998) analisa que as origens da ciência moderna ocorrem em um recorte temporal mais abrangente, que compreende os séculos XVI e XVIII, o qual a historiografia denominou como “revolução científica”. Para ele, ao contrário do que muitos historiadores defendem, essa revolução não rompeu radicalmente com os estudos “continuístas” que vinham sendo desenvolvidos anteriormente. Defende ainda que ao contrário do que se dissemina, mesmo na Idade Média, considerada pouco relevante nos estudos científicos, ocorreram contribuições consideráveis no âmbito das ciências da matemática a partir da noção de leis naturais e do método experimental. Portanto, o autor defende que a visão “continuísta” tem ganhado cada vez maior destaque quando se trata das origens de uma ciência que buscou compreender, descrever e explicar os modos de funcionamento do mundo físico. Porém, para o autor, essa nova forma de fazer ciência ainda está carregada de Whiggismo.¹

A ciência, como um produto social, é mutável e diversa. Quando partimos para as leituras de epistemologia das ciências, verificamos que ao longo da história das diferentes sociedades, a busca por respostas e inquietações sobre fenômenos naturais ou demandas sociais sempre foi uma demanda humana, e que a busca por resposta se deu de distintas maneiras, ou seja, percebemos que há várias formas de produzir o conhecimento. Alves (2015), Dutra (2010). Mas, o que podemos realizar enquanto exercício reflexivo é reconhecer algumas

¹ Whiggismo: Ponto de vista historiográfico, em geral lamentável, que julga a importância de eventos passados à luz de padrões preocupações etc., atuais, ou que se ocupa daqueles acontecimentos passados obviamente parecem ter conduzido ao atual estado das coisas. Uma ameaça sempre presente, capaz de comprometer o trabalho da história da ciência (Henry, 1998, p. 142).

características comuns aos trabalhos científicos. Pérez *et al.* (2001) nos falam, por exemplo, em alguns pontos de consenso, sobre o que é conhecimento científico.

Pérez *et al.* (2001) analisam o processo de deformação do conhecimento científico junto aos professores do ensino de ciências. No estudo são pontuadas cinco características elementares do trabalho científico, de modo a potencializar o diálogo com outras formas de conhecimento. Abaixo estão os pontos indicados:

1. A recusa da ideia de “Método Científico”;
2. A recusa de um empirismo que concebe os conhecimentos como resultados da inferência indutiva a partir de dados puros;
3. Destacar o papel atribuído pela investigação do pensamento divergente;
4. Procura da coerência global;
5. Compreender o caráter social do desenvolvimento científico (p. 136-137).

Os apontamentos desenvolvidos no estudo indicam para a necessidade do saber científico ser representativo à sociedade, não se restringindo a um conhecimento disseminado apenas nos espaços acadêmicos. Para além da produção do conhecimento científico, há a importante necessidade de comunicar e divulgar essas descobertas, um desafio a ser enfrentado por pesquisadores e instituições. A troca de conhecimento entre os cientistas e a sociedade nas diferentes áreas do conhecimento, historicamente, ocorrem por meios formais. As comunicações informais são por definição efêmeras, transmitidas por meio da fala em eventos como congressos, entrevistas ou mesmo videoconferências. Por outro lado, temos a comunicação formal, que possui maior duração sob a forma de materiais impressos e/ou plataformas digitais como livros, periódicos e relatórios de pesquisa. Ao longo do desenvolvimento humano, essas têm sido as formas mais comuns de comunicação com vistas ao avanço científico.

Por meio desse percurso científico, ocorrem constantes atualizações da produção de novos conhecimentos no mundo, que demandam a utilização de diferentes meios para apresentá-los à comunidade científica. Conforme apresentam Almeida e Guimarães (2013), essas variações estão ligadas às possibilidades técnicas e tecnológicas de publicação e difusão desse conteúdo, além dos hábitos e regras de cada área científica. Por exemplo, os pesquisadores das ciências sociais e humanas utilizam prioritariamente a publicação de seus resultados de pesquisa em livros e periódicos científicos; nas ciências exatas, biológicas, agrárias e da terra, predominam as publicações em artigos científicos, organizados sobretudo sob a forma de dossiês. Já nas ciências ligadas à computação e engenharias predominam formas de comunicação mais rápidas, como a publicação de textos completos em eventos e congressos.

Bourdieu (2004), ao abordar os usos sociais da ciência, traz importantes contribuições por meio de análises que versam sobre o campo científico, desde as escolhas científicas até a formação do capital científico, resultante dos trabalhos divulgados nos diferentes meios de comunicação. O autor propõe a noção de campo (campo científico) como um universo intermediário entre o texto e o contexto, necessário para promover o desenvolvimento científico. Apenas relacionar esses dois elementos não é suficiente para desenvolver as ciências, reduzindo a importância do fazer científico. Portanto é necessário um polo intermediário entre os dois extremos, que pode ser o “campo literário, artístico ou científico, isto é, o universo ao qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem e reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (p. 20).

No âmbito da produção científica, Bourdieu (2004) demonstra a necessidade de se distanciar da “ciência pura”, totalmente desvinculada dos elementos sociais, e da “ciência escrava”, vinculada exclusivamente a demandas político-administrativas. Nessa linha argumentativa, o autor traz a importância dos campos científicos pela possibilidade de permitir duas formas de poder, um vinculado às instituições e à posição dos indivíduos em cargos de direção e outro ligado ao prestígio pessoal e reconhecimento entre seus pares ou dos mais consagrados entre eles. Esse poder gera o capital científico dos autores e serve às estratégias de investimento e geração de lucros simbólicos com a obtenção de maior ou menor autoridade e prestígio destes no campo científico.

Gomes (2011), ao tratar de alguns elementos relacionados à história da ciência, afirma que a ciência racionalista está na “natureza do saber”. Para o autor, na Grécia e na Idade Média buscava-se uma verdade suprema, fosse com base na teologia ou de uma ordem ontológica. Foi para ele a “revolução epistemológica” que permitiu que os avanços fossem consolidados com a valorização metodológica, capaz de produzir a cada momento explicações melhores (Gomes, 2011, p. 67).

As diferentes contribuições demonstradas revelam que a tentativa de compreensão e explicação dos fenômenos remonta à antiguidade clássica, assim como as discussões e visões não são consensuais na busca por conhecimentos de relevância científica. Enquanto a bíblia atribuía ao homem um papel de submissão à terra, dominando os diferentes animais, Protágoras, sofista grego, proclamava que o “homem era a medida de todas as coisas”, ou seja, ele buscava compreender a subjetividade dos indivíduos tentando demonstrar que tudo era relativo e que não existia uma verdade absoluta. Nesse processo de evolução do pensamento, o destaque maior é Galileu que, ao sistematizar diferentes saberes fundou a ciência moderna, forneceu elementos

para que seu contemporâneo Francis Bacon pudesse publicar, em 1620, um novo projeto de restauração das ciências por meio de uma racionalidade específica e dominadora de sociedade (Cherétien, 1994, p. 84-85).

Até o século XIX, o histórico institucional da ciência na Europa pode ser percebido através da ciência experimental, partindo de maneiras extremamente subjetivas de concepção do mundo ocidental para formas cada vez mais racionais. Essa ciência que se desenvolveu fora das universidades foi a responsável, no século XIX, por criar as bases entre a ciência e as universidades que atualmente estão disseminadas pelo mundo.

No século XX observa-se a necessidade da institucionalização do saber científico como demonstrado por Videira (2007). O autor observou a relevância das sociedades científicas e cursos de pós-graduação na legitimação do conhecimento científico. No entanto, reconhece a dificuldade no estabelecimento de recortes temporais para tratar da história da ciência. Em suas palavras:

A história da ciência no século XX pode ser resumidamente apresentada como tendo realizado um deslocamento de um lugar, onde era considerada primordialmente como processo responsável pela legitimação de imagens de ciência – o que a tornava dependente da ciência –, para outro, no qual o ponto em questão é a análise crítica de todo e qualquer domínio científico (p. 127).

Considerando o desenvolvimento da ciência no século XX, faz-se necessário enfatizar a revolução técnico-científico-informacional, na qual é possível observar maneiras contraditórias em que ocorre a disseminação do conhecimento e produtos desenvolvidos pela ciência. Santos (1997, p. 40) analisa a relação entre técnica, espaço e tempo, observando que:

Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (Santos, 1997, p. 40).

A revolução técnica-científica-informacional apresentada por Santos (1997) está integrada ao desenvolvimento do saber científico em que modifica intensamente a relação tempo e espaço. O item a seguir contempla o debate acerca do desenvolvimento da geografia enquanto ciência, em que constantemente a categoria espaço é mencionada como ferramenta analítica.

1.2 Evolução da produção científica em Geografia

O conhecimento geográfico antecede a ciência moderna, como é possível observar na geografia grega a partir das análises desenvolvidas por Estrabão e Ptolomeu. Produção desenvolvida possivelmente entre os séculos I a.C. e I d.C.,² de maneira dispersa e que aos poucos foi sendo organizada pelos seus discípulos. De maneira geral, eles apresentam a dimensão da síntese geográfica, tendo como objeto de análise central a expansão do Império Romano, a exemplo dos estudos de Silva (2013) e Pereira (2010). Nessa linha, Pereira (2010) enfatiza que:

Para Estrabão, a geografia é direcionada principalmente para o alcance e as necessidades de governo, mas a atividade do geógrafo também tem uma parte não negligenciável de consideração teórica do tipo técnico, matemático e físico, e a que subjaz na informação histórica e nas narrações míticas que não têm projeção prática (Pereira, 2010, p. 4).

A essência da geografia para Estrabão estava centrada em um saber técnico, permeando a integração entre as ciências matemáticas e da natureza. Santos (1988) definiu a análise geográfica de Estrabão como um saber enciclopédico, em que a filosofia era elemento intrínseco ao desenvolvimento da geografia. Já Ptolomeu contribuiu com elementos significativos para o desenvolvimento da cartografia, em que buscava representar o mundo habitado. Segundo Brotton (2014, p. 28):

Ptolomeu definia sua tarefa de geógrafo como sendo a de “mostrar o mundo conhecido como uma entidade única e contínua, sua natureza e como ela se situa, levando em conta somente as coisas que estão associadas a ele em suas linhas gerais mais amplas”, que ele listava como sendo “golfos, cidades grandes, os povos e os rios mais notáveis, e as coisas mais dignas de nota de cada espécie”.

Guedes (2016), ao analisar a história das grandes navegações, constantemente utiliza de recursos cartográficos para a explicação das dinâmicas. Nota-se a utilização da geografia como ferramenta de planejamento para questões políticas, econômicas e militares. Esse direcionamento pode ser visto na frase de Lacoste (1988): “A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. Ao longo de seu livro, o autor aborda os contornos e usos políticos da disciplina ao longo de seu desenvolvimento.

² “Não se sabe a datação exata de sua obra, nem mesmo de seu nascimento e morte, mas os pesquisadores concordam que estamos lidando com uma obra produzida na passagem do século I a. C., para o século I d.C.” (Silva, 2013, p. 8).

Com a ascensão da modernidade, a geografia desenvolve estatuto de ciência, não mais sendo uma disciplina de síntese. Gomes (2011) enfatiza a relevância de Ritter e Humboldt no referido processo. Ambos os autores observaram a necessidade de analisar a Terra a partir da integração dos fenômenos. Ao abordar a contribuição de Humboldt, enfatiza-se que:

Seu olhar tinha por objeto os elementos mais variados do meio físico, mas não se limitava a eles, Humboldt observava também a sociedade local. Cada observação era analisada separadamente e em seguida recolocada em conexão com as outras, a fim de resgatar a verdadeira cadeia explicativa (Gomes, 2011, p. 151).

Considerando a percepção de Ritter, também era notório a preocupação com a articulação dos fenômenos, em que:

Segundo o raciocínio de Ritter, a simetria, a perfeição geométrica e a simplicidade funcional, percebidas pela botânica e pela biologia nas plantas e na anatomia dos animais, devem estar em correlação com a ordem e a harmonia da Terra tomada em seu conjunto. As leis dessa harmonia geral constituem o objeto fundamental da geografia (Gomes, 2011, p. 165).

La Blache, ao abordar o Princípio da Geografia Geral, apresenta a noção de unidade terrestre como fator central da análise geográfica. Ressalta-se que essa noção já ocorrera na antiguidade grega, recebendo contornos de exatidão a partir do momento em que a noção de esfericidade da Terra se introduz na ciência. Abordando especificamente o contexto geográfico, o autor aponta para a necessidade de algumas ponderações, pois:

Uns estudam a Terra como um todo, na sua unidade; para outros, a geografia é um repertório de informações ou descrições, onde, por uma inclinação natural, acumula-se tudo o que pode almejar a curiosidade, mas com o risco de perder de vista o objeto essencial, a própria Terra (La Blache, 2012, p. 49).

A escola francesa de geografia apresenta impacto significativo na geografia brasileira. Andrade (2017) destacou a relevante contribuição que Pierre Monbeig teve no desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro, a exemplo da formação de diversos geógrafos a nível de graduação e pós-graduação, bem como da direção de associações científicas, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros que presidiu durante 12 anos. Salgueiro (2006), em obra organizada, também apresentou as contribuições do geógrafo francês para a geografia humana brasileira.

Após a Segunda Guerra Mundial, observa-se na Europa a ascensão do racionalismo como diretriz de análise científica tendo no Círculo de Viena um elemento marcante. Observa-se também a disseminação de correntes positivistas nos Estados Unidos, de modo a alinhar o direcionamento do pensamento científico estadunidense ao europeu (Gomes, 2011, p. 223).

Com a ascendência do positivismo nas ciências, a geografia é tomada por um paradigma racionalista e hipotético dedutivo, em que tem como ponto de partida a homogeneização dos lugares. As diferenciações espaciais estavam pautadas em métodos oriundos das ciências exatas e/ou biológicas, como apresentado por Gomes (2011, p. 254):

Os modelos lógicos foram utilizados na ciência, notadamente, em razão do prestígio da física quântica, que obteve resultado a partir de uma conduta matemática, não proveniente de dados experimentais... A concepção sistêmica foi adaptada para as outras ciências nos anos trinta, primeiro para a biologia e em seguida na economia. Ela apresenta a vantagem de ligar os fenômenos às suas estruturas e de poder simultaneamente vê-los em diversos níveis, graças à utilização de subsistemas.

Vale destacar nesse contexto que a Geografia Teórica e Quantitativa propunha a ruptura com as práticas de análises da Geografia Tradicional, em que se priorizava a unicidade dos fenômenos. Burton (1963) destacou a importância de um método capaz de generalizar os fenômenos espaciais, de modo a romper com as descrições regionais desenvolvidas até então. Para o autor, a observação das regularidades era fundamental para o desenvolvimento de teorias, fundamento esse que era básico para o conhecimento científico moderno.

No Brasil, a Geografia Teórica Quantitativa ganhou força não através de uma evolução teórica ou de uma nova agenda de pesquisa, mas sim pelas necessidades de intervenção no planejamento urbano regional do país, conforme indicado por Abreu (2002, p. 48):

Num país como o Brasil, que passava por transformações radicais na base econômica e na estrutura da rede de cidades, essa mensagem foi prontamente captada. Numa época em que as forças de acumulação capitalista redesenhavam a estrutura espacial de fixos e de fluxos, seja por aceleração do processo de formação de áreas metropolitanas, seja por reformulação das relações interurbanas, seja ainda mediante o redesenho de toda a organização interna das cidades, não era mais possível e nem relevante concentrar esforços no estudo monográfico tradicional.

Ainda sobre o desenvolvimento desse método de análise na geografia brasileira, o autor apresenta dois pontos que segundo ele foi de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas, sendo eles a instituição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Corrêa (2000) apresentou que, mesmo a Geografia Teorética Quantitativa tendo se disseminado amplamente, ela sofreu inúmeras crises. Galvão e Faissol (1970) apresentaram os métodos matemáticos, que buscavam resultados objetivos e se caracterizavam como ponto estruturante da referida corrente do pensamento. Corrêa *apud* Azevedo e Barbosa (2011, p. 8) aponta para três questões que direcionaram as críticas à Geografia Teorética Quantitativa, sendo elas “coisificação das formas espaciais criadas pelo homem, neutralidade, quantificação que pretensamente fornecia objetividade e cientificidade e excessiva preocupação com semelhanças e regularidades em detrimento de diferenciações”.

A Geografia Crítica está pautada nas premissas do Materialismo Histórico-dialético. A análise das relações socioespaciais está regulada em elementos estruturantes da sociedade capitalista, a exemplo da acumulação do capital, relações de trabalho, circulação (mercadoria, pessoas, serviços e capitais), dentre outros. Engels e Marx (2007) apontaram que:

Por meio da concorrência universal, obrigou todos os indivíduos ao retesamento extremo de suas energias. Destruuiu, onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral, etc. e, onde logrou fazê-lo, transformou-as em uma mentira palpável. Criou pela primeira vez a história universal, fazendo com que toda nação civilizada e todo indivíduo, dentro dela, dependessem do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, acabando com o exclusivismo natural e primitivo de noções isoladas que existia até agora. Colocou a ciência da natureza a controle do capital e arrancou a última aparência de regime natural da divisão do trabalho. Em termos gerais, acabou com todas as relações naturais na medida em que foi possível fazê-lo dentro do trabalho, e reduziu todas as relações naturais a relações fundamentadas no dinheiro (p. 86-87).

A geografia crítica se apropria em grande medida dos estudos de Lefebvre (2008, 2009). O autor, a partir das reflexões do método Materialista Histórico-dialético, contrapõe as análises positivistas do espaço, compreendendo, por exemplo, as contradições socioespaciais que a estratégia de acumulação capitalista desenvolvia no meio urbano. Harvey (1980) também analisa esse fenômeno quando correlaciona a noção de Justiça Social com a cidade. Harvey contribui para a compreensão geral da relação entre o capitalismo e a produção espacial, em seu livro intitulado ‘A Produção Capitalista do Espaço’, no qual afirma que:

Durante muito tempo, ignorou-se a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista. Em parte, isso é consequência de uma falha de Marx, pois seus escritos sobre o assunto são fragmentários e, muitas vezes, desenvolvidos apenas de modo superficial. No entanto, o exame atento de suas obras revela que reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas (Harvey, 2005, p. 43).

Por meio dessa premissa, o autor despende muita atenção nas análises que compreendem as contradições do capitalismo em escala global, tanto no que diz respeito à estrutura geral do sistema, quanto seu impacto espacial, como, por exemplo, as cidades. O desenvolvimento da geografia crítica brasileira tem estreita relação com as premissas marxistas. Destacam-se nomes como o de Santos (2001), que analisou, dentre outros temas, a dimensão desigual da difusão da globalização no mundo. Nota-se, novamente, a influência da geografia francesa nessa escola do pensamento geográfico brasileiro, por exemplo, com influência da obra Lefebvrina em expoentes da geografia urbana brasileira, como o caso de Carlos (2011, 2013).

Claval (2007) compreende o espaço humanizado a partir das ações de organização do homem no intuito de proporcionar condições da convivência com um grupo social. O autor fragmenta esse modo de organização do espaço em duas vertentes. Primeiramente, os grupos domésticos, que se remontam às atividades da manutenção das necessidades básicas e do consumo do tempo cotidiano. Posteriormente, aos locais das atividades profissionais em que relata a dissociação entre o local de trabalho e do domicílio.

Dardel (2011), buscando associar o conhecimento científico com a sensibilidade do indivíduo, apresenta a importância da geografia no aprofundamento da realidade para além da materialidade, em que se considera o mundo imaginário, com a inserção dos seus conteúdos simbólicos. Esse caminho de análise das espacialidades é denominado pelo autor como a geografia interior.

Para Corrêa (2008), outras importantes contribuições para o desenvolvimento da geografia cultural se reportam em Tuan (1980) e Gallais (1967). Segundo o autor, as contribuições deste último são fundamentais para a compreensão do espaço vivido, que em pesquisa nas sociedades tropicais primitivas constatou que esse conceito é fragmentado de acordo com o pertencimento aos distintos grupos sociais.

Na concepção de Tuan (1980), a noção espacial se divide em duas vertentes de acordo com cada indivíduo, a exemplo dos estados patológicos de agorafobia e claustrofobia. O autor coloca que “o espaço aberto significa liberdade, a promessa de aventura, luz, o domínio público, a beleza formal e imutável; o espaço fechado significa a segurança aconchegante do útero, privacidade, escuridão, vida biológica” (p. 31). Também é destacado que a questão do vínculo, do afeto individual pelo espaço, se altera de acordo com as classes sociais, como destacado no caso da classe operária que habitava o bairro de *West End*, em Boston.

Atualmente, da geografia humanista brasileira se destaca a produção realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Tempo da Universidade Estadual do Rio de

Janeiro. Também de acordo com Corrêa e Rosendhal (1999), é importante ressaltar a importância de outros núcleos, a exemplo de Goiânia, Fortaleza e Uberlândia.

Enfim, a geografia humanista vem sendo foco de diversas leituras espaciais. A obra organizada por Rosendhal e Corrêa (1999) apresenta a heterogeneidade de possibilidades de análises a serem desenvolvidas na geografia humanista. A seguir, destacam-se algumas possibilidades de análise desenvolvidas pela geografia humanista:

1. Haesbaert (1999) trabalha com a questão da identidade territorial, a partir da identidade social, de forma a não negligenciar a indissociabilidade das dimensões individuais subjetivas. O autor coloca que mesmo com a reconfiguração das funcionalidades espaciais, permanecem algum tipo de identidade entre os sujeitos e o espaço.
2. Maia (1999) apresenta a dimensão espacial das festas populares brasileiras e a importância das formas espaciais, em que se destacam as festas religiosas. Na mesma perspectiva, Almeida et al (2011) propõe uma análise das festas populares enfocando os padroeiros dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia.
3. Ratts e Souza (2009) analisaram as relações étnico-raciais correlacionando-as com as estruturas culturais e espaciais. Almeida (2010) discute os territórios e as territorialidades da comunidade Kalunga no nordeste goiano.
4. Oliveira (2006) apresenta a importância da fenomenologia para o ensino de educação ambiental através dos mapas mentais. Outro caso é o de Andrade (2010), em que busca apresentar as contribuições das músicas populares para a compreensão dos processos urbanos que ocorrem no município de São Paulo.

A diversidade de estudos contemplados pela área de geografia possibilita a interpretação das contradições socioespaciais.

1.3 A universidade, a pesquisa e a produção científica

As questões educacionais no Brasil remontam ao Período Colonial quando se dá a chegada da família real ao Brasil, porém, representaram pouca centralidade nas discussões, tendo em vista a importância das atividades econômicas encaminhadas pela doutrina

mercantilista da metrópole portuguesa nos séculos XV e XVI. Esse cenário levou o Brasil a se tornar um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior. Ao longo de nossa análise, demonstraremos como o Estado em suas diferentes acepções foi capaz de alterar os rumos da educação a partir das mais diversas estratégias. Para isso, consideramos o Estado como “a forma sob a qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns, e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época” (Engels; Marx, p. 89, 2007).

Centraremos nossa análise no papel que as instituições de ensino superior, sobretudo as universidades desempenharam na história do país e de que forma os diferentes agentes políticos e econômicos conduziram seus avanços e retrocessos para a criação das primeiras instituições de ensino superior até a contemporaneidade.

De maneira genérica, as instituições de ensino superior podem ser definidas como “comunidades (mais ou menos) autônomas de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior” (Charle; Verger, 1996), em que, o principal objetivo é a investigação científica, conforme aponta Santos (2013). Sua origem remonta países como Itália, França e Inglaterra no século XII. Na América, sua origem está relacionada sobretudo à colonização espanhola no século XVI, mais precisamente em 1538, com a criação da primeira universidade, a Universidade de São Domingos (Atual República Dominicana), seguida de outras no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738), somando aproximadamente 26 ou 27 universidades, enquanto no Brasil não existiam sequer instituições de ensino superior.³ Sua principal função era preparar os missionários para garantir a disseminação da cultura e costumes nativos em suas línguas (Cunha, 2007a).⁴

No Brasil, a primeira instituição de ensino secundário foi criada pela Companhia de Jesus,⁵ em 1550 na Bahia, inicialmente com a disponibilidade apenas do curso “elementar”, com a implantação, em 1553, do curso de humanidades e dos primeiros cursos de ensino superior em Artes e Teologia, em 1572. O quadro 01 apresenta algumas informações a respeito da estrutura de ensino implantada:

³ A primeira Universidade Portuguesa surgiu em Lisboa em 1288, transferida em 1537 para Coimbra.

⁴ Enquanto isso, na América do Norte foram Harvard (1636), Yale (1701) e Filadélfia (1755).

⁵ Criada em 1540, a Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549 e tinha apoio estatal, bem como sesmarias destinadas à manutenção de estabelecimentos criados. Sua principal missão era de dar apoio religioso aos colonos. Porém assumiu, até sua expulsão em 1759, grande centralidade ao fundar instituições com diferentes graus de ensino.

GRAUS DE ENSINO			
Duração estimada	Curso	Diretrizes curriculares	Grau conferido
1 ano	Elementar	Leitura; Escrita; Números	-
2 anos	Curso de Humanidades	Gramática; Retórica; Humanidades	-
3 anos	Curso de artes/Ciências Naturais/Filosofia	Lógica; Física; Matemática; Ética; Metafísica	Bacharel e Licenciado
4 anos	Teologia	Teologia Moral (Ética cotidiana); Teologia Especulativa (estudo dos dogmas católicos)	Doutor

Quadro 01. Configuração das instituições de ensino jesuítas no Brasil

Fonte: Cunha (2007).

Durante o período em que a Companhia de Jesus esteve no Brasil foram criadas 17 instituições de ensino nos moldes apresentados no quadro 01. Os Jesuítas também eram os responsáveis pelo ensino em Portugal e, embora aplicassem a mesma estrutura de ensino em um número maior de cursos ofertados, a validade não era correspondente. Essa estrutura gerou intensos debates entre a administração colonial e metropolitana, para que ambos tivessem a mesma validade.⁶ Apesar dos conflitos, esse era o cenário resultante das políticas de centralização implementadas pela Coroa portuguesa, cujos objetivos básicos eram, por um lado, disponibilizar um curso profissionalizante para atender às demandas de trabalho em áreas específicas (medicina, direito e engenharia) e, por outro, atender às demandas das elites agrárias.⁷

O primeiro colégio criado na Bahia foi o mais próspero, até a expulsão dos Jesuítas ocorrida em 1759, sob a condução do Marquês de Pombal. A nova política adotada era proveniente das mudanças de pensamento ligadas à expansão das atividades capitalistas. Na metrópole, isso correspondeu à reforma da Universidade de Coimbra em 1770, sob a perspectiva de destruição da “velha” universidade e criação de uma “nova” intitulada moderna. No Brasil, a ausência dos Jesuítas promoveu a destruição pura e simples de todo o sistema de ensino praticado até então, para a implantação sob a orientação disponível em decretos e documentos baseados nas políticas do Marques de Pombal e concretizados sob a forma de novas

⁶ A justificativa de Portugal para negar a equivalência entre os cursos oferecidos era de que as elites brasileiras não aprovavam a mistura entre brancos e pardos no ambiente escolar, pois os pardos seriam um mau exemplo, e por isso não podiam frequentar o mesmo espaço, o que provocou a “expulsão dos pardos” como alternativa a aprovação da equivalência entre os cursos ocorrida em 1689 (Cunha, 2007).

⁷ A primeira Universidade Portuguesa surgiu em Lisboa em 1288, transferida em 1537 para Coimbra.

diretrizes educacionais, promovendo uma total ruptura entre as novas práticas e o que vinha sendo praticado.⁸ Conforme apontam Maciel e Shigunov Neto (2006), a:

“reforma de ensino pombalina pode ser avaliada como sendo bastante desastrosa para a Educação brasileira e, também, em certa medida para a Educação em Portugal, pois destruiu uma organização educacional já consolidada e com resultados, ainda que discutíveis e contestáveis, e não implementou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional.” (Maciel; Shigunov Neto, 2006, p. 475).

Em consonância com os apontamentos de Cunha (2007a), os autores pontuam que a reforma pombalina ao invés de promover mudanças positivas no sistema educacional, provocaram no Brasil a desorganização e decadência de um projeto que vinha sendo desenvolvido até aquele momento, que apesar de apresentar diversos problemas no seio dos conteúdos ministrados, poderia ser renovado por meio de políticas consistentes com a realidade colonial.

Apenas no início do século XIX, precisamente em 1808, quando a Coroa portuguesa, ameaçada pelas invasões napoleônicas se transferiu para o Brasil, é que a educação brasileira passou por novas transformações voltadas para atender as demandas de profissionais que já existiam, aumentando seu número e criando novos cursos para suprir as demandas por profissões ainda inexistentes, mas que precisavam ser criadas para atender às elites portuguesas. Os objetivos foram centralizados na valorização do ensino profissionalizante (em áreas como química, economia, agricultura, comércio etc.) para atender às demandas de trabalho em áreas específicas e aumentar o número de profissionais que já existia, expandindo o número de instituições com os cursos de medicina, direito e engenharia, que deveriam atender às demandas das elites. Inicialmente não foram criadas universidades, mas um conglomerado de escolas autárquicas, com forte orientação napoleônica, buscando romper com o quadro medieval, impregnado de religiosidade. Era preciso romper com aquele quadro para progredir, conforme aponta Ribeiro (1978, p. 19).

Para isso foram criadas três escolas: a de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio. Em 1810, foi fundada a Academia Real Militar,

⁸ No Brasil foram implantadas as chamadas aulas régias e com elas houve a tentativa de implantação da laicidade no contexto escolar, o que foi visto de forma positiva dentre os inúmeros fracassos que a política moderna de Pombal representou, como coloca Almeida (2008).

transformada em Escola Central e depois em Escola Politécnica (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ (Schwartzaman, 2001). Anos mais tarde foram criadas duas faculdades de direito, uma em São Paulo e outra em Olinda, o que demonstra de forma clara que o objetivo da Coroa portuguesa não era criar universidades que objetivassem ensino e pesquisa com a difusão de ideias e do desenvolvimento de um espírito crítico e reflexivo nos estudantes, mas sim, a criação de um pequeno corpo técnico profissional em “escolas autônomas” capaz de atender às demandas das elites locais, conforme aponta Durham (2005, p.188).

De acordo com Teixeira (1969), a educação sempre foi utilizada para impor um modelo social desejado e no Brasil não foi diferente. O modelo educacional teve uma expansão lenta e desvinculada das diretrizes da igreja, mantendo condições educacionais próximas do que se tinha no Período Colonial até a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889. Durante a Primeira República (1889-1930) houve a expansão dos ideais positivistas entre as lideranças republicanas, com a instituição dos exames de acesso ao ensino superior, sua descentralização, além da criação de novas instituições, sobretudo aquelas ligadas ao modelo colonial, ou seja, autônomas para a formação de profissionais liberais (Kullo, 2000; Cunha, 2007a).

Apenas nos anos finais da Primeira República, na década de 1920, houve a criação da primeira universidade federal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu contexto de criação estava vinculado à intensificação do processo de urbanização, crescimento da indústria e aos movimentos culturais, a exemplo da Semana de Arte Moderna realizada em 1922, ou seja, num processo de modernização do país. Sua criação, portanto, não se restringiu exclusivamente às políticas implementadas pelo estado, mas sim a uma nova perspectiva de universidade, com funções que nesse momento começaram a ser pensadas no sentido de desenvolvimento da sociedade. Os ideais de modernização foram sendo incorporados na esfera do ensino por diferentes grupos de pesquisadores que buscavam a reforma do ensino sob outros preceitos relacionados a “centros de saber desinteressado”, como aponta Durham:

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional (2005, p. 196).

As reflexões sobre modernidade e necessidade de transformação do ensino superior no país com vistas ao desenvolvimento foram apropriadas pelo chamado “Estado Novo”, liderado

por Getúlio Vargas que, ao tomar o poder, dá início a uma política de centralização no campo educacional, dando fim à Primeira República, em 1930. Em 1931 ocorre a primeira grande reforma do ensino superior, denominada “Francisco Campos”, relacionada ao ensino secundário e superior. Esse é um período que merece destaque no desenvolvimento do ensino superior no Brasil, marcado por intensas disputas entre a igreja católica e os intelectuais liberais pelo gerenciamento dos recursos públicos que seriam destinados às universidades, como aponta Leite (2006). O resultado foi a consolidação das universidades como principal instituição a ofertar o ensino superior, conforme consta no Decreto número 19.851 de 1931, em seu Artigo 1:

“O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior” (1931)

Possibilitava, portanto, a concessão de “privilégios universitários” como o direito ao exercício de profissões liberais com a prerrogativa de respeito à cultura, pesquisa científica e autonomia institucional, porém deveriam respeitar os padrões impostos. Para isso, seriam submetidas a uma rígida fiscalização governamental.

A Universidade Nacional do Rio de Janeiro foi criada nesse modelo para ser copiada pelas demais. Porém a universidade que conquistou maior prestígio no período foi a Universidade de São Paulo. Criada em 1934, era controlada pelo Governo Estadual e fazia forte oposição ao Estado Novo. Ela logrou grande destaque com sua Faculdade de Filosofia dada a contribuição de professores franceses, alemães e italianos, que trouxeram suas experiências ligadas à pesquisa, consolidada como uma das funções básicas da universidade.

Após 1930 se intensificou a interferência econômica do governo para promover a industrialização e desenvolvimento do país sob perspectivas autoritárias de gestão. No campo político houve a redução de poder das oligarquias e o sucessivo aumento de poder da burguesia industrial, num regime autoritário, com traços fascistas e sem a mobilização das massas. Já o campo educacional empreendeu duas políticas distintas.

Por um lado, uma perspectiva liberal tendo como principal influenciador Fernando de Azevedo por meio de suas pesquisas de 1926 e reforma no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), representando um liberalismo elitista que buscava a formação escolar para as classes médias, atendendo aos interesses sociais e pedagógicos das oligarquias. Esse quadro foi

cedendo espaço a partir de 1932 a um liberalismo mais igualitário que se aproximava dos interesses das massas trabalhadoras liderado por Anísio Teixeira.

Por outro lado, consolidaram-se também doutrinas fascistas cujo fruto ao nível das escolas superiores foi a criação da União Nacional de Estudantes (UNE), em 1937. A tentativa com sua criação era a cooptação dos estudantes, porém o movimento ganhou força dentro de suas orientações democráticas se consolidando frente ao Estado Novo repressor como um importante instrumento de consolidação do ensino superior (Cunha, 2007a, p.206).

Durante todo o Período Republicano, apesar dos avanços concretizados a partir da implantação de algumas universidades que atuavam ainda de forma tímida, até 1945 houve pouco crescimento, o qual permaneceu durante a Segunda República até a década de 1960. A maior importância estava ligada ao ensino profissionalizante para atender às demandas do setor urbano-industrial provenientes do pós-guerra. A igreja, que não abandonou seu projeto de buscar a consolidação do seu espaço na esfera universitária, criou no Rio de Janeiro a primeira Universidade Católica do Brasil por meio do Decreto 8.681 de 1946.

No início da década de 1950 foram criadas duas instituições voltadas para a formação e avaliação de pesquisadores e da pós-graduação no Brasil: 1: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), voltada para expansão e consolidação da pós-graduação; 2: Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), responsável por fomentar a pesquisa científica e tecnológica para a formação de pesquisadores. Essas duas instituições em sua gênese não operavam na lógica imposta pelo estado, mas na avaliação por pares dos programas de projetos financiados. Ao longo dos anos foram concretizando uma política de longo alcance com resultados positivos e consolidados até os dias atuais.

Durante o período de 1945 e 1968, o movimento dos estudantes cresceu substancialmente, assim como os conflitos destes e de professores jovens em defesa do ensino público, em oposição às escolas isoladas e pela transformação do setor privado que estava em ascensão para a absorção pelo setor público. Ou seja, buscava-se a transformação da educação, sobretudo superior, em nome de uma universidade mais igualitária. Para isso se debatia a extinção da cátedra para uma organização universitária democrática. Debate que estava vinculado à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 1961 e que muito beneficiou o setor privado com a aprovação da liberdade no ensino, conforme aponta Martins (2002) ao tratar do ensino superior no Brasil.

Essa discussão do ensino superior tinha como pano de fundo o fim da Era Vargas e a ascensão do Regime Militar iniciado em 1964 com a promoção durante a década de 1970 do

chamado “milagre econômico”. Com isso, o regime aos poucos conseguiu destituir o movimento estudantil, aumentando a repressão já praticada no governo anterior, mas que representou maior autoritarismo e violência. Além disso, o setor privado cresceu ainda mais graças ao ganho que obteve com a aprovação da LDB, conseguindo crescer substancialmente principalmente a partir da década de 1970, conforme afirma Durham (2005) ao demonstrar esse crescimento a partir do número de matrículas efetivas das universidades.⁹ Esse crescimento, porém, estava ligado às demandas das classes médias que buscavam as novas oportunidades de emprego com o momento de crescimento econômico, ou seja, não ocorreu a democratização do ensino para as classes trabalhadoras, que continuaram subjugadas a um projeto de elite.

A reforma realizada durante o período militar (1964-1985), em 1968, responsável pela deterioração dos direitos civis, inspirou-se em muitos ideais do movimento estudantil e de intelectuais de décadas anteriores. Dentre os avanços podemos citar: 1. a instituição dos departamentos como unidades mínimas para cada curso; 2. A introdução do ciclo básico durante o primeiro ano de formação universitária; 3. Reorientações do currículo em dois ciclos, o básico e o profissionalizante; 4. Alteração do exame vestibular de modo a torná-lo classificatório para incorporação de um maior número de estudantes; 5. Extinguiu as cátedras, 6. Tornou as decisões no âmbito universitário mais democráticas, centralizadas em órgãos federais; 7. Institucionalizou a pesquisa, como importante elemento de transformação social, função central para o desenvolvimento das universidades e dos programas de pós-graduação que serão tratados adiante. Vale lembrar que todas essas reformas e transformações universitárias aumentaram significativamente os custos, promovendo a expansão cada vez maior dos Centros Universitários, como pontua Santos (2013).

No decorrer da década de 1980, a América Latina presenciou uma profunda crise econômica, a chamada “década perdida”, a qual, para além do âmbito econômico, reverberou na diminuição das demandas pelo ingresso ao ensino superior, em vista do aumento do número de reprovados no 2º grau e evasão escolar, além da desorganização universitária frente às novas exigências do mercado. Desse modo, o crescimento das universidades permaneceu pouco alterado tendo como parâmetro o total de ingressos contabilizado pelos censos do ensino superior (MEC, 2018). Além disso, com o fim do Regime Militar instala-se, do ponto de vista político, o processo de redemocratização com intensas transformações políticas até a década seguinte.

⁹ Em aproximadamente 20 anos o número de matrículas no ensino superior saltou de 95.691 em 1960 para 1.345.000 em 1980, representando as maiores taxas de crescimento absoluto (Durham, 2005).

Após a estagnação observada na década anterior, após 1990, sobretudo 1995 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que permaneceu no poder até 2002, ocorreu uma ampla transformação na educação, sobretudo na educação básica, com o aumento dos egressos o que significou o aumento da demanda no ensino superior posteriormente, sobretudo pela demanda gerada pelos adultos já integrados ao mercado de trabalho, o que impulsionou o acesso à educação em todos os níveis de ensino, conforme indica Martins (2000), ao analisar o ensino superior brasileiro nos anos 1990. Contudo, as propostas colocavam as universidades públicas em situação negativa, como afirma Cunha (2003). Seriam conduzidas do topo para a base, partindo do pressuposto que a competência científica e tecnológica da universidade garantiria a qualidade da educação básica. Porém, para isso era necessário estabelecer uma “verdadeira parceria” entre o setor privado e o governo e entre as universidades e as indústrias, tanto na gestão, quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse modelo, as universidades públicas tinham autonomia, porém seus recursos estavam condicionados à avaliação de desempenho, cujos parâmetros estavam vinculados ao total de estudantes formados, pesquisas e serviços realizados, condicionando os aumentos salariais dos professores e funcionários ao aumento da produtividade acadêmica.

Esse crescimento foi sendo apropriado gradativamente pelo setor privado, interessado nos montantes financeiros relacionados a esse financiamento. Apesar disso, algumas ações beneficiaram sobretudo as universidades públicas tendo em vista seu caráter voltado para a pesquisa e extensão. A partir de 1994 foram implementados alguns programas importantes para a expansão dos cursos de graduação e interlocução com a pós-graduação, a exemplo do Programa de Apoio à Graduação (PROGRAD), com quatro programas de apoio aos estudantes, sendo eles o Programa de Licenciatura (Prolicen), o Programa de Laboratórios (Prolab), o Programa de Bibliotecas universitárias (Probib) e o Programa de Informatização (Proinf), além do Programa de Integração Pós-Graduação/Graduação (Proin).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996, no Art. 43 descreveu as finalidades da educação superior. Dentre as diretrizes, destacamos a relação entre a realização do trabalho de pesquisa e investigação científica e a sua divulgação, como podemos observar a seguir:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. (Brasil, 1996)

Nota-se, portanto, a necessidade de despertar o pensamento reflexivo em meio às pesquisas e investigações científicas necessárias e destinadas ao desenvolvimento da sociedade. E o retorno à expansão universitária após a década de 1980 pode ser observado pelo aumento gradativo do número de ingressos no ensino superior durante toda a década de 1990, bem como do crescimento do total de vagas oferecidas, número de docentes e matrículas, conforme podemos observar na tabela 01.

Ano	Docentes (a)	Matrícula (b)	Concluintes	Vagas Oferecidas ©	Inscrições	Ingressos
1962	25.213	107.509				
1963	28.944	124.214	19.049			
1964	30.162	142.386	20.282			
1965	33.135	155.781	22.291			
1966	36.109	180.109	24.301			
1967	38.693	212.882	30.108			
1968	44.706	278.295	35.947			
1969	49.547	342.886	44.709			
1970	54.389	425.478	64.049	145.000	328.931	
1971	61.111	561.397	73.453	202.210	400.958	
1972	67.894	688.382	96.470	230.511	449.601	
1973	72.951	772.800	135.339	261.003	574.308	
1974	75.971	937.593	150.226	309.448	614.805	
1975	83.386	1.072.548	161.183	348.227	781.190	
1976	86.189	1.096.727	176.475	382.418	945.279	
1977	90.557	1.159.046	187.973	393.560	1.186.181	
1978	98.172	1.225.557	200.056	401.977	1.250.537	
1979	102.588	1.311.799	222.896	402.694	1.559.094	
1980	109.788	1.377.286	226.423	404.814	1.803.567	356.667
1981	113.899	1.386.792	229.856	417.348	1.735.457	357.043
1982	116.111	1.407.987	244.639	421.231	1.689.249	361.558
1983	113.779	1.438.992	238.096			
1984	113.844	1.399.539	227.824			
1985	113.459	1.367.609	234.173	430.482	1.514.341	346.380
1986	117.221	1.418.196	228.074	442.314	1.737.794	378.828
1987	121.228	1.470.555	224.809	447.345	2.193.861	395.418
1988	125.412	1.503.555	227.037	463.739	1.921.878	395.189
1989	128.029	1.518.904	232.275	466.794	1.818.033	382.221
1990	131.641	1.540.080	230.208	502.784	1.905.498	407.148
1991	133.135	1.565.056	236.377	516.663	1.985.825	426.558

1992	134.403	1.535.788	234.267	534.847	1.836.859	410.910
1993	137.156	1.594.668	240.262	548.678	2.029.523	439.801
1994	141.482	1.661.034	240.269	574.135	2.237.023	463.240
1995	145.290	1.759.703	245.887	610.355	2.653.853	510.377
1996	148.320	1.868.529	254.401	634.236	2.548.077	513.842
1997	165.964	1.945.615	274.384	699.198	2.711.776	573.900
1998	185.122	2.125.958		776.031	2.858.016	651.353

Tabela 01. Evolução dos dados referentes ao Ensino Superior no Brasil entre 1962 e 1998

Fonte: MEC, INEP, SEEC (1962-1998)

Com o aumento das demandas, o setor público necessitava criar uma estrutura que absorvesse o número crescente de pessoas que buscavam ingressar no ensino superior. Como a agenda governamental estava alinhada ao setor privado, este, utilizou-se de incentivos governamentais e centralizou a oferta de cursos com baixo custo (sobretudo as licenciaturas), assim como, com baixa exigência para ingresso e permanência desse público. Nessas instituições a pesquisa científica não era valorizada pois não representava um potencial de lucros, portanto o interesse principal era consolidar um número cada vez maior de matrículas para que os lucros fossem cada vez maiores. A figura 01 demonstra o aumento no número de matrículas realizadas em universidades públicas e privadas entre 2003 e 2012.

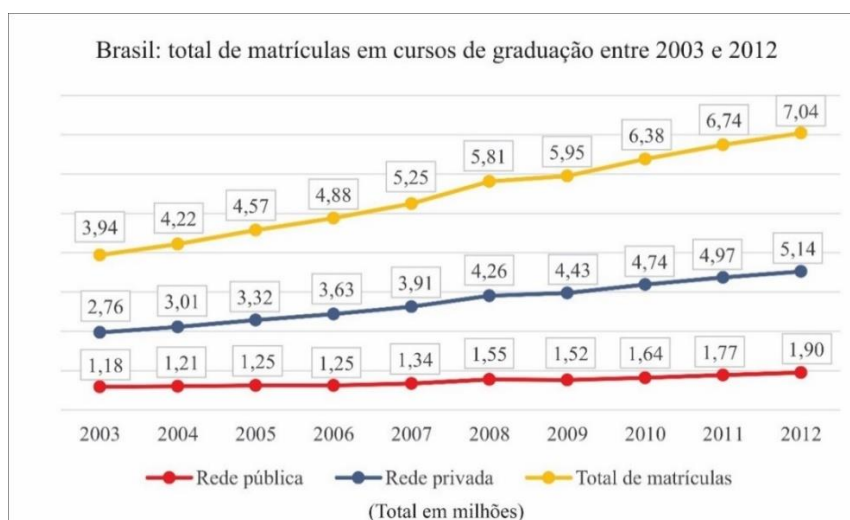


Figura 01. Total de matrículas em cursos de graduação entre 2003 e 2012

Fonte: INEP/CENSUP

A expansão do ensino superior na década de 2000 demonstrou forte vinculação ao setor privado, com um aprofundamento que se inicia no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e se estendeu pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A reestruturação

da educação superior foi definida sob forte influência internacional da crise de 2008, acompanhando o ritmo já traçado no período FHC em que colocava como principal marca para a educação a privatização. Nesse contexto de mudança, a reforma universitária, já pensada no governo anterior, toma forma no governo Lula. Entre 2004 e 2006 amplas discussões foram realizadas para a elaboração do projeto de lei que conferia maior autonomia às instituições de ensino superior (tanto públicas como privadas), porém nunca foi votada.

São três os principais eixos normativos do Projeto de Lei em questão: (i) constituir um sólido marco regulatório para a educação superior no País; (ii) assegurar a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição, tanto para o setor privado quanto para o setor público, preconizando um sistema de financiamento consistente e responsável para o parque universitário federal; e (iii) consolidar a responsabilidade social da educação superior, mediante princípios normativos e assistência estudantil (Brasil, 2013).

Em seu primeiro mandato, o governo Lula criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),¹⁰ rompendo com a política de ranqueamento das IES, implantada pelo antecessor. Essa avaliação tinha um caráter mais emancipatório, com avaliação processual das instituições (Rothen; Barreyro, 2011). Além disso, programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a ampliação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) aumentaram significativamente os repasses para o setor privado. Por outro lado, foi criado o Reuni, vinculado à expansão do ensino superior público, com o objetivo de aumentar o número de vagas nos cursos de graduação, o que propiciou a ampliação de cursos noturnos e o combate e iniciativas de combate à evasão".

A tabela 02 abrange o total de estabelecimentos de educação superior por tipo entre 1970 e 2018. Fica claro, a partir de sua análise, que as instituições privadas, sobretudo faculdades e estabelecimentos isolados, são as que apresentam maior crescimento numérico, sobretudo entre 2000 e 2010, a partir das políticas de financiamento, o que historicamente foi produzido pelos governos e que atinge números cada vez mais expressivos a cada ano.

¹⁰ Ciclo de avaliação de três anos, cujos instrumentos de avaliação instituídos foram: Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), Avaliação das Instituições de Ensino Superior (Avalies) e a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG).

Ano	Universidade		Faculdades e Estabelecimentos Isolados*		Centros Universitários	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1970	32	15	139	463	-	-
1975	37	20	178	625	-	-
1980	45	20	155	653	-	-
1985	48	20	185	606	-	-
1990	55	49	167	656	-	-
1995	68	59	150	574	-	-
2000	71	85	134	870	1	49
2010	101	89	133	1.892	7	119
2018	107	92	139	1.929	230	-

Tabela 02. Evolução do número de instituições de ensino superior por tipo no Brasil, 1970-2018

Fonte: Fonte: MEC/INEP/DEED, 1970-2018

* As nomenclaturas para Universidades e Estabelecimentos Isolados foram integrados na mesma categoria, pois as Faculdades Integradas só começam a ser consideradas a partir de 1980 e os Estabelecimentos Isolados não estão disponíveis a partir de 2010 na nomenclatura da sinopse da educação superior.

Para além dos objetivos no ensino superior vinculados à expansão das atividades acadêmicas, nota-se uma gama de outras diretrizes que foram e estão sendo incorporadas à lei original, como a edição da Lei nº 13.174/2015, acrescentando ao texto do artigo 43:

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”.

Dentre as imposições e corte de recursos que vêm sendo realizados no âmbito das instituições de ensino superior, estão também o aumento das atribuições a elas relacionadas, como podemos observar no inciso VIII, o que também se relaciona à perda de autonomia no âmbito da educação básica. Existe um grande antagonismo entre o aumento das responsabilidades para a “universalização” da educação para além da autonomia. Conforme apresentamos, o aumento dos investimentos foi fundamental para que a expansão universitária pudesse ocorrer, mediada, sobretudo, pelas ações estatais na condução das políticas deste setor.

CAPÍTULO 02

AS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SUA EXPANSÃO

Neste capítulo trataremos da importância dos periódicos científicos no Brasil, demonstrando como ocorreu a expansão, bem como a relação com a pós-graduação e agências de fomento. Para isso, faremos um recuo histórico com o objetivo de localizar elementos comuns no padrão das publicações para efeito de comparação das dinâmicas relacionadas a essas publicações.

Foram utilizadas duas ferramentas operacionais para a composição do capítulo. A primeira consistiu na revisão bibliográfica que contemplou a forma como os periódicos científicos foram implementados no Brasil, considerando a territorialização do fenômeno ao longo de diferentes períodos. A segunda considerou a revisão documental a qual levou em conta diversos atos normativos, predominantemente observando quais instituições integradas ao governo federal assumiram protagonismo no fenômeno.

2.1 A importância dos periódicos científicos no Brasil

“Tudo flui. Tudo está em movimento”.

Heráclito de Éfeso (540 a.C. a 470 a.C.)

A evolução da sociedade historicamente proporcionou o aumento da circulação dos seres humanos, recursos de ordem econômica, dentre outros. A ciência também se insere nesse fenômeno a partir da ampla disseminação dos produtos científicos. Nesse contexto, a divulgação científica, os periódicos científicos conquistam um lugar de destaque cada vez maior, com estratégias para proporcionar uma comunicação rápida e eficiente. Mudanças que vão além dos avanços tecnológicos implementados, tendo em vista sua abrangência em todas as esferas da vida social.

Nesse percurso histórico podemos identificar as cartas como primeira forma de comunicação entre os cientistas, que faziam seus comentários e análises e enviavam para os grupos. Essa era a forma de se realizar as discussões e obter a opinião dos estudiosos das áreas (Santos D’Amorim, 2021). Surgiam aí as bases do processo de avaliação por pares como forma de reconhecimento da qualidade científica (Amaral, 2017).

No final do século XV, Gutenberg revolucionou o processo de divulgação por meio de sua máquina impressa, iniciando-se a transformação na história da transmissão de saberes (Tomás, 2006; Burke, 2002). Graças a esses avanços, o sistema de correspondência pessoal evoluiu rapidamente e no século XVII surgiram os periódicos científicos ou *journals*.

As cartas representaram um importante mecanismo para a fluidez do conhecimento, a exemplo das correspondências trocadas entre Engels e Marx que são fundamentais para o desenvolvimento das reflexões sobre “O Capital”. Medeiros (2013, p. 167-168) apresenta duas correspondências escritas pelos autores. A primeira, em suas palavras, “escrita em 15 de dezembro de 1881 por Marx, é endereçada a Friedrich Adolph Sorge, o companheiro de lutas que havia emigrado para os EUA levando consigo a luta comunista e uma seção da Internacional Comunista”. Por outro lado, “a segunda carta que aqui publicamos foi escrita por Engels, também para Friedrich Adolph Sorge, no dia seguinte à morte de Marx”. A apresentação do autor elucida a importância das cartas no desenvolvimento científico e político da sociedade no século XIX. Nota-se também o protagonismo assumido pelo gênero textual no que se refere aos sistemas de comunicação.

Com isso o número de títulos não parou de crescer. Num primeiro momento vinculado às publicações impressas, seguido pelo avanço dos computadores no final do século XX, novas

tecnologias de informação e comunicação, com as redes de internet cada vez mais informatizadas, tornam esse processo cada vez mais intenso. Os periódicos impressos vão dando lugar aos poucos ao processo de migração para as plataformas on-line, garantindo a redução dos custos, maior agilidade no processo de editoração e infinitas possibilidades de circulação.

Para a Capes um periódico científico é uma “publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, enquadrando-se na norma NBR 6021 da ABNT” (CAPES, 2016). Para a ABNT, por sua vez, uma publicação periódica é uma “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas, e destinada a ser continuada indefinidamente” (ABNT, 2015).

O roteiro para a criação de periódicos científicos realizado pela Universidade Estadual de Minas gerais traz a seguinte definição:

O periódico científico é o meio pelo qual os resultados das pesquisas científicas são levados ao conhecimento público, bem como todo o processo metodológico relativo ao campo de estudo abordado pelo pesquisador. Esses conteúdos são registrados em artigos científicos e formam, portanto, a essência dos periódicos. Tais textos também podem vir na forma de resenhas, relatos de experiência, informes científicos, notícias, entre outros formatos. Também chamados de revistas científicas, os periódicos podem ser publicados tanto no formato impresso quanto eletrônico, e devem cumprir determinados requisitos para sua adequada publicação. Deste modo, poderão receber avaliação externa com possibilidade de inclusão em bases de indexação. (UEMG, 2019).

A disseminação do conhecimento científico perante a sociedade ocorreu até o século XX predominantemente por meio de materiais impressos, a exemplo de livros, jornais, ou mesmo revistas/periódicos científicos. Com o aumento da conectividade e da integração da sociedade e tecnologias da informação é possível observar que os periódicos científicos estão estruturados predominantemente em plataformas digitais. Ferreira (2010, p. 1) enfatiza que “o periódico científico é um canal de comunicação confiável, de periodicidade seriada e de publicação mais dinâmica do que a de um livro”.

No Brasil não é possível abordar a produção e disseminação do conhecimento científico sem mencionar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O portal em questão se caracteriza como:

um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 38 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência (CAPES, 2023).

O histórico de criação do Portal de Periódicos tem origem no ano de 1990, com a criação das bibliotecas das IES. Entretanto, apenas em novembro de 2000 começam a ser criadas as bibliotecas digitais, tal qual a digitalização dos acervos. Desde então é possível observar constantes movimentos e atualizações do portal, como indicado na figura 02.



Figura 02. Síntese das atualizações do portal dos periódicos

Fonte: CAPES, 2023 – Adaptação da autora

Na figura 02 podemos observar dois movimentos. O primeiro a partir do reconhecimento da relevância dos momentos históricos, a exemplo dos aniversários de 10, 15 e 18 anos do portal. No segundo observa-se o alinhamento ao “mundo” digital em diferentes momentos. Destaca-se a relação com o desenvolvimento do meio técnico-científico e informacional analisado por Santos (1994; 2001). Assim, surgiram movimentos em escala global, em prol do livre acesso aos conteúdos científicos. O principal deles é o *Open Journal System* (OJS), um software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP), da *University of British Columbia*. No Brasil esse sistema é conhecido como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Suas possibilidades incluem desde a instalação até o gerenciamento personalizado por parte dos editores, com possibilidades diversas de realização de submissões on-line, acompanhamento das submissões e publicações. Permitem ainda buscas personalizadas de conteúdos já publicados.

No Brasil, em 2003, o SEER/OJS foi implantado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), buscando identificar aplicativos que permitissem o tratamento e divulgação da produção científica na Web (IBICT, 2020). O IBICT assumiu então a tradução e customização do programa, iniciando sua distribuição aos interessados em publicar revistas científicas de acesso livre e disponibilizando cursos de capacitação técnica para o seu uso. Como já ocorria em diversos países, no Brasil, o número de títulos de periódicos científicos, assim como de publicações, cresceu substancialmente. Os vínculos ao SEER/OJS também apresentaram progresso cada vez maior, com apoio de instituições importantes como a Capes. Esse fortalecimento dos sistemas de editoração científica possibilita, para além da padronização, que a avaliação realizada pelos indexadores seja mais rápida, pois os elementos exigidos podem facilmente ser localizados nos diferentes sistemas em parceria com outros instrumentos, que integrados podem agilizar o processo.

A figura 03 apresenta o número de periódicos vinculados ao SEER/OJS e que estão disponíveis no portal de periódicos CAPES entre os anos de 2001 – quando o portal foi lançado – e 2019, quando houve a última divulgação dos dados. Em relação aos dados, chama atenção o período entre 2008 e 2009, quando observamos um aumento de 82,66% no total de periódicos disponíveis. Esse aumento permitiu que um maior acervo de publicações ficasse disponível aos pesquisadores de forma centralizada, o que facilita em grande medida diferentes pesquisas bibliográficas. As diversas parcerias, bem como investimentos das agências de fomento, instituições de ensino, dentre outras, auxiliam no processo de avaliação da produção científica

nas mais diversas faces de sua realização, além de possibilitarem o incremento cada vez maior de periódicos e publicações, elementos importantes no contexto de internacionalização, defendidos cada vez mais como elementos de integração global.

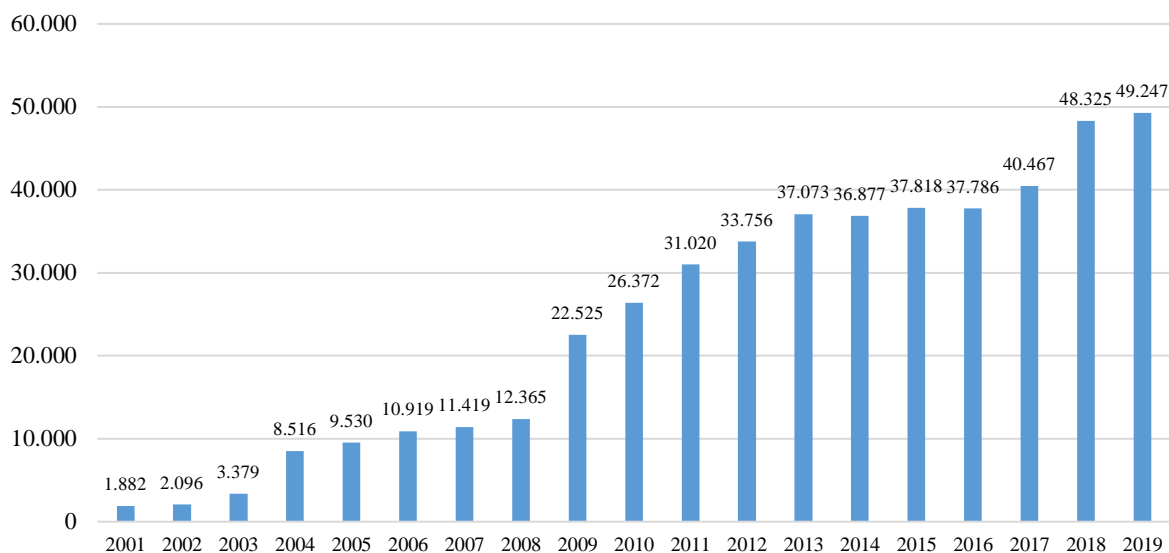


Figura 03. Total de periódicos disponíveis no portal de periódicos CAPES, entre 2001 e 2019¹¹

Fonte: Capes, 2019

A principal proposta dos periódicos científicos é a divulgação de artigos científicos, por meio da comunicação formal, sobretudo ligada às instituições de ensino. Podem apresentar resultados de pesquisas originais, relatos de experiência, revisão da literatura de diferentes temas baseados em métodos científicos, experimentos, enfim, as possibilidades são múltiplas. Sua organização historicamente mudou, tornando-se mais complexa conforme analisa Amorim (2021) ao tratar dos debates acerca da comunicação científica (figura 04).

¹¹ Não possui apenas periódicos brasileiros.

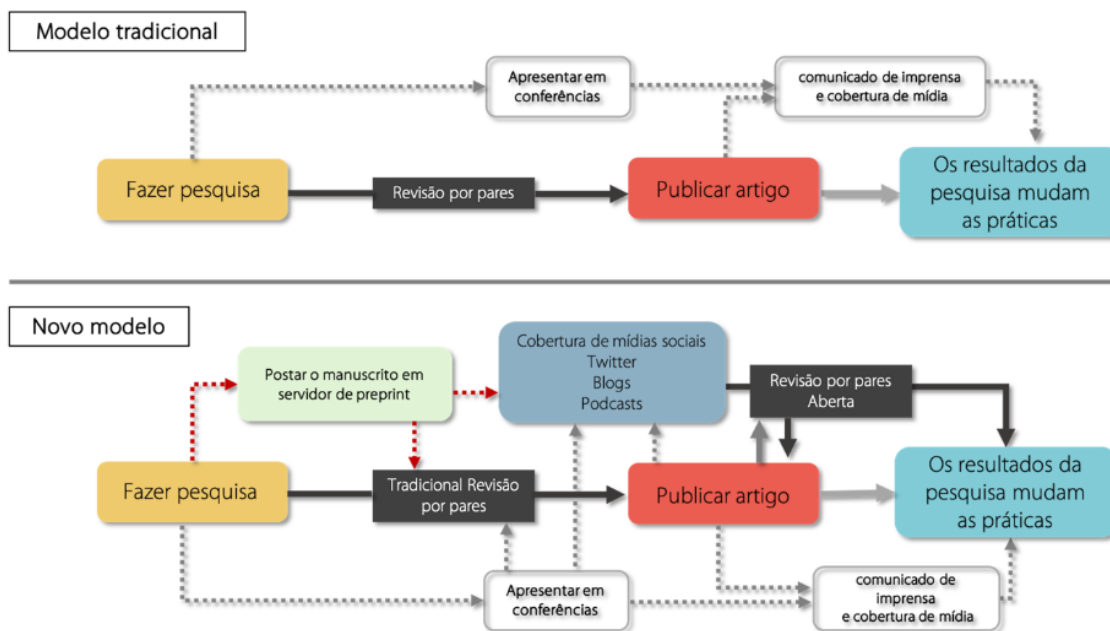


Figura 04. Comparação entre a tendência de publicação tradicional e o modelo atual

Fonte: Amorim (2021)

Concordando com Mueller e Caribé (2010, p. 18), em sua análise a respeito das tecnologias de informação e comunicação, podemos observar claramente sua capacidade de garantir as diferentes formas que a sociedade em geral tem de acesso aos produtos científicos. Nessa linha é importante retomar o que a *Royal Society* indicou como quatro funções dos periódicos científicos modernos, sendo elas: 1- A comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados; 2- A preservação do conhecimento registrado; 3- Estabelecimento da propriedade intelectual; 4- A manutenção do padrão de qualidade na ciência. Essas funções e o desenvolvimento cada vez mais robusto dos TICs possibilita que as funções dos periódicos se consolidem cada vez mais diante da sociedade.

A qualificação dos periódicos científicos contempla longos anos na vida de um pesquisador no Brasil, desde a graduação, quando a publicação de um resumo expandido em um congresso internacional pode contribuir diretamente para o ingresso em programas de iniciação científica, à docência, ou outros espaços formativos. Os programas de pós-graduação também reservam espaço significativo às publicações, não sendo incomum que o peso do currículo (impactado em demasia pela qualificação das publicações) seja dividido em média aritmética com experiência profissional, ou mesmo o projeto proposto. Por fim, e não menos

importante, é perceptível o quão relevante o currículo se torna quando se considera o ingresso em instituições de ensino e pesquisa.

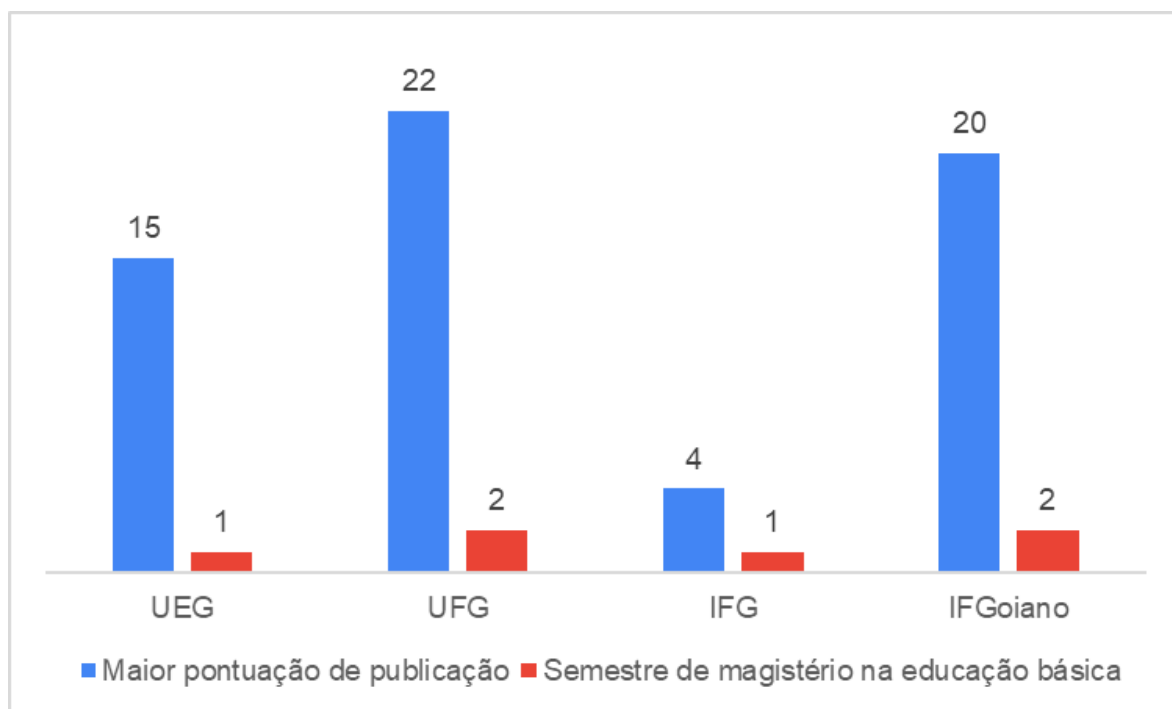


Figura 05. Elementos de pontuação em concursos de magistério superior ou educação básica, técnica e tecnológica

Fonte: Editais selecionados

A figura 05 demonstra a desproporcionalidade dos elementos de pontuação observados nas fichas de avaliações dos concursos públicos mais recentes realizados pelas Instituições de Ensino Superior no estado de Goiás. Observa-se que, caso menos sintomático do Instituto Federal de Goiás (IFG), eram necessários 4 semestres letivos na educação básica para equiparar um artigo com maior pontuação possível. Nos casos da Universidade Federal de Goiás e Instituto Federal Goiano eram necessários 10 semestres letivos.

A Universidade Estadual de Goiás é o caso mais perceptível, pois são necessários 15 semestres letivos para contemplar uma publicação em periódico especializado. Vale ressaltar que o edital mencionado não considera a avaliação Qualis/CAPES, em que qualquer artigo em periódico especializado com corpo editorial publicado nos últimos 5 anos pontuava 15 pontos, não havendo limite de pontuação. O magistério na educação básica também considera os últimos cinco anos de exercício, entretanto nota-se o limite de 10 pontos, ou seja, 10 semestres

letivos têm uma defasagem de 50% em relação a um artigo publicado em periódico com qualquer qualificação.

A relação entre o ingresso nas IES e a produtividade acadêmica merece mais um ponto de observação. Todos os editais analisados consideram a dimensão da proporcionalidade, de acordo com os critérios de avaliação expostos. Nesse sentido, o candidato com maior pontuação recebe nota 100, ou seja, considerando que apenas no edital do IFG temos limite de publicações, é possível afirmar que o sistema de avaliação Qualis/CAPES é fator demasiadamente importante na forma de ingresso de profissionais nas IES analisadas. Não menos importante é o fator das “revistas predatórias” como instrumento de avaliação.

Os critérios de avaliação Qualis/CAPES também são condicionantes para analisar a permanência e êxito dos profissionais do magistério superior e EBTT nas IES públicas brasileiras. O termo permanência e êxito, habitualmente contempla análise das condições de oportunidades de estudantes da educação básica e superior. Ao considerarmos o termo para tratar das atividades dos docentes e pesquisadores das IES, compreendemos que se trata de contornos diferentes. Afinal, seria ingênuo imaginar que a política de avaliação em questão causaria a evasão do quadro docente universitário no Brasil. Por outro lado, não é possível negligenciar que o referido sistema de avaliação impacta diretamente no perfil das atividades desenvolvidas nas IES.

O financiamento de projetos de pesquisa mediante instituições de amparo à pesquisa também reserva peso considerável para a pontuação do currículo do proponente. A pesquisa científica no Brasil, de maneira geral, ocorre integrada aos programas de pós-graduação.

2.2 Expansão dos programas de Pós-Graduação e a expansão dos periódicos em Geografia

O caminho da pós-graduação no Brasil se inicia na década de 1930 com uma forte influência Norte-americana (Balbachevsk, 2005). Esse foi o momento em que algumas importantes políticas foram implementadas por Getúlio Vargas, a primeira delas com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, comandada por Francisco Campos. A Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior implementadas após 1931 foram fundamentais para que os primeiros ensaios de desenvolvimento da pós-graduação pudessem ocorrer.

As primeiras universidades instaladas no país atraíram alguns professores estrangeiros que ajudaram na concepção de um modelo institucional que daria base para a pós-graduação

nas décadas seguintes, como apresentado por Cunha (1980) ao tratar da implantação das universidades no Brasil desde o Período Colonial até a Era Vargas.

Os primeiros esforços para instituição da pós-graduação no Brasil ocorreram sem vínculos externos, como sendo praticamente uma extensão da própria carreira docente. Isso advinha da pouca experiência ainda por parte do corpo docente no país, o que favorecia com que os avanços no âmbito universitário ficassem restritos a grupos muito seletos de professores e alunos. Estes, por sua vez, mesmo sem grande contato com experiências internacionais, começaram a pensar metodologicamente quais os caminhos necessários para que se consolidasse a expansão dos programas de pós-graduação para outras universidades do país. O primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* foi criado em 1965 pela PUC-RIO, na área de Educação (Sassatelli, 2019).

O interesse ainda era limitado, tendo em vista o pequeno valor que os títulos possuíam e as complexas relações entre o desenvolvimento de dissertações e teses e a sua defesa, que em alguns casos demoravam anos para que fossem finalizadas, conforme aponta Balbachevsk (2005). O autor traz ainda importantes contribuições históricas sobre como esse processo de instituição da pós-graduação e sua importância para as gerações futuras, que puderam ser formadas por meio de bases cada vez mais sólidas, sobretudo após a década de 1960. Outros autores como Ribeiro (1980), Martins (1999), Silva (2013) e Almeida (2017) também dão importantes contribuições acerca da implantação da pós-graduação no país.

Em 1946 o termo “pós-graduação” foi utilizado pela primeira vez formalmente no *Estatuto da Universidade do Brasil*, no artigo 71, ao tratar dos cursos que seriam oferecidos nas universidades e no artigo 76, que tratava dos objetivos (Brasil, 1946). Já na década de 1950, foram implementados recursos para a colaboração entre instituições educacionais dos Estados Unidos e o Brasil para o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores. Mas foi na década de 1960 que cooperações importantes foram implementadas entre a Fundação Ford e a Capes, com o recebimento de 6,3 milhões de dólares para financiar um programa de pós-graduação ambicioso nas áreas de ciências exatas e biológicas (Kidd, 1963).

Os avanços verificados na produção científica no Brasil, em especial na geografia, podem ser examinados a partir da consolidação do Sistema Nacional de Pós-graduação. A pós-graduação portanto, foi instituída formalmente em 1965, por meio do parecer n. 977 do Conselho Federal de Educação (Brasil, 1965). Esse documento trouxe, dentre outras informações pertinentes, a importância dessa instituição como forma de promover “o progresso do saber em todos os setores”, que eram limitados até então por tratarem apenas no nível de

graduação. O desenvolvimento geográfico desigual que caracteriza nosso país pode ser visto também no âmbito da pós-graduação como um todo e especificamente em Geografia, em que os cursos de mestrado só começam a ser ofertados na região Norte do país na década de 2000 e os cursos de Doutorado apenas a partir de 2010.

Velloso (2004) traz importantes contribuições a respeito dos destinos profissionais e políticas da pós-graduação brasileira para Mestres e Doutores. Para o autor, “a pós-graduação no país tem passado por notável expansão, além de ampliar muita sua abrangência quanto a áreas de conhecimento. Formalmente instituída em meados dos anos 60, dez anos depois, o número de cursos na pós-graduação brasileira já caminhava para um milhar” (p. 20). Fazendo referência à Martins (2003), o autor ainda pontua que no início dos anos 90 o número já estava próximo aos 1.500 cursos em todas as áreas do conhecimento, porém distribuídos de forma desigual pelo território, como pode ser observado na figura 06.

Tabela 1. Número de cursos segundo as regiões, 1996-2004

Região	Mestrado		Porcentagens	
	1996	2004 (21/05)	1996	2004 (21/05)
	Sudeste	685	1.076	63,3
Sul	166	384	15,3	19,6
Nordeste	155	305	14,3	15,6
Centro-Oeste	53	126	4,9	6,4
Norte	24	68	2,2	3,5
Total	1.083	1.959	100,0	100,0

Fonte: Capes (2004).

Tabela 2. Número de cursos segundo as regiões, 1996-2004

Região	Doutorado		Porcentagens	
	1996	2004 (21/05)	1996	2004 (21/05)
	Sudeste	450	689	83,2
Sul	50	177	9,2	17,1
Nordeste	22	107	4,1	10,3
Centro-Oeste	12	42	2,2	4,1
Norte	7	19	1,3	1,8
Total	541	1.034	100,0	100,0

Fonte: Capes (2004).

Figura 06. Número de cursos segundo as regiões

Fonte: Capes (2004)

A figura 07 apresenta a criação de programas de pós-graduação em geografia em nível de mestrado e doutorado por Unidades da Federação entre 1971 e 1990. Essas informações são importantes para demonstrar a relação que existe entre o avanço desses programas e o aumento das publicações periódicas na área. Entre 1970 e 1990 foram criados 9 programas de pós-graduação em nível de mestrado e 3 em nível doutorado. Verificamos uma concentração desses programas na Região Sudeste, com 6 programas de mestrado e 3 de doutorado.

NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NÍVEL MESTRADO E DOUTORADO (GEOGRAFIA), POR ESTADO DO BRASIL, ENTRE 1971-2020

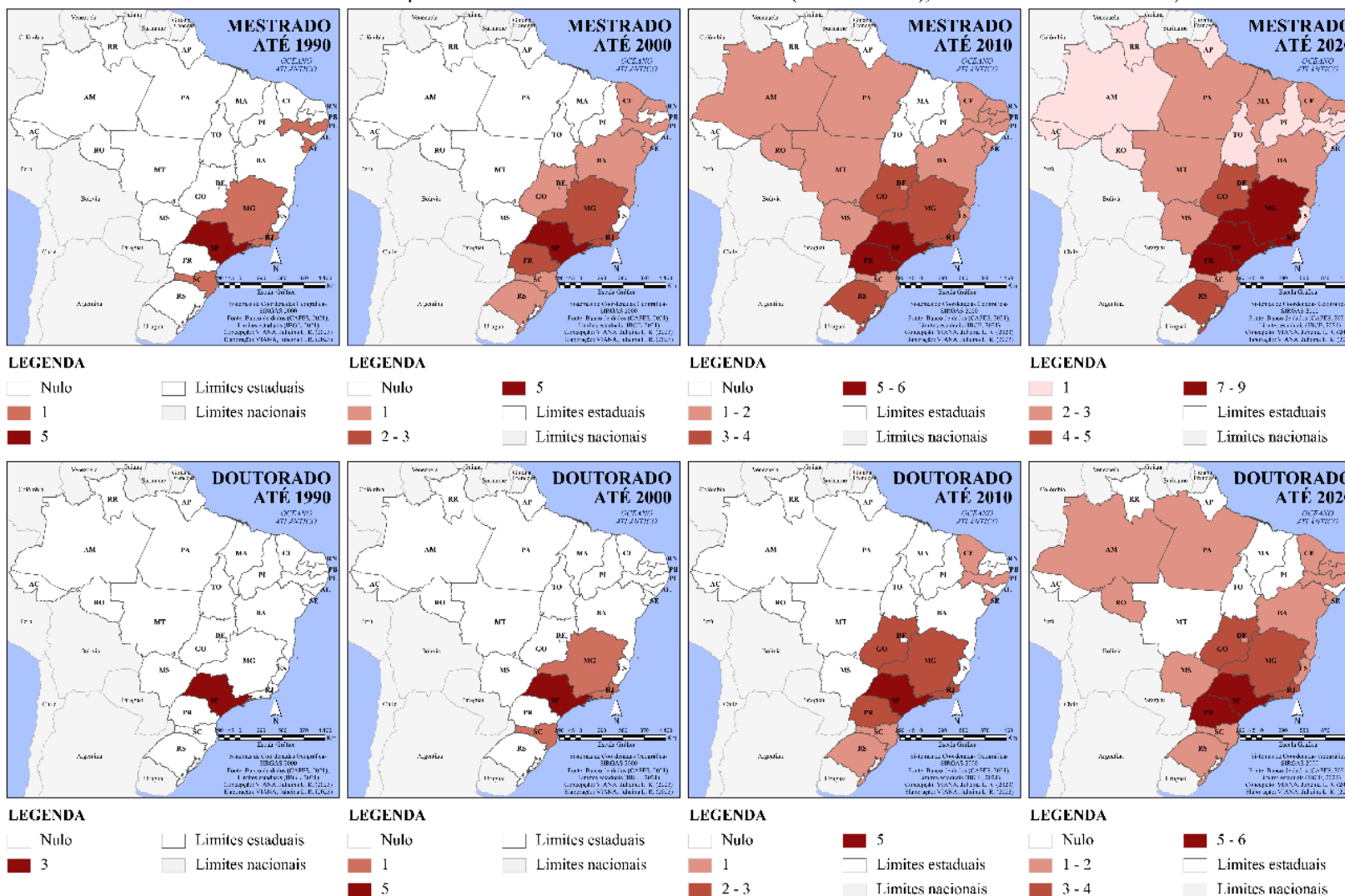


Figura 07. Instituição de programas de mestrado e doutorado por estado brasileiro entre 1971 e 2020

Fonte: CAPES (1971-2020)

Nessa perspectiva de implementação dos programas de pós-graduação, Silva (2013), em sua Tese de Doutorado, traz importantes contribuições acerca dos desafios ligados à implantação da pós-graduação no país. Para o autor, esse processo pode ser compreendido a partir de cinco fases.

A primeira (1931-1965) é caracterizada pela coexistência de diferentes modelos para pensar a pós-graduação no país, porém com total falta de centralização de ações, controle ou orientação governamental. A segunda fase (1965 – 1974) é caracterizada pelo processo de institucionalização, regulamentação e criação dos primeiros cursos de pós-graduação. Nesse momento as primeiras normalizações foram implementadas com objetivo de expandir a pós-graduação pelo território nacional.

A terceira fase (1975-1989) ocorre com a expansão planejada da pesquisa e da pós-graduação com a criação dos PNPG (Planos Nacionais de Pós-graduação). Nesse período foram realizados três planos (1975-1979, 1982-1985, 1986-1989). Os objetivos principais estavam vinculados ao planejamento estatal das atividades de pós-graduação, formação dos primeiros quadros de pesquisadores, busca por expandir o sistema de forma equânime, aperfeiçoamento da avaliação realizada pela comunidade científica e a reestruturação da carreira docente de modo a valorizar a produção científica no ingresso e promoção (Silva, 2010).

A quarta fase (1990-2004) se iniciou com a tentativa de extinção da CAPES no governo Collor de Melo (Medida Provisória, nº 150 de 15/03/1990) e sua posterior recriação em abril do mesmo ano (Lei nº 8.028 de 12/04/1990), após a mobilização das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades e da comunidade científica que juntas conseguiram reverter a extinção realizada.

Já a quinta fase foi proposta por Silva (2010, p. 134) para pensar a pós-graduação a partir de 2005. Nesse contexto, a CAPES buscou a partir desse momento combater as fraquezas que marcaram a trajetória da pós-graduação provocando a acentuação de assimetrias regionais. Para tanto, o autor destacou pontos críticos que precisavam de maior atenção:

- A falta de planejamento para orientar o crescimento organizado do Sistema;
- As assimetrias e desigualdades regionais e estaduais, bem como as assimetrias das áreas de conhecimento;
- O descompasso entre o índice de crescimento de matrículas e titulações e a disponibilidade do número das bolsas;
- O número insuficiente de programas de pós-graduação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, face à população daquelas regiões (conforme apresentado na figura 07);

- A falta de maior articulação entre as agências federais de fomento, e destas com as Fundações de Amparo à Pesquisa e as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia;
- Baixa prioridade concedida aos doutores na admissão aos quadros docentes das IES;
- Reduzida disponibilidade de recursos financeiros para capacitação de docentes (Brasil, 2004, p. 50-51).

2.3 A importância das Instituições de fomento para consolidação das publicações no Brasil

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 218, indica-se que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. A pesquisa científica e abordada como um bem público” (Brasil, 1988, p. 128). Os sete parágrafos que compõem o referido artigo enaltecem a centralidade da pesquisa científica e tecnológica como instrumento de desenvolvimento nacional, focalizando esforços na resolução dos problemas nacionais e regionais.

No texto constitucional nota-se a centralidade da União, tendo em vista o caráter facultativo das Unidades Federativas em relação ao investimento em pesquisa, inovação e tecnologia. Por fim, é salutar observar o papel do Estado em relação à formação de recursos humanos, como exposto no parágrafo 3º, em que “o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho” (Brasil, 1988, p. 379).

Compreendendo essas diretrizes, é salutar destacar o papel de duas instituições brasileiras: CAPES e CNPQ. A primeira ocorre a partir da promulgação da Lei Nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992. Vinculada ao Ministério da Educação, a instituição tem por função principal a difusão de políticas públicas que promovam a formação de profissionais do magistério (básico e superior) integrado ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. A segunda, instituída há mais de sete décadas a partir da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, busca a promoção da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (Brasil, 1951).

A atuação das instituições supracitadas no que tange à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil ocorre de maneira indissociável. Alguns aspectos comuns à vida cotidiana acadêmica exemplificam a integração. A relação entre Plataforma Lattes (essencial na mensuração da produção acadêmica), com a Plataforma Sucupira (responsável por aferir o Qualis Capes dos periódicos científicos) e a pontuação dos Programas de Pós-

graduação (indicador que reflete no financiamento deles) permeiam debates cotidianos nos auditórios e corredores das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Na história recente das instituições é relevante destacar o período entre 2017 e 2020. Duas dinâmicas vão impactar a organização do ambiente institucional e da vida acadêmica. A primeira refere-se à implantação do novo sistema de avaliação do Qualis Capes vinculado à Plataforma Sucupira. Como abordaremos detalhadamente no terceiro capítulo, os critérios tornaram-se mais objetivos, baseados em indicadores bibliométricos e modelos matemáticos, com foco nos parâmetros adotados internacionalmente, a exemplo das indexações, que representam 60% de todo o processo avaliativo. A segunda condiz aos ataques que as instituições de ensino e pesquisa sofreram no decorrer do mesmo período.

Por vezes os ataques chegavam dotados de falsas informações que se caracterizavam como argumentos chulos, que buscavam contemplar o imaginário ideológico negacionista. Entretanto, por ora, nos atemos a abordar os ataques empíricos, que impactaram a organização dos espaços formativos e a vida cotidiana dos pesquisadores e estudantes em nível de aperfeiçoamento. No período em questão, não raro ocorreram relatos de reitores das IES federais apontando dificuldades orçamentárias, enfatizando a insuficiência de recursos para o provimento de necessidades básicas, a exemplo de energia elétrica, materiais de limpeza, pagamento de servidores terceirizados, dentre outros.

Entre 2018 e 2020 foi observada a redução significativa do orçamento vinculado às instituições de ensino e pesquisa. No período em questão, as despesas liquidadas para as funções de educação, ciência e tecnologia reduziram em R\$ 8,94 bilhões (Tesouro Nacional, 2021). A figura 08 apresenta a retração dos recursos orçamentários na última década.

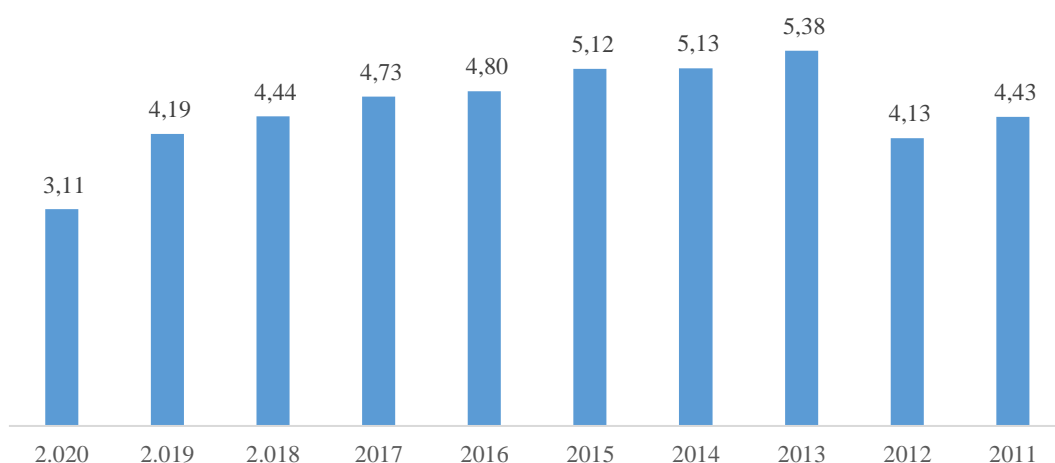


Figura 08. Brasil: representação das despesas da união vinculadas à educação/ciência e tecnologia

Fonte: Tesouro Nacional, 2021

O ano de 2020 representou o menor percentual de despesas liquidadas nas atividades de educação, ciência e tecnológica da década passada. Os indicadores orçamentários devem ser analisados a partir de dois aspectos. O primeiro corresponde ao cenário pandêmico, que demandou respostas imediatas. Negri e Koeller (2020) analisaram as políticas públicas para pesquisa e inovação voltadas à pandemia de cinco países (Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Reino Unido e Brasil). As autoras observaram de maneira geral que o investimento em ciência e tecnologia foi a principal ferramenta de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da crise sanitária. Ao tratar do caso brasileiro, é enfatizado que:

O que se pode dizer a respeito do Brasil não é, contudo, animador. O país não desenhou uma estratégia de longo prazo para fazer frente à crise. Mesmo a estratégia de curto prazo, que consiste em medidas de isolamento social, foi feita sem nenhum tipo de coordenação federal. A comunidade científica tem assessorado alguns governos estaduais na definição dessas medidas. No âmbito federal, embora o MCTIC tenha criado a chamada Rede Vírus, para reunir especialistas em saúde, não parece que esta rede esteja sendo ouvida para elaborar uma estratégia consistente e cientificamente embasada de enfrentamento à pandemia (p.17).

O segundo aspecto que a figura 08 trata decorre da realidade econômica e social em que o Brasil se encontra. Fenômenos como erosão do poder de compra e desvalorização cambial são assuntos que centralizam a agenda macroeconômica brasileira. Nesse contexto, a redução dos recursos destinados à educação, ciência e tecnologia dificulta a viabilidade da manutenção das atividades essenciais das IES.

Considerando a conjuntura macroeconômica brasileira, observa-se, por exemplo, a inexistência de qualquer reajuste salarial entre 2016 e 2022. Situação ainda mais emblemática ocorre na dimensão da pós-graduação devido ao congelamento das bolsas de mestrado e doutorado (R\$ 1.500 e R\$ 2.200 respectivamente) concedidas pela Capes e pelo CNPQ entre 2013 e 2022. No ano do reajuste, uma bolsa de mestrado ou doutorado representava 2,21 e 3,24 salários-mínimos, respectivamente. Passados mais de 8 anos sem reajustes, afere-se que a representatividade em relação ao salário-mínimo corresponde a 1,36 e 2,00 (Banco Central, 2021).

A gestão e financiamento da pesquisa científica no Brasil também deve considerar o papel desempenhado pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados. No parágrafo 5º do artigo 23, da Constituição Federal de 1988, define-se que é competência da União, Estados e Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (Brasil, 1988, p. 29). A implementação das FAPs no Brasil ocorreu mediante as legislações estaduais, observando grande disparidade no que diz respeito aos períodos, como observado na figura 09.



Figura 09. Linha do tempo das FAPs

Fonte: CONFAP, 2022

A escassez de recursos oriundos do governo federal para o financiamento de pesquisas e formação de recursos humanos elevou a importância da atuação das FAPs. Em avaliação desenvolvida pelos dirigentes das FAPs do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal foi apontado que “as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs) têm assegurado a continuidade do financiamento à ciência e tecnologia no Brasil em um cenário de instabilidade do orçamento federal para essa finalidade” (FAPESP, 2022).

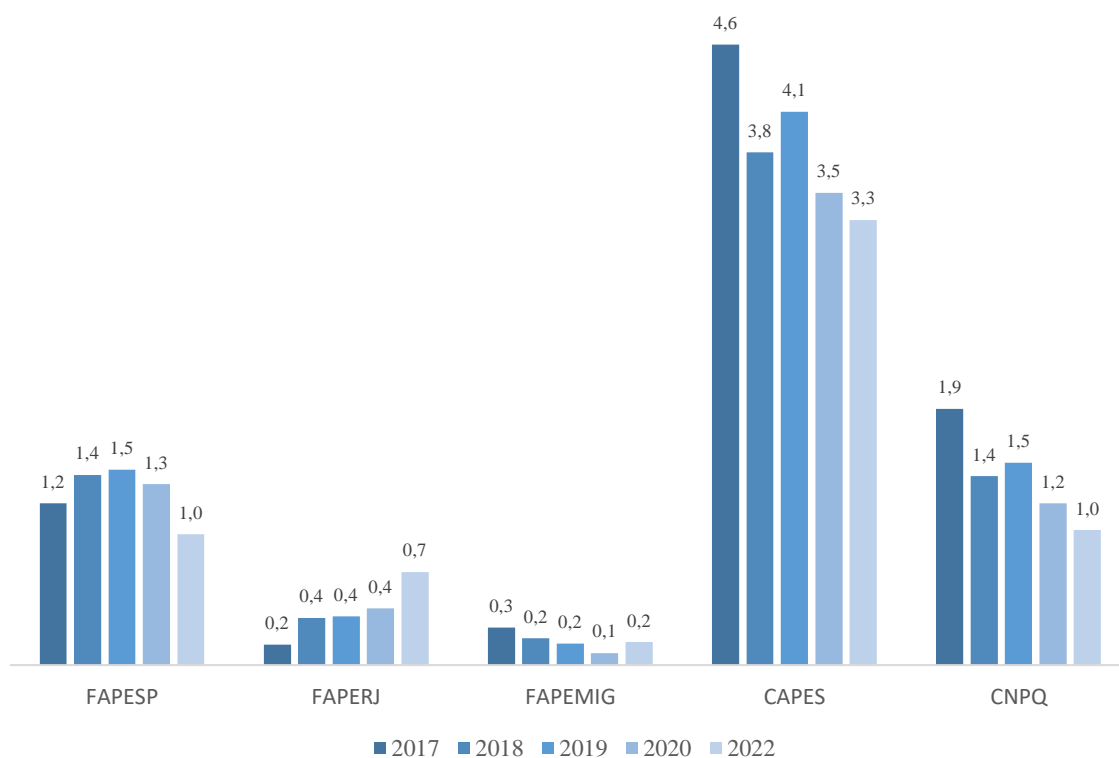


Figura 10. Instituições de Fomento à Pesquisa: orçamento executado, 2017 – 2021

Fonte: Fundações de Amparo à Pesquisa; Portal da Transparência, 2017 – 2021

A figura 10 indica a evolução dos valores orçamentários executados entre os anos de 2017 e 2021. É possível observar que, exceto no caso da FAPEMIG, as instituições federais foram as que registraram as maiores involuções de recursos aplicados, o que tem efeitos diretos na disseminação da produção científica nos diversos meios em que ela ocorre.

CAPÍTULO 03

A CAPES E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E DOS PERIÓDICOS NO BRASIL

Este capítulo traz o histórico da Capes em relação ao processo de avaliação da pós-graduação e dos periódicos científicos em geografia no Brasil. Para isso apresentamos um recuo histórico nas atribuições que foram sendo inseridas no rol de atividades da instituição, assim como dados sobre a expansão dos programas de pós-graduação regionalmente. Além disso, relacionamos o surgimento do Qualis Periódicos ao produtivismo acadêmico visualizado por diferentes autores a partir da década de 1990. Finalizamos o capítulo trazendo algumas críticas realizadas por diferentes autores sobre a classificação dos periódicos em geografia em relação às metodologias utilizadas e condução do processo avaliativo.

3.1 A CAPES e o processo de avaliação da pós-graduação Brasileira e dos periódicos no Brasil

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) atualmente é uma das principais instituições de apoio à pesquisa, não apenas no Brasil, mas com grande importância também no exterior. Sua atuação principal está vinculada à pós-graduação na definição de parâmetros de qualidade da produção científica e fomento de bolsistas em nível de Mestrado e Doutorado. Sua atuação foi, historicamente, ampliada acompanhando a expansão universitária e as novas demandas que a sociedade impõe ao longo dos anos.

A Capes foi criada pelo Decreto n. 29.741 de 11 de julho de 1951 durante o governo de Getúlio Vargas (BRASIL, 1951). Um dos grandes expoentes nesse processo de criação da instituição foi Anísio Teixeira que, a convite do Ministro da Educação e Saúde Ernesto Simões Filho, assumiu o cargo de Secretário Geral da Comissão com o objetivo de promover uma campanha nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Para tanto, foram estabelecidos inicialmente seis meses para a conclusão das atividades, porém, como as atribuições foram sendo alteradas, o prazo foi ampliado pelo Decreto 30.286 de 19 de dezembro de 1951. Os objetivos iniciais foram sintetizados no artigo 3º e o financiamento das ações no artigo 3º do referido decreto (Brasil, 1951):

Art. 3º Para a consecução desses objetivos a Comissão deverá:

- a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;
- b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas, competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas, nas diferentes profissões e grupos profissionais;
- c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;
- d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;
- e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;
- f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados.

Art. 4º Haverá um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, o qual será constituído de:

- a) contribuições de entidades públicas e privadas;

- b) donativos, contribuições e legados de particulares;
- c) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades para estatais e sociedades de economia mista;
- d) renda eventual do patrimônio da Campanha;
- e) renda eventual dos serviços da Campanha.

O boletim 01 de criação da capes, publicado em dezembro de 1952, trazia de forma inicial as informações sobre as atribuições que a instituição teria: “A CAPES, órgão destinado a contribuir para a melhoria do ensino universitário brasileiro, o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior em atividade no país, e a facilitar a concessão de bolsas de estudos a jovens bem-dotados e sem recursos financeiros (...)” (Capes, 1952, p. 1).

Conforme apresentado no documento, as ações iniciais estavam ligadas principalmente à identificação das fragilidades em relação aos profissionais e à qualidade de suas formações, para que após essa identificação as deficiências pudessem ser trabalhadas de modo que fossem diminuindo nas diferentes áreas que necessitavam de profissionais. Essas ações estavam alinhadas ao setor produtivo industrial, que demandava mão de obra qualificada e especializada nas “diferentes profissões e grupos profissionais”. Para atender a essas demandas, a instituição foi ampliando suas atividades ligadas à formação e especialização profissional. Vasconcelos (2005) trata das demandas atuais ligadas à capacitação profissional separando-as em quatro grupos, a saber:

- 1- Capacitação do corpo docente nas instituições de ensino superior;
- 2- Qualificação dos professores da educação básica;
- 3- Especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado;
- 4- Formação de técnicos e pesquisadores para empresas.

Um exemplo disso é a sua atuação também na formação inicial e continuada de professores da educação básica, iniciada em 2007, e que aos poucos vem ganhando destaque (CAPES, 2013). Para isso foram criados programas de apoio como: O Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (Pibid) e Residência Pedagógica, programas de Mestrado Profissional para a qualificação de professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), bem como programas voltados para os profissionais do magistério que já atuam na educação

básica denominado Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

A cada trimestre, desde 1953, são publicados os “Relatórios de atividades” da Capes contendo as principais ações realizadas tratando de estudos, pesquisas, ações para o aperfeiçoamento de pessoal, bem como informações sobre orçamento para programas universitários, bolsas de estudo, e investimentos diversos realizados em quadros técnicos científicos, serviços de estatísticas e documentos, dentre outros.

Em 1961, a Capes torna-se subordinada à Presidência da República, permanecendo assim até 1964, quando retorna à administração do MEC. Nesse período, duas importantes ações foram tomadas:

- 1- Foram realizados alguns empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- 2- O ingresso ao comitê de julgamento dos pedidos de bolsas junto à Fundação Ford.

Essa aproximação permitiu que a Capes aumentasse sua arrecadação por meio de aportes financeiros vindos de outros atores, porém sempre com um alinhamento de contribuir para o “desenvolvimento econômico” do país. Para isso as bolsas privilegiavam sobretudo as ciências exatas e tecnologia (abarcando também a agricultura). Para além das áreas, as regiões brasileiras também foram historicamente impactadas por uma política centralizadora, fruto de um projeto desigual de país. Isso pode ser observado na tabela abaixo que mostra a evolução do número de cursos de pós-graduação por região (mestrado e doutorado) entre 1987 e 2021.¹²

A tabela 03 indica a evolução da quantidade de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, passando de 1.246 a 7.027 entre 1987 e 2022. Ao final da década de 1980, os cursos de mestrado representavam 69,10% do total, retraindo a 64,21% em 2022, indicando que proporcionalmente houve crescimento relativo dos cursos de doutorado no país (CAPES, 2023).

¹² Documento CAPES 50 anos.

Ano	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
1987	36	4	119	10	18	5	574	340	114	26
1988	40	5	120	10	18	5	599	352	122	30
1989	42	7	124	13	18	5	624	373	126	32
1990	42	10	126	14	18	5	645	385	131	36
1991	43	10	128	18	18	5	657	397	136	38
1992	44	11	140	22	20	6	670	415	144	48
1993	48	13	145	26	21	6	677	431	148	51
1994	52	14	160	35	24	8	712	477	171	60
1995	57	15	164	36	25	8	731	493	182	64
1996	58	16	172	37	27	8	738	498	191	70
1997	64	18	179	42	27	8	772	514	207	76
1998	68	20	186	49	27	8	791	531	219	87
1999	73	21	202	60	28	8	842	555	243	108
2000	80	24	211	76	32	11	872	582	258	128
2001	86	35	221	99	36	15	899	652	279	155
2002	97	36	245	100	48	16	942	657	319	158
2003	109	37	269	103	56	17	1002	667	347	162
2004	120	46	300	113	66	20	1038	692	374	184
2005	125	47	335	121	73	22	1088	716	403	190
2006	154	58	376	140	91	25	1161	753	444	209
2007	168	66	400	156	102	32	1217	768	484	222
2008	181	74	445	172	108	35	1281	797	516	242
2009	193	77	479	193	119	38	1345	844	542	269
2010	203	92	518	210	130	44	1360	866	580	290
2011	235	101	590	239	148	51	1466	921	637	312
2012	263	111	640	256	168	54	1541	953	677	343
2013	281	154	687	323	175	78	1612	1100	727	445
2014	300	153	729	327	190	78	1693	1111	778	450
2015	313	157	767	330	201	81	1760	1129	826	454
2016	332	159	831	335	223	82	1836	1143	879	463
2017	345	165	865	343	239	81	1895	1165	921	473
2018	347	170	867	361	241	84	1896	1180	928	485
2019	371	184	920	390	270	97	1954	1231	974	533
2020	381	185	917	405	272	99	1932	1239	977	549
2021	411	193	959	418	299	108	1963	1258	988	562

Tabela 03. Evolução do número de cursos de pós-graduação por região (mestrado e doutorado) de 1987-2021

Fonte: Dossiê Capes 50 anos/GEOPAPES. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

1) A base de dados utilizada é a disponibilizada no site GEOPAPES, no entanto foi utilizada para a confirmação dos dados disponibilizados na Plataforma Sucupira

2) Os dados apresentados para mestrado correspondem à Mestrado, Mestrado Profissional, Mestrado Profissional/Doutorado Profissional, e Mestrado/Doutorado; e para doutorado correspondem à Doutorado, Mestrado Profissional/Doutorado Profissional, e Mestrado/Doutorado

Considerando o recorte regional, é possível afirmar a descentralização dos cursos de pós-graduação no território brasileiro. Nota-se que em 1987 a região sudeste concentrava 73,35% dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, frente a 43,25% em 2022. Em relação aos cursos de mestrado, as regiões que apresentaram maior crescimento relativo foram a Norte e Centro-Oeste, com 21,00% e 10,78% respectivamente. Quando considerados os cursos de doutorado, o Nordeste e Centro-Oeste revelaram os maiores crescimentos relativos, com 41,60% e 47% respectivamente.

Dentre os avanços da pós-graduação e da Capes, destaca-se também o parecer Sucupira, de 1965, considerado por diversos autores como Frauches (2014), Boaventura (2009) e Martins (2018) como o marco inicial da pós-graduação no país. O documento trata da definição dos cursos de pós-graduação realizado pelo Conselho Federal de Educação, tendo como figura importante o intelectual Newton Lins Buarque Sucupira. Ele ficou conhecido como “patrono da regulamentação da pós-graduação brasileira, ou pai da pós-graduação – pela criação de cursos de pós no país após dez anos de atuação no conselho” Diniz (2023, p. 9).

Dentre as contribuições do Parecer Sucupira, destaca-se a estruturação da pós-graduação com a inspiração nos modelos americanos “*graduate studies*” com ênfase na interação entre o ensino superior e a pesquisa (Diniz, 2023). Dada a relevância desse documento, ele é utilizado até os dias atuais nos processos de avaliação e regulamentação dos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Entre avanços e retrocessos no processo de consolidação da instituição, podemos observar um alinhamento entre as demandas nacionais e as atribuições da Capes, que em grande medida tiveram seu desenvolvimento inicial nos níveis superiores educacionais para atender às demandas industriais que se instalavam de forma rápida no país. Gouveia (2012) relaciona esse momento em que as políticas educacionais estavam sendo organizadas à atuação do Estado brasileiro tornando hegemônica sua atuação nos investimentos em infraestrutura, projetos de consolidação econômica e social, porém com uma atuação frágil em relação às políticas de transferência de tecnologia para as empresas nacionais. Para ele, a política científica e tecnológica nas instituições estava totalmente desvinculada da problemática de acumulação de capital.

Teixeira (1957) contribui nesse debate ao afirmar que era necessário que fosse implantada uma educação universal como forma de “contrabalançar a tendência à dominação do capital e a servilidade do trabalho”. Para ele:

A educação, portanto, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, é a grande igualadora das condições entre os homens - a roda de equilíbrio da maquinaria social... Dá a cada homem a independência e os meios de resistir ao egoísmo dos outros homens (Teixeira, 1957, p. 43).

O que ficou claro nessas tentativas iniciais de implantação da Capes e foi salientado por diferentes pesquisadores foi o desalinhamento entre as demandas produtivas e o desenvolvimento acadêmico que Anísio Teixeira buscava implantar no país, a fim de romper com as desigualdades sociais existentes. Esse rompimento levaria a um desenvolvimento mais igualitário no Brasil sendo importante para as diferentes esferas produtivas.

Gouveia (2012) contribui com o debate ao tratar das posições antagônicas ocupadas pelas instituições ligadas à burocracia estatal, às instituições públicas e privadas da área econômica, comissões que estabeleciam acordos de caráter internacional nas áreas técnicas e científicas e as confederações que representavam a indústria e o comércio. Para Gouvêia (2012):

o resgate desses embates desvela a dinâmica institucional que, diferentemente do entendimento proposto pelo senso comum, não “navegou” em um mar de consensos e concordâncias, mas em um processo de intensas discussões e na busca de hegemonia, que vão se consubstanciar na organização e na prática da própria instituição (p. 380).

Outros autores como Córdova, Gusso e Luna (1986) também abordam os desafios enfrentados pelos cientistas brasileiros buscando maior espaço para a universidade e a pesquisa:

a ideia inspiradora da Campanha é nitidamente a dos cientistas que lutavam, desde os anos 20, pelo seu espaço na Universidade. Mas durante os debates da Comissão encarregada de programar a Campanha tornaram-se fortes as divergências entre estes (que denomino grupo dos políticos) e os “pragmáticos”, apoiados pelos representantes das confederações empresariais (p.17).

Mendonça (2003) analisou a pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira. Para a autora, o projeto de atuação da Capes estava ligado a um projeto institucional de universidade adequado às necessidades do país, contribuindo de forma efetiva para a construção científica do país. Nessa linha, Mendonça afirma que para Anísio Teixeira:

Fazia-se necessário para atender às novas exigências do desenvolvimento nacional, uma mudança de qualidade no ensino superior brasileiro, que implicava numa transformação radical das práticas efetivamente desenvolvidas no seu interior, supondo mudanças substantivas, não só nas estruturas universitárias, mas na própria mentalidade dos professores universitários. Para ele, estava chegado o momento de se ter a escola pós-graduada como centro e cúpula da nova universidade, formulando e reformulando o saber que seria ensinado na própria universidade, formando os

quadros superiores de cientistas nos vários campos do saber humano e constituindo-se no espaço por excelência de formação do professor universitário. Dessa escolha partiria, para ele, a verdadeira reforma universitária que se fazia necessária, uma reforma a partir de dentro da universidade, nas suas próprias palavras (Mendonça, 2003, p.296).

Conforme apresentado, era necessário pensar a pós-graduação como elemento central em um projeto de universidade, amparado em discussões sistemáticas entre os diferentes cientistas, de modo que as demandas sociais pudessem ser atendidas. Para operacionalizar esses objetivos, a Capes caminhava a passos largos como instituição responsável por gerenciar esse projeto de “nova Universidade”, com aporte em infraestrutura, como também nas avaliações de professores e programas. Nessa linha, dois decretos (Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964/ Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970) relacionados aos objetivos que vinham sendo inseridos na jurisdição da Capes merecem destaque para mostrar como historicamente a instituição vai evoluindo de uma proposta tímida para uma das instituições mais importantes no país.

Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964, estabelece como objetivos básicos da Capes os seguintes:

A CAPES terá como objetivo a formulação e execução de programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

- 1 - Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do país;
- 2 - Colaboração com as Universidades e Escolas Superiores do país proporcionando-lhes *assistência técnica no sentido da melhoria dos seus padrões de ensino e de pesquisa*;
- 3 - Apoiar Centro de Pesquisa e Treinamento Avançado, que possam colaborar em programas de formação e adiestramento de pessoal graduado e estimular a formação de centros da mesma natureza de que seja carente o país;
- 4 - Coordenar, respeitada a autonomia das Universidades, os planos nacionais de expansão de matrículas nas áreas em que haja maior demanda, facilitando, ainda, o suprimento de recursos adicionais ou extraordinários que se façam necessários ao cumprimento desses mesmos planos;
- 5 - A realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
- 6 - A administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a elementos estrangeiros para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;
- 7 - A promoção de encontros de professores e pesquisadores visando a elevar os padrões de ensino e difundi-los por todo o país. (Brasil, 1964, p. 1)

O Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970 estabelece como finalidades básicas:

- I - Coordenar as atividades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, especialmente do pessoal docente de ensino superior, observadas a legislação pertinente e a política definida pelo Conselho Federal de Educação;
- II - Colaborar na implantação e desenvolvimento de centros e de cursos de pós-graduação;
- III - conceder bolsas de estudo ou auxílios individuais:
 - a) para cursos de pós-graduação, visando especialmente à formação e aperfeiçoamento de pessoal docente de ensino superior;
 - b) para cursos ou estágios de especialização ou aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;
- IV - Promover ou apoiar encontros que tenham como objetivo a melhoria do ensino superior;
- V - Promover ou realizar estudos, pesquisas e levantamentos das necessidades nacionais ou regionais de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Os dois decretos demonstram que as atividades desempenhadas pela instituição vão se tornando cada vez mais completas, passando por exemplo de uma instituição que promovia assistência técnica para melhorar os padrões de ensino e de pesquisa para atividades como apoio a encontros de aperfeiçoamento do ensino superior, realização de estudos, pesquisas e levantamentos sobre as necessidades nacionais ou regionais de aperfeiçoamento de nível superior. Como demonstrado, já em 1974 o desenvolvimento geográfico desigual era reconhecido. Para isso foram estabelecidos os chamados Centros Regionais de Pós-graduação e a sede da Capes foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

Com a criação de novos cursos e programas surgiu o Sistema Nacional de Avaliação da Pós-graduação, que tinha como objetivo principal garantir o controle e aprimoramento da avaliação dos cursos por meio da elaboração de metodologias próprias de avaliação. Essas políticas foram pensadas por membros da comunidade acadêmica e consultores, responsáveis por avaliar projetos e as solicitações de bolsa de estudos. Em meio às discussões ficou estabelecida a avaliação por pares:¹³

A partir de 1977, essas consultorias assumiram a forma de comissões, e mais tarde foram institucionalizadas, com seus presidentes passando a integrar um conselho técnico científico, com direito inclusive a participação no conselho superior da agência (CAPES, 2002, p.22).

Hostins (2006), ao analisar os Planos Nacionais de Pós-graduação traz o que chama de dois lados da moeda em relação às políticas implementadas na década de 1970, que por um lado, promoveram recursos substanciais às agências de financiamento à pesquisa como Capes, CNPq e FINEP, e por outro concretizaram uma burocratização enorme no contexto

¹³ A avaliação por pares – em inglês, *peer review* – é a revisão de um trabalho científico por especialistas da área do conhecimento do trabalho submetido para avaliação, por isso chamado de pares (Nassi-Calò, 2015).

universitário, exercendo um intenso controle das atividades desenvolvidas, principalmente em relação aos programas de pós-graduação.

Em 1981, por meio do Decreto n. 86.79, a Capes ficou encarregada de uma nova e importante função, a de coordenar a elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto sensu*, definido como:

a política de governo que direciona as atividades do conjunto de instituições de ensino superior que compõem o sistema nacional de pós-graduação (SNPG), como as instituições públicas e privadas, confessionais e comunitárias. O PNPG integra o Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional (Capes, 2020, p.1).

Além dessa função, no mesmo ano a instituição tornou-se uma Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura, com a função de “elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Desse modo, foram estabelecidas comissões com o intuito de criar mecanismos de controle de qualidade, promovendo um controle mais profundo junto às atividades da comunidade acadêmica e científica” (Capes, 2010).

Como já mencionado, após um período de estabilidade durante a década de 1980, com o estabelecimento de novas e importantes funções relacionadas à avaliação dos cursos de ensino superior e pós-graduação no Brasil, houve a extinção da Capes em 1990, a sua nova criação ainda no mesmo ano e a intitulação a partir de então como uma Fundação Pública. Com isso houve uma nova reestruturação em 1995, mesmo ano em que o sistema de pós-graduação ultrapassou 1000 cursos de mestrado e 600 de doutorado, com mais de 60.000 alunos matriculados.

Em 2007 a Capes, além de coordenar o Sistema Nacional de Pós-graduação, inicia suas atividades de formação inicial continuada junto aos professores da educação básica, atribuição registrada no Decreto n. 6755, de 29 de janeiro de 2009, por meio do qual instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Como podemos perceber, ao longo da história da Capes suas funções foram ampliadas inúmeras vezes e nesse momento ocorreu a criação de duas novas diretorias – de Educação Básica Presencial (DEB) e Educação a Distância (DED) – ambas vinculadas ao lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 2009. O lançamento dessas ações foi de extrema importância, pois permitiu que mais de 330.000 professores de escolas públicas estaduais e municipais pudessem iniciar uma formação gratuita em cursos de licenciatura, para que pudessem atuar de forma efetiva nas escolas (Capes, 2013).

O gráfico 01 apresenta dados sobre o número de bolsas que foram ofertadas entre 1953 e 2021. Esses números demonstram que as ações implementadas foram aos poucos apresentando bons resultados com o financiamento de estudantes para que pudessem desenvolver suas pesquisas. Em 1953, o número de bolsas concedido foi de 54, já em 1957 o número subiu para 358 bolsas, representando um aumento percentual de 662,96%. Nos anos seguintes, os números aumentaram gradativamente alcançando 89.145 bolsas a nível de mestrado e doutorado no Brasil.

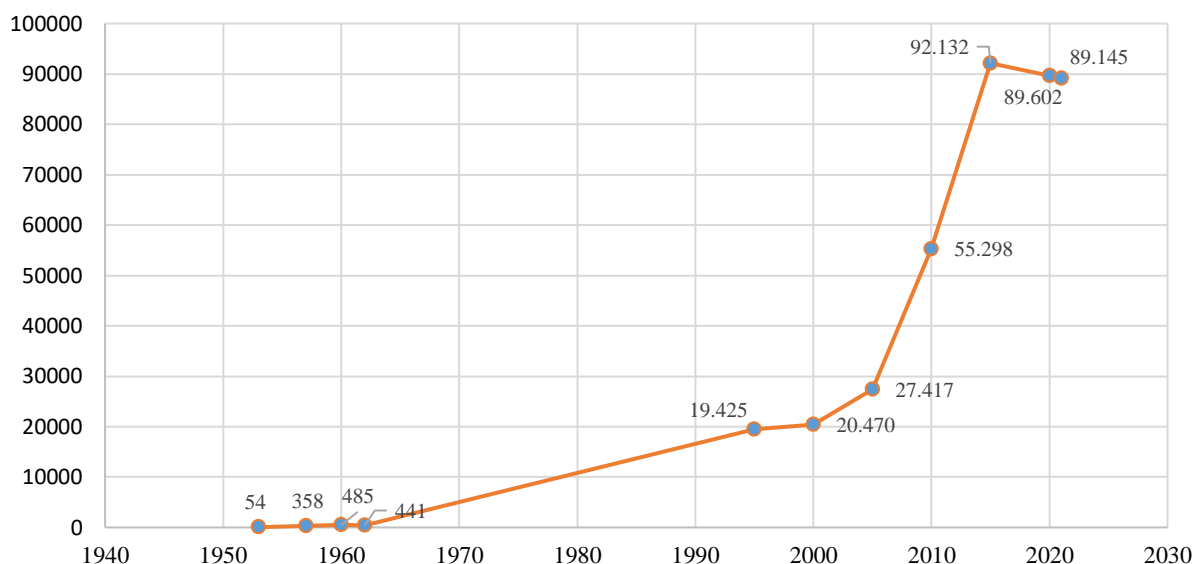


Gráfico 01. Total de bolsas nível mestrado e doutorado entre 1953 e 2021

Fonte: Capes, 1950-2021

Conforme vimos de forma breve, a Capes, ao longo de sua existência, foi sendo encarregada de diversas funções ligadas principalmente à regulação, avaliação e acompanhamento da pós-graduação no Brasil, desde o apoio à pesquisa por meio de bolsas de estudo conforme vimos, financiamento até a avaliação para aferir a qualidade da produção científica do país.

Levando-se em conta esses elementos, a SBPC – em uma carta aberta intitulada “A Capes somos todos nós!” – elenca as principais funções desempenhadas pela instituição atualmente, a saber:

- 1- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- 2 - Acesso e divulgação da produção científica;
- 3- Investimentos na formação de pessoal de alto nível, no País e exterior;
- 4 - Promoção da cooperação científica internacional;

5- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Esses elementos apresentados até aqui demonstram que para além da avaliação, o gerenciamento do acesso à produção científica é crucial para que os pesquisadores, professores e estudantes possam ter acesso padronizado e rápido aos trabalhos por meio das plataformas gerenciadas pela Capes, bem como aos documentos técnicos que subsidiam as avaliações tanto dos programas de pós-graduação, quanto os que estão relacionados ao Qualis Periódicos, foco deste trabalho. Por trás de uma política que busca transparência nas avaliações, o que veremos é que muito se tem a avançar para promover uma avaliação que realmente consiga traduzir a diversidade existente no país, assim como é preciso avançar muito na divulgação dos resultados, que por muitas vezes são divulgados de forma obscura, não respeitando as leis de acesso à informação existente.

3.2 O Qualis Periódicos como instrumento de avaliação da Pós-graduação

A avaliação da pós-graduação no Brasil assumiu, após a década de 1990, uma forte ligação ao produtivismo acadêmico, trabalhado por diferentes autores como Waters (2006), Machado, Grosch e Santos (2017), Sguissardi e Silva (2009), Luz (2005). Luz (2005) justifica o aumento do produtivismo acadêmico à necessidade de consolidação da posição estatutária que os pesquisadores são pressionados a assumir. Para ela:

O quantum de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (“titulação”) do professor/pesquisador. Esse quantum básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico (Luz 2005, p. 43).

Outros autores como Macedo (2013) e Agápito (2016) afirmam que o processo de globalização empreendeu grandes modificações no ensino superior, transformando a natureza das práticas e políticas de ensino. Isso se deve a adoção de novos modelos de gestão alinhados à lógica produtiva global. Esse modelo está alinhado às corporações globais, com a exigência cada vez maior por capacitação profissional, o que tem direcionado os diferentes espaços a adotarem esses modelos matematizados.

Para Minto (2011) tem crescido a mercantilização da produção científica, o que impacta diretamente nas relações de trabalho direcionadas pelas diferentes instituições de ensino. Para o autor:

Não se trata apenas mercantilização quando a educação se transforma em serviço, mas engloba as inúmeras maneiras de os interesses capitalistas penetrarem no campo educacional, impactando as práticas de ensino, a pesquisa científica e tecnológica, as relações de trabalho nas instituições (Minto, 2011, p.4)

É nessa lógica de mercado que os periódicos científicos, ligados principalmente aos programas de pós-graduação se inserem. A Capes, gestora desse processo, busca desde a década de 1990, alinhar suas políticas aos parâmetros internacionais de qualidade, “buscando” uma simetria entre produtividade acadêmica e qualidade das publicações. Nessa linha, Arends (1974), ao analisar a produção de artigos científicos venezuelanos, afirmou que:

Para hacer una estimación de la producción anual de artículos científicos y técnicos de un país se debe establecer previamente un criterio de la clasificación de los artículos que entrarán en el cálculo (Arends, 1974, p. 165).

Esse estímulo descrito pelo autor em relação à produção anual de artigos e a necessidade de estabelecimento de critérios hoje se configura como um elemento essencial para orientar os diversos pesquisadores em relação à divulgação de seus resultados de pesquisa, que hoje se dão principalmente por meio dos periódicos científicos. Nesse sentido, existe uma relação direta entre o desenvolvimento científico, a divulgação científica e o SNPG.

Considerando os avanços da pós-graduação no Brasil, houve na década de 1970 a criação do PNPG, que a partir de 1980 se tornou responsabilidade exclusiva da Capes. Os planos tinham como objetivo principal o direcionamento de ações, metas e estratégias para o desenvolvimento da pós-graduação, pensando a realidade do país para os períodos de avaliação e com vistas aos anos seguintes.

O primeiro PNPG (1975-1979), conforme descrito pela Capes (2010), teve as seguintes diretrizes (CAPES, 2010):

- I) Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável;
- II) Elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos;
- III) Planejar a expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões.

O primeiro plano, portanto, estava ligado a formação e ampliação dos quadros de pesquisadores com vistas a fornecer especialistas para o sistema universitário, público e industrial (PNPG 2011-2020). Já o segundo PNPG (1982-1985) focou na qualidade da pós-graduação e na correção das assimetrias regionais na distribuição dos programas, buscando principalmente um desenvolvimento mais equilibrado entre os diferentes programas de pós-graduação. A Capes, dentro de suas atribuições, passou a acompanhar mais de perto as ações realizadas com o intuito de alinhar nas diferentes regiões do país um padrão de qualidade cada vez maior, proporcionando assim um avanço do conhecimento científico e tecnológico. Os objetivos básicos desse plano, portanto, foram:

No plano específico das diferentes áreas de conhecimento científico, e dentro de uma política de apoio global, compete aos órgãos governamentais atribuir um peso relativo às especialidades e modalidades de pesquisa, de acordo com:

- I) o seu posicionamento no processo de avanço do conhecimento científico e tecnológico;
- II) a importância estratégica que determinadas especialidades têm em função do atual estágio de desenvolvimento do País;
- III) a visão da própria comunidade científica (CAPES, 2020, p. 186).

O terceiro PNPG (1986-989), conforme descrito pela Capes (2020), manteve o forte alinhamento entre a subordinação das atividades da pós-graduação e o desenvolvimento econômico do país, estabelecendo uma integração entre os sistemas de ciência e tecnologia, buscando:

- I) A reestruturação da carreira docente a fim de valorizar a produção científica tanto para o ingresso como para a promoção;
- II) Institucionalização da atividade sabática;
- III) Fortalecimento dos programas de pós-doutorado.

O quarto PNPG (1994-2002), apesar de não ter sido promulgado, foi desenvolvido buscando principalmente o aperfeiçoamento do sistema de avaliação para alinhar as políticas às diretrizes internacionais, se inserindo de forma efetiva na produção internacional. Para isso era necessário manter um padrão de qualidade e aumentar as produções ao mesmo tempo. A ação mais importante realizada nesse PNPG foi a criação do sistema de classificação dos periódicos científicos com o intuito de aumentar as publicações como critério básico na avaliação dos programas em todas as regiões.

O quinto PNPG (2005-2010) buscou o fortalecimento das bases científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas à formação de docentes nos diferentes

níveis de ensino (objetivo alinhado às novas atribuições que a Capes teve em 2007 ligadas às ações na educação básica). Para isso foram pensadas as seguintes diretrizes:

- I) Estímulos à criação de mestrados profissionais em engenharia como forma de intensificar a inovação tecnológica;
- II) Intensificar a formação docente nas diferentes escalas e níveis;
- III) Fortalecimento das bases científicas para promoção de parcerias entre as Universidades, Estado e empresas.

O sexto PNPG (2011-2020) reforçou a necessidade de ampliação do quadro de mestres e doutores nas diferentes regiões do país, apontando também a necessidade de criação de novos programas de pós-graduação em formatos inovadores, oferecendo inter (multi)disciplinaridade e flexibilidade curricular. Além disso, destaca-se a importância relacionada à distribuição regional da pós-graduação que ainda apresenta muitas assimetrias. Além da pós-graduação, destaca-se a necessidade de melhoria da qualidade da educação básica e a formação de novos profissionais para atuação em setores estratégicos. O quadro 02 apresenta uma síntese de todos os PNPGs e seus principais objetivos (CAPES, 2010).

Plano	Período	Ênfase
I PNPG	1975 a 1979	Formação de especialistas para o sistema universitário e para os setores industrial e público.
II PNPG	1982 a 1985	Aperfeiçoamento da qualidade da formação em nível de pós-graduação.
III PNPG	1986 a 1989	Importância estratégica da pós-graduação para a autonomia nacional.
IV PNPG	Não promulgado	Diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação.
V PNPG	2005 a 2010	Minoração das assimetrias regionais, aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação e impacto da pós-graduação na sociedade e no setor produtivo.
VI PNPG	2011 a 2020	Melhoria da qualidade da Educação Básica, formação de recursos humanos para os setores considerados estratégicos, busca da internacionalização e da cooperação internacional da pesquisa e dos programas de pós-graduação, estímulo ao financiamento da pós-graduação.

Quadro 02. Síntese dos Planos Nacionais de Pós-Graduação 1975-2020

Fonte: Cabral *et al* (2020)

Conforme apresentado nos documentos e na síntese dos PNPGs, observa-se um longo caminho a ser traçado pela pós-graduação, com vistas à promoção de um desenvolvimento regional mais equilibrado. Por outro lado, observa-se que as ações têm produzido frutos importantes, como a melhoria do fator de impacto das publicações nacionais em sua relação com os demais países, como pode ser visto na Figura 11. Para que a pós-graduação se expanda ainda mais, é necessário que todas essas ações ligadas à produção científica consigam responder às demandas da sociedade, proporcionando o aumento da qualificação profissional e que essa qualificação tenha os parâmetros mínimos de qualidade assegurados com o acompanhamento dos programas e publicações por meio das avaliações.

Name	Rank	▼ Web of Science Documents	Category Normalized Citation Impact	% Industry Collaborations	% International Collaborations
		(i)	(i)	(i)	(i)
▶ USA	1	6,009,314	1.31	3.03%	29.19%
▶ CHINA MAINLAND	2	3,211,912	0.97	1.56%	21.94%
▶ ENGLAND	3	1,552,067	1.45	3.44%	45.47%
▶ GERMANY (FED REP GER)	4	1,409,068	1.31	4.35%	47.9%
▶ JAPAN	5	1,040,639	0.88	3.68%	26.59%
▶ FRANCE	6	954,484	1.3	4.73%	52.1%
▶ CANADA	7	920,810	1.37	2.74%	46.13%
▶ INDIA	8	913,688	0.75	0.72%	18.75%
▶ ITALY	9	913,548	1.31	2.73%	43.05%
▶ AUSTRALIA	10	810,603	1.41	1.85%	46.41%
▶ SPAIN	11	805,981	1.16	2.35%	42%
▶ SOUTH KOREA	12	647,330	0.94	3.62%	26.57%
▶ BRAZIL	13	571,348	0.78	1.12%	29.15%

Figura 11. Países com maior número de publicações *Web of Science* (2011-2019)

Fonte: Web of Science/Capes, 2019

Quando consideramos a composição da produção científica nos cursos de pós-graduação, como apresentado nas figuras 12 e 13, é possível perceber a relação direta entre as publicações científicas e os periódicos científicos. Em 2021, considerando toda a publicação nacional dos programas de pós-graduação – que foi de 1.166.211 produtos –, 343.042 foram artigos publicados em periódicos científicos nas diferentes áreas. Se considerarmos no mesmo ano apenas o programa de Pós-graduação em Geografia da UFG (PPGEO), das 380 publicações realizadas, 93 foram publicadas em periódicos científicos, o que demonstra novamente sua relevância atualmente.

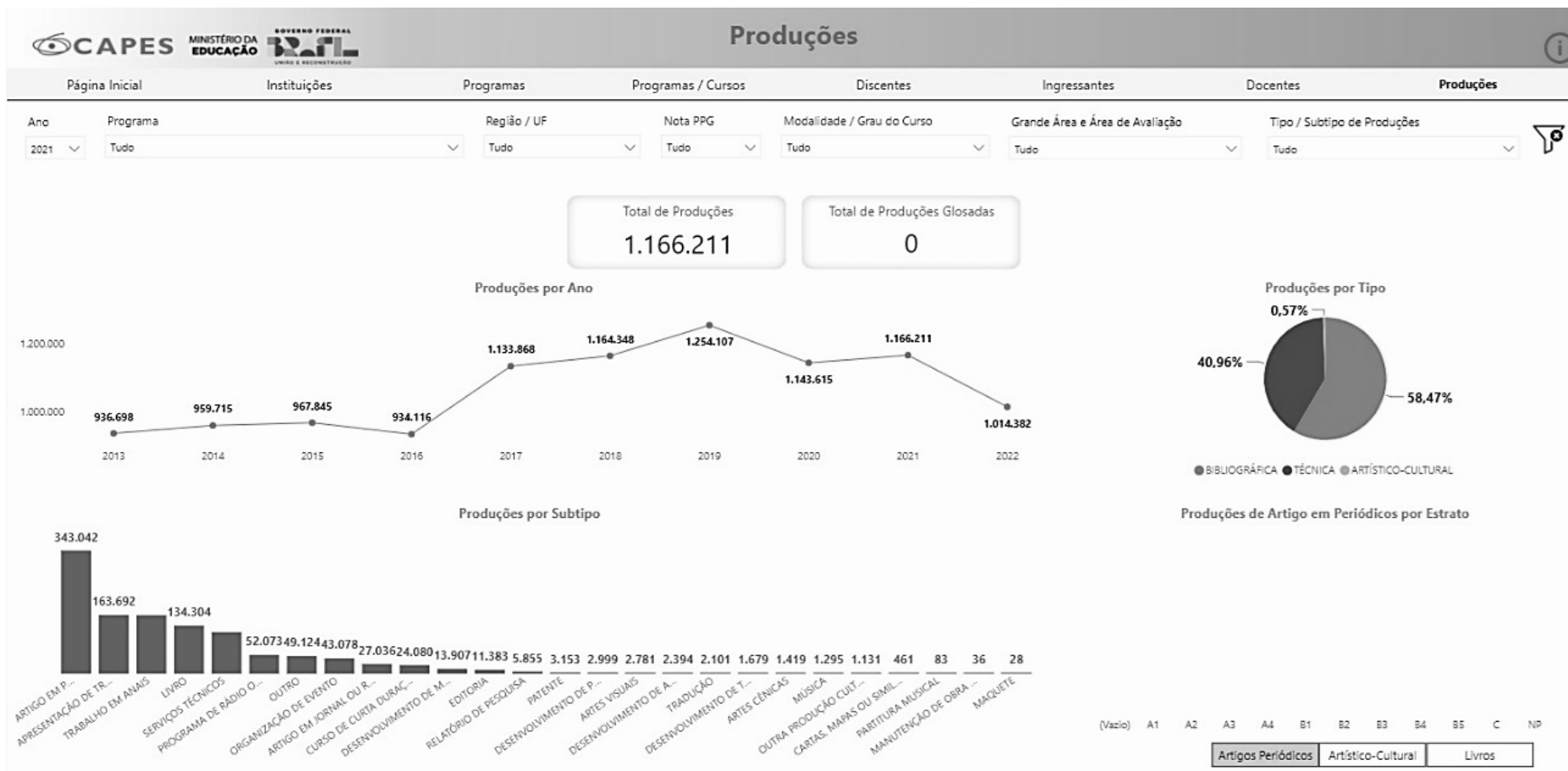


Figura 12. Estratificação da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil - 2021

Fonte: Plataforma Sucupira/Capes, 2021

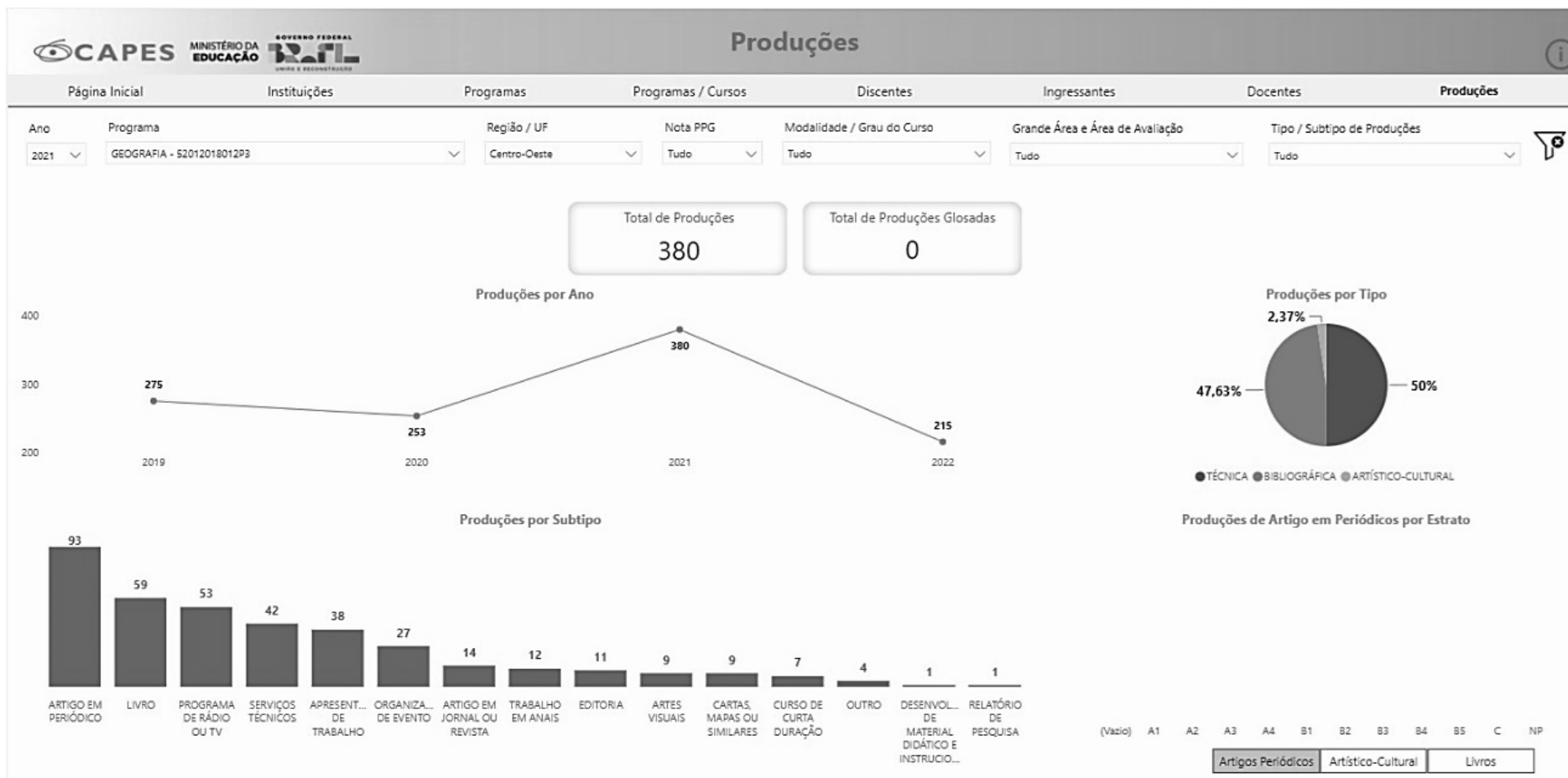


Figura 13. Estratificação da produção científica dos programas de pós-graduação na região Centro-Oeste

Fonte: Plataforma Sucupira/Capes, 2021

Considerando a relevância das publicações periódicas, conforme visto, os pesquisadores, professores e discentes vinculados aos diferentes programas de pós-graduação buscam os periódicos científicos para a realização das suas publicações, tornando-se cada vez mais ligados a uma lógica produtivista que cobra um volume cada vez maior de publicações como um elemento importante nas notas dos programas, pois o Qualis Periódicos é considerado dentro da avaliação dos programas de pós-graduação interferindo ainda na alocação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura, concessão de bolsas, etc. Desse modo, é fundamental que o SNPG pense em estratégias mais objetivas de gerenciamento da produção científica nacional.

3.3 O Qualis Periódicos e as peculiaridades metodológicas

O modelo de classificação dos periódicos científicos brasileiros para efeitos de avaliação de programas e cursos de pós-graduação tem recebido diversas críticas ao longo das avaliações relacionadas à metodologia utilizada, que nem sempre apresenta critérios claros e condizentes com a realidade brasileira, e em relação aos resultados, que nem sempre são divulgados de forma clara para a comunidade científica, conforme apontam autores como Rocha e Silva (2011), Maciel (2012), Arrais e Oliveira (2012).

A esse respeito, Arrais e Oliveira (2012, p.2), ao fazerem uma reflexão metodológica sobre a avaliação de periódicos na área da geografia, afirmam que:

É como se a avaliação de um periódico fosse resultado apenas da comparação com os demais periódicos e não de um sistema universal, com parâmetros analíticos objetivos aceitos como legítimos em cada área do conhecimento. Ao proceder dessa forma, a avaliação perde seu caráter funcional e abdicamos de um excelente mecanismo para diagnóstico de diferentes políticas editoriais.

Apesar das críticas externalizadas por diferentes editores, o fato é que os periódicos a cada avaliação precisam alinhar suas políticas editoriais para que possam ser avaliados de forma positiva. Considerando esses aspectos, para cada avaliação é elaborado um documento de área com as diretrizes que serão avaliadas no triênio ou quadriênio em questão. Esses documentos são elaborados pelas comissões de avaliação e em relação aos periódicos em Geografia, foco da nossa análise, a cada avaliação são disponibilizados os procedimentos para a classificação dos periódicos nacionais com base em aspectos editoriais qualitativos e quantitativos.

A avaliação dos periódicos pela Capes teve sua primeira versão em 1998. Nessa época, as revistas científicas eram classificadas por área e divididas em três níveis, a saber: A – revistas

de abrangência internacional; B – periódicos nacionais; C – periódicos com abrangência local. Os principais critérios analisados eram periodicidade, corpo editorial e gestão editorial (avaliação por pares, normalização, indexação e circulação). A primeira versão do Qualis foi mantida até 2006, quando foi substituída por um novo modelo de avaliação. No quadriênio 2007/2009, a estratificação passou a considerar dentro das áreas do conhecimento sete estratos, sendo eles: A1 = 100 pontos; A2 = 85 pontos; B1 = 70 pontos; B2 = 55 pontos; B3 = 40 pontos; B4 = 25 pontos; B5 = 10 pontos e C = 0 pontos.

A partir dessa avaliação, as diferentes áreas do conhecimento começaram a ser estimuladas a indexarem suas revistas científicas em bases de dados como o ISI, o JCR e SciELO, ou seja, a metodologia apoiou-se em índices matemáticos genéricos, suscitando diversas críticas, uma vez que os melhores periódicos passaram a ocupar estratos mais baixos, como apontam Arrais (2009), Escobar (2009) e Silva (2009). O consenso entre os autores estava na constatação de que a nova política de avaliação da Capes estava colocando o futuro dos periódicos nacionais em jogo. Escobar (2009, *on-line*), diante da avaliação, afirma que:

FATOR DE DISCÓRDIA A principal crítica dos pesquisadores sobre o novo Qualis diz respeito ao uso do Fator de Impacto (FI) como critério único do ranking. O FI é uma “nota” calculada pela Thomson Reuters que indica a frequência com que os trabalhos em determinada revista são citados na literatura científica. Quanto maior a nota, maior a importância do trabalho e da revista. O problema é que o FI não mede a qualidade de um trabalho – apenas a sua repercussão.

Apesar das intensas críticas divulgadas pelos editores de periódicos de diferentes áreas do conhecimento, inclusive a geografia, a avaliação no quadriênio seguinte (2010-2012) e próximos quadriênios foi pouco alterada, com oito estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C), porém com diversas mudanças nos critérios, até 2016.

Quando analisamos os critérios adotados pela Capes no quadriênio 2007/2009 (figura 14), notamos a relevância da *circulação* dos periódicos, representando 25% da avaliação total (100 pontos). É importante pontuar que as indexações (ISI, *SciELO*, *Scopus*, ou citação em outras bases de dados) estavam contempladas na avaliação no item *circulação*, correspondendo a 3% do total. O item *autoria e conteúdo* tinha grande destaque, principalmente ao induzir a publicação de mais de 50% de artigos de autores externos às instituições que editavam as publicações. Deste total, era recomendado que 30% dos autores fossem filiados a instituições estrangeiras. O item *gestão editorial* (25% da avaliação do total da área) indicava a importância da dispersão geográfica do conselho editorial e científico como elemento decisivo para que os periódicos pudessem ter maior alcance geográfico.

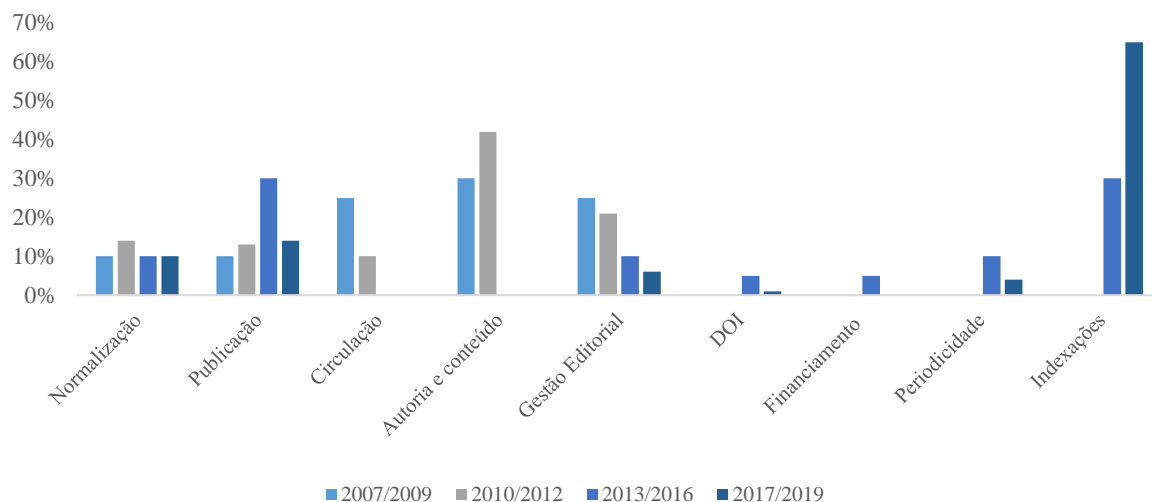


Figura 14. Classificação Qualis Capes entre 2007 e 2019¹⁴

Fonte: Capes. Documentos da área de geografia 2007-2018

No quadriênio 2010-2012, a avaliação ampliou alguns elementos, também autoria e conteúdo ganharam maior destaque, correspondendo a 42% da avaliação total (100 pontos). O ideal era ter acima de 30% de artigos filiados a instituições financeiras e 75% de artigos externos à instituição de publicação. A gestão editorial caiu para 21% da avaliação, novamente com destaque para a abrangência geográfica dos conselhos. O item financiamento fica incluso nesse critério, correspondendo a 3% da avaliação total.

No quadriênio 2013-2016, alguns itens, até então apresentados em outros critérios, são desmembrados, como o DOI (5% do total), o financiamento (5% do total) e as indexações (30% do total). O item *autoria e conteúdo*, considerado no quadriênio anterior como o mais importante, foi incorporado ao item *publicação*, correspondendo a 30% do total. Cabe lembrar que o maior peso conferido às *indexações* está vinculado às novas tendências internacionais centradas na expansão dos indexadores. Já os itens *Gestão Editorial*, *Normalização e Periodicidade* corresponderam, cada um, a 10% do total.

A partir do quadriênio 2017-2020, os critérios foram alterados de forma significativa. O *processo editorial* passa a ser praticamente desconsiderado na avaliação. Conforme podemos observar na figura 14, demasiada importância é conferida às *indexações*. Considerando os 100% da avaliação, 65% destinaram-se às *indexações*, incluindo bases de dados com pequeno fator

¹⁴ Os resultados preliminares foram divulgados e as metodologias novas de avaliação que valem para o quadriênio 2017-2020.

de impacto. Além disso, outros critérios tornam-se válidos, como a presença de áreas-mães, em que as revistas de outras áreas tiveram sua análise incorporada pela área da geografia, o que torna o Qualis único. Além disso, os estratos sofreram grandes modificações, a saber:

A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, C.

Podemos observar a partir desses dados que a comunidade científica brasileira tem buscado estabelecer critérios de avaliação da produção condizentes com cada área do conhecimento, porém se depara com impasses como o fato de existirem distintos parâmetros metodológicos adotados pelos indexadores e bases de dados internacionais, que se tornam cada vez mais utilizados, e verdadeiras empresas de negócios passam a dominar as métricas internacionais. Então, como proceder diante dessas questões de modo a realizar uma avaliação que realmente identifique as pesquisas de excelência no âmbito nacional? A nova avaliação é um reflexo da eficácia dos critérios ou da imposição política da avaliação? Como consolidar as políticas editoriais diante das atuais transformações?

Esses e outros questionamentos apontam para a importância de uma maior comunicação entre os editores dos periódicos, criação de grupos de trabalho e interlocução junto aos programas de pós-graduação, uma vez que a partir da inserção das revistas científicas em “áreas-mãe” é fundamental estabelecer um critério de permeabilidade nas áreas e essa interlocução entre as áreas não consta na ficha de avaliação.

CAPÍTULO 04

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS PERIÓDICOS EM GEOGRAFIA

Neste capítulo trabalhamos os desafios e perspectivas da avaliação em periódicos no Brasil observando a relação entre as políticas editoriais e a avaliação da pós-graduação em geografia ao longo das três últimas avaliações. Para isso trouxemos documentos e análise de dados demonstrando a espacialização dos programas de pós-graduação e dos periódicos científicos por estratificação. Concluimos abordando os desafios e perspectivas da avaliação do Qualis Periódicos em geografia a partir das novas tendências que vêm se desenhando ligadas à utilização de dados bibliométricos e do Fator de Impacto.

4.1 O Qualis Periódicos e as políticas editoriais na geografia

O processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* realizada pela Capes utiliza instrumentos diversos para subsidiar as comissões *ad-hoc* nas 50 áreas de avaliação existentes atualmente (figura 15). Essas áreas de avaliação, bem como o próprio processo, foram sofrendo

alterações significativas a cada processo realizado, ou seja, sua revisão é permanente sob a justificativa de alinhamento às novas demandas sociais nacionais e internacionais.

ID ÁREA	ÁREA DE AVALIAÇÃO	AGRUPAMENTO	ID ÁREA	ÁREA DE AVALIAÇÃO	AGRUPAMENTO
1	MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	QR1	26	DIREITO	QR2
2	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	QR1	27	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	QR2
3	ASTRONOMIA / FÍSICA	QR1	28	ECONOMIA	QR2
4	QUÍMICA	QR1	29	ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	QR2
5	GEOCIÊNCIAS	QR1	30	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	QR2
6	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	QR1	31	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	QR2
7	BIODIVERSIDADE	QR1	32	SERVIÇO SOCIAL	QR2
8	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	QR1	33	FILOSOFIA	QR2
9	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	QR1	34	SOCIOLOGIA	QR2
10	ENGENHARIAS I	QR1	35	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	QR2
11	ARTES	QR1	36	GEOGRAFIA	QR2
12	ENGENHARIAS II	QR1	37	PSICOLOGIA	QR2
13	ENGENHARIAS III	QR1	38	EDUCAÇÃO	QR2
14	ENGENHARIAS IV	QR1	39	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	QR2
15	MEDICINA I	QR1	40	HISTÓRIA	QR2
16	MEDICINA II	QR1	41	LINGUÍSTICA E LITERATURA	QR2
17	MEDICINA III	QR1	42	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	QR1
18	ODONTOLOGIA	QR1	44	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA	QR1
19	FARMÁCIA	QR1	45	INTERDISCIPLINAR*	QR1/QR2
20	ENFERMAGEM	QR1	46	ENSINO	QR2
21	EDUCAÇÃO FÍSICA	QR1	47	MATERIAIS	QR1
22	SAÚDE COLETIVA	QR2	48	BIOTECNOLOGIA	QR1
23	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	QR1	49	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	QR1
24	MEDICINA VETERINÁRIA	QR1	50	NUTRIÇÃO	QR1
25	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	QR1			

Figura 15. Áreas de avaliação consideradas no quadriênio 2017-2020

Fonte: Documento técnico do Qualis Periódicos, 2023

O Qualis Periódicos hoje é o instrumento utilizado na estratificação da produção científica nacional. Ele:

Consiste na qualificação indireta da produção intelectual na forma de artigos científicos a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, os periódicos. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção (CAPES, p.4, 2023).

Vale ressaltar que o Qualis Periódicos não é uma ferramenta criada para medir a produção individual dos pesquisadores no Brasil, sua finalidade é a realização de uma análise coletiva da produção dos programas de pós-graduação, estando ligado às normativas estabelecidas pela Capes. Para possibilitar essa realização, é necessário que ocorra a coleta Capes anualmente, de modo que os dados possam subsidiar a avaliação. Portanto, “a Capes não recomenda e não se responsabiliza pela utilização do *Qualis* como fonte de classificação da

qualidade dos periódicos científicos para outros fins que não a avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu” (CAPES, 2019, p. 4).

O Qualis Periódicos foi implementado e gerenciado pela Capes em 1998 e se tornou ao longo dos anos um importante instrumento na composição de indicadores fundamentais para a avaliação da pós-graduação no Brasil, porém ele não surge com a Capes, outras propostas metodológicas como de Braga e Oberhofer (1982) e Krzyzanowski e Ferreira (1998) antecederam essas avaliações coordenadas pela instituição.

O trabalho inicial de concepção da base Qualis Capes foi definido por Souza e Paula (2002):

O trabalho inicial reuniu em uma base, por área de avaliação, todos os veículos utilizados anuais enviados para a CAPES; solicitou-se, então, às comissões que realizassem a qualificação desses veículos. Para isso, definiu-se que deveriam ser conjugadas duas classificações: a primeira, quanto à circulação do periódico, em termos geográficos – Local, Nacional e Internacional –; na segunda, quanto ao reconhecimento científico, de forma decrescente, como A, B e C, conforme critérios e parâmetros adequados a cada área, de acordo com suas práticas específicas, que permitam avaliar os indicadores resultantes do processo de classificação. A indicação desses critérios e dos parâmetros é de responsabilidade das comissões de área que conduzem o processo de avaliação da pós-graduação da CAPES (p.8).

O processo inicial de avaliação dos periódicos científicos se esbarrou em diversos problemas operacionais, como a predominância de periódicos em formato impresso, o que demandava na avaliação que os volumes fossem enviados para análise, algo que foi aos poucos tornando-se mais simples com a migração dos periódicos para o formato impresso e on-line, ou apenas on-line. Esses avanços permitiram ainda que a coleta de informações pudesse ser realizada totalmente via internet e sistematizada pela Plataforma Sucupira.

Nesse sentido, existe uma grande preocupação com a qualificação das publicações e com os critérios utilizados, tendo em vista a relação direta existente entre a política de avaliação de periódicos e a política da pós-graduação ligada à produção docente e discente. Castro (2018), ao analisar a produção acadêmica como mercadoria, pontua que:

Assim, torna-se inegável a preocupação com a publicação qualificada, a partir da necessidade da construção de um sistema de classificação que promova um ranqueamento capaz de auxiliar na pontuação das publicações e de contribuir para a posição individual do professor/pesquisador dentro do Programa. Esse novo modelo de avaliação, com a criação do Qualis, cria o Núcleo de Referência Docente, que classifica os docentes dos programas em uma escala de um a seis, de acordo com critérios que especificam, por exemplo, o que é considerado produção intelectual, expressa nas atividades de pesquisa, sobretudo no que se refere a publicações. O professor/pesquisador passa a ter de contribuir, individualmente, com um determinado

número de “produções qualificadas” para que o programa alcance uma boa avaliação. (Castro, 2018, p.77).

Conforme a autora apresenta, existe uma preocupação muito grande em relação aos resultados da avaliação, pois ao promover o ranqueamento levando-se em conta alguns parâmetros analíticos os editores científicos tornam-se reféns de todo o processo pois suas políticas editoriais estão em constante alteração para atender às demandas que são geradas a cada avaliação e que nem sempre são apresentadas de forma clara como forma de contribuir de forma efetiva com uma melhor qualificação dos periódicos científicos.

A Capes realizou sua primeira avaliação no triênio 1998-2000 e a partir de então realiza a cada triênio ou quadriênio as avaliações do Qualis Periódicos, divulgando, ao final, uma lista com o a estratificação das revistas nacionais por nível de relevância. Até o ano de 2020 foram realizadas sete avaliações, conforme apresentado abaixo:

- 1º - 2001, compreendendo o triênio 1998-2000.
- 2º - 2004, compreendendo o triênio 2001-2003.
- 3º - 2007, compreendendo o triênio 2004-2006.
- 4º - 2010, compreendendo o triênio 2007-2009.
- 5º - 2013, compreendendo o triênio 2010-2012.
- 6º - 2017, compreendendo o quadriênio 2013-2016.
- 7º - 2021, compreendendo o quadriênio 2017-2020.

Para a realização da avaliação são formados grupos de trabalho compostos por professores e pesquisadores das diferentes áreas de avaliação, que discutem junto à Capes em reuniões regulares de áreas para que os critérios sejam definidos previamente pelas áreas, respeitando suas singularidades e assim, após a aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), os critérios são utilizados para a avaliação dos diferentes periódicos.

São avaliados pela Capes os periódicos que tiverem vínculo formal a um programa de pós-graduação no período da análise e é necessário que ele receba produções científicas. Respeitando esses critérios, o periódico é listado e analisado pelos comitês de área. Portanto, como a própria Capes informa, “não se trata de uma lista exaustiva de periódicos, mas sim uma lista daqueles efetivamente utilizados pelos programas de pós-graduação no período em análise” (CAPES, 2023, p. 4).

Considerando a necessidade de padronização das plataformas para acesso aos artigos científicos, notas de pesquisa, resenhas, entre outros, foi criado em 2003 o *Open Journal Systems* (antigamente chamado de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER), que é um software desenvolvido para a construção e gestão das publicações periódicas eletrônicas pelo *Public Knowledge Project* (PKP) (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2021). O Portal OSJ foi criado e é gerenciado pela Ibict e é uma ferramenta capaz de gerenciar internamente todo o processo editorial, desde a submissão, fluxo de trabalho, até a publicação dos artigos em formato on-line, conforme apresentado na figura 16.

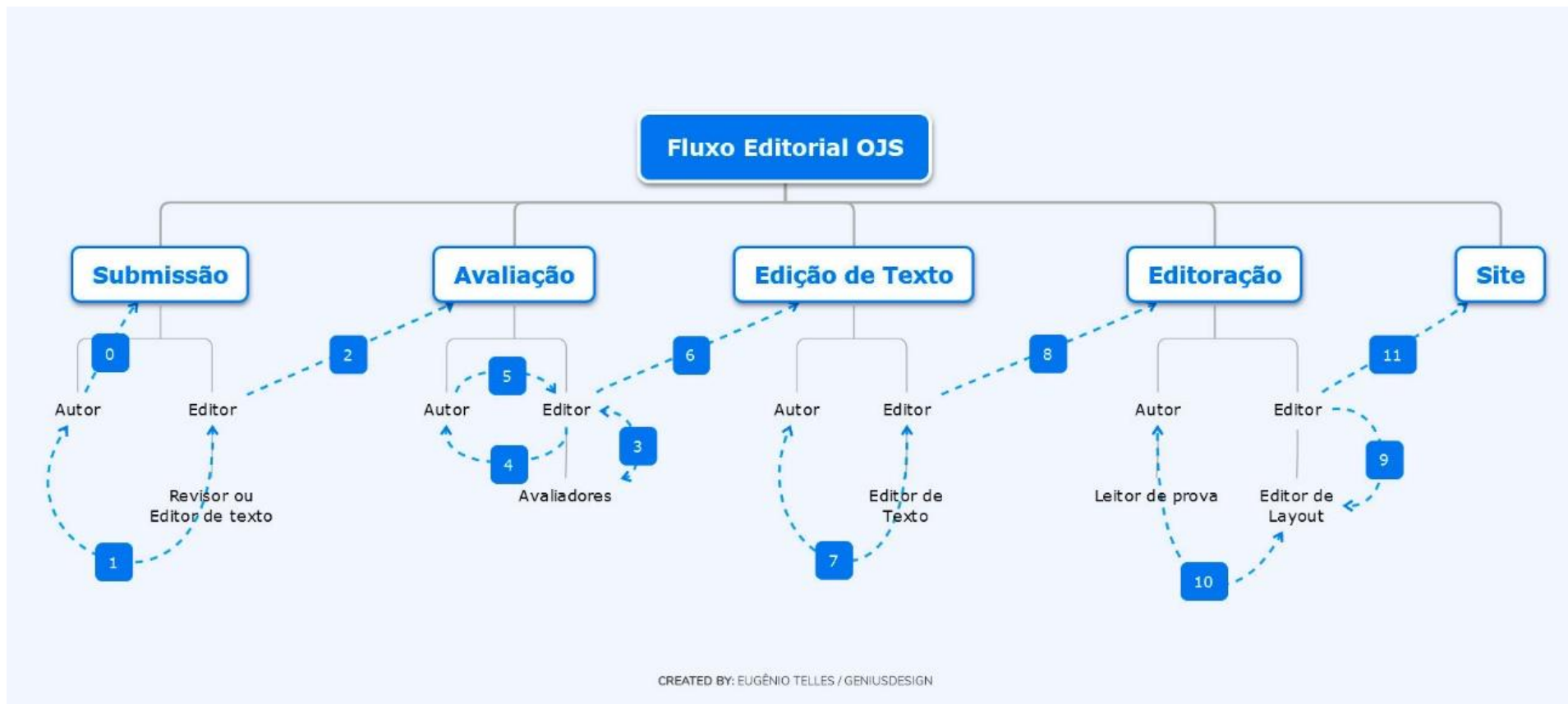


Figura 16. Fluxo editorial do sistema OJS

Fonte: Peleton, 2021

O OJS oferece os seguintes recursos, conforme apresenta o Ministério de Ciência e Tecnologia (2021):

- Interface de leitor responsivo com uma seleção de temas ou designs gratuitos;
- Fluxo de trabalho editorial flexível e configurável;
- Envio on-line e gerenciamento de todo o conteúdo;
- Módulo de assinatura com opções de acesso aberto retardado;
- Integrado com serviços de publicação acadêmica, como Crossref, ORCID e DOAJ;
- Recomendado pelo Google Scholar devido à facilidade de indexação e descoberta;
- Instalado e controlado localmente;
- Liderado e apoiado pela comunidade;
- Multilíngue e traduzido para mais de 30 idiomas;
- Extensos guias do usuário e vídeos de treinamento.

O OJS é gratuito. As instituições universitárias recebem treinamento para que possam apoiar os editores na sua correta utilização e orientam caso algum item exigido não esteja relacionado corretamente na plataforma. Isso porque a nota da avaliação, bem como o atendimento às regras formais, permite que os periódicos concorram à editais internos, a exemplo do Proapupec (Programa de apoio às publicações periódicas científicas da UFG) disponibilizado pela Universidade Federal de Goiás para apoiar as publicações periódicas vinculadas aos programas de pós-graduação da universidade, assim como editais externos (Capes, CNPQ, dentre outros) que estejam em conformidade às regras, o que permite que os periódicos busquem auxílio financeiro para pagamento de serviços a terceiros, compra de materiais de consumo, aquisição de materiais de uso permanente entre outros.

No que se refere à divulgação do processo avaliativo, foi criada em 2014 a Plataforma Sucupira, que permite a divulgação de dados das avaliações por área e os documentos utilizados em cada avaliação. Essa plataforma é uma importante ferramenta de coleta de informações, análises, avaliações e disponibilização de mapas para espacializar algumas das informações, a ser utilizada pelo Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) para coletar informações e gerenciar o que tem sido produzido nas avaliações realizadas. Sobre a Plataforma, o Ministro da Educação José Henrique Paim, em (2014), falou em entrevista sobre a sua importância como instrumento que possibilita dar maior visibilidade aos programas de pós-graduação no país:

A Plataforma Sucupira fará com que todas as informações da pós sejam publicamente acessíveis e que os nossos esforços se tornem visíveis. É importante lembrar que tivemos um crescimento de 50% de cursos nos últimos seis anos, e somente a Região Norte teve um aumento de 40% nos últimos anos.

A proposta da Plataforma é que as informações sejam disponibilizadas em tempo real sem a necessidade de utilização de vários sistemas para ter acesso aos dados e conceder maior transparência na divulgação das informações. Para o diretor de avaliação da Capes, Livio Amaral, “a busca da transparência sempre foi o ponto fundamental sobre a avaliação da pós-graduação. Temos que ter os dados transparentes e tudo que fazemos e produzimos na pós-graduação deve ser acessível à sociedade no seu todo” (MEC, 2014).

A plataforma Sucupira (figura 17), ao longo de sua implantação, foi concentrando diferentes dados e documentos sobre a proposta de implementação de novos cursos, avaliação e reconhecimento, coleta de dados da pós-graduação, concessão de bolsas no exterior, avaliação dos periódicos, as informações detalhadas de cada periódico científico analisado nas três últimas avaliações, o que permite que comparações sejam realizadas, além da nova ferramenta de dados (Geocapes) que disponibiliza estatísticas em gráficos e mapas que espacializam as diferentes informações por Unidade da Federação no país, auxiliando os pesquisadores sobre docentes, bolsas concedidas, acesso ao Portal de Periódicos, investimento da Capes em bolsas de fomento, entre outras informações.

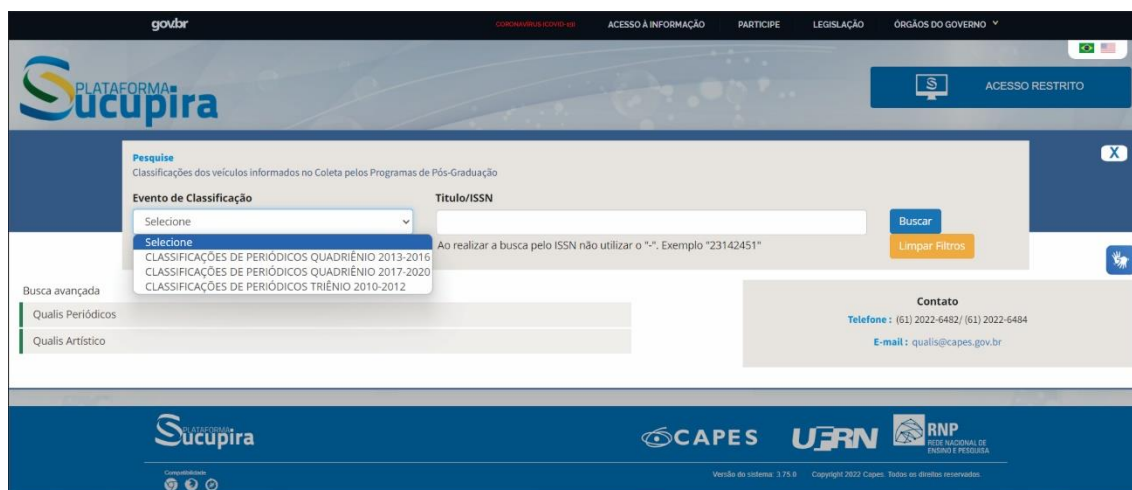


Figura 17. Visão geral da Plataforma Sucupira, 2023

Fonte: Plataforma Sucupira (2023)

A proposta disponível na plataforma atualmente é disponibilizar as três últimas avaliações realizadas, bem como, orientações gerais, documentos de área e uma série de dados

a respeito dos periódicos e programas de pós-graduação do país, como apresentado na figura 18. Conforme constam nos documentos divulgados, as políticas implementadas na avaliação estão vinculadas também aos critérios internacionais de qualidade e são utilizados no Brasil como forma de alinhar a produção nacional e internacional como informado pela própria Capes.



Visão interna da plataforma

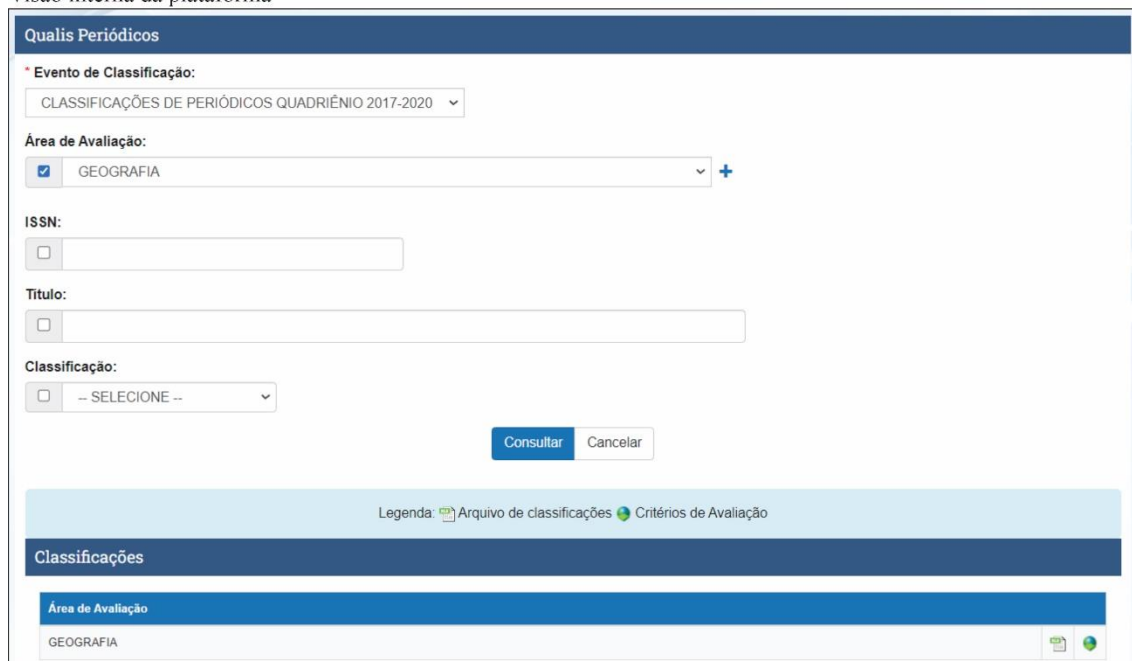


Figura 18. Ambiente interno do Qualis Periódicos - 2023

Fonte: Plataforma sucupira (2023). Composição realizada pela autora.

Examinando o longo desenvolvimento de metodologias de análise dos periódicos científicos, considera-se que o desenvolvimento tecnológico foi fundamental para acelerar o processo de avaliação, bem como a coleta e análise dos dados. Se por um lado esse

desenvolvimento foi pensado ao longo da década de 1990, as políticas editoriais e desenvolvimento teórico, a partir da realização de seminários, já ocorria nas décadas de 1970 e 1980 quando foram realizados uma série de Seminários sobre Publicações Oficiais Brasileiras – SPOB – para pensar nas políticas editoriais como elementos fundamentais ao desenvolvimento das publicações no país (Rosinha, 1989).

Conceitualmente, as políticas editoriais estão relacionadas às normas, aspectos editoriais e gráficos necessários a uma publicação. Para o autor, o conceito de política editorial pode ser definido como:

a arte ou ciência relativa à organização, coordenação e execução de atividades orientadas a comunicar, sob a forma escrita (isto, sob certos aspectos, pode ser estendido a outros tipos de comunicação), todo e qualquer fato de interesse de determinado(s) grupo(s) ou público(s). A amplitude que o conceito abarca, como consequência de sua vinculação com aquele de comunicação, permite que se trace um paralelo entre ambos e que se procure, a partir daí, estabelecer os componentes de uma política editorial (Rosinha, 1989, p.252).

Portanto, para a consolidação das políticas editoriais, é necessário que os objetivos, princípios, diretrizes, públicos e veículos sejam claramente definidos por técnicos. Nesse sentido, a Capes foi a instituição que coordenou, a partir das avaliações, a formulação dessas políticas editoriais que deveriam ser adotadas pelos periódicos científicos para que eles pudessem atender aos diferentes públicos e fossem classificados de acordo com a sua relevância.

Conforme constam nas orientações disponíveis nos documentos de avaliação publicados na Plataforma Sucupira, a cada avaliação são considerados como critérios iniciais de avaliação uma “política definida, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN). (NBR 6021). Além disso, consta no mesmo documento a necessidade de aprimoramento das avaliações conforme ocorrem as mudanças nas políticas editoriais, que por sua vez são guiadas por inovações tecnológicas e pelas exigências dos indexadores (Capes, 2016).

Considerando os periódicos em geografia hospedados no sistema OJS e as recomendações gerais da Capes, para os periódicos científicos indica-se que as políticas editoriais estejam disponibilizadas de forma clara e objetiva nas plataformas, bem como informações sobre indexações, corpo editorial, com destaque para:

Foco e Escopo: Em que se define o tipo de publicação, a periodicidade e os objetivos ligados principalmente à difusão do conhecimento científico na área. É nesse item também que são definidos os tipos de trabalhos publicados;

Política de Revisão por Pares: Refere-se ao sistema dublo-cedo adotado pelos periódicos para avaliação dos manuscritos que estejam em conformidade com as diretrizes para os autores e que sejam originais.

Periodicidade: Refere-se à quantidade de publicações realizadas anualmente. Conforme as orientações, quanto maior foi o número de textos publicados, melhor será para a avaliação Qualis Capes.

Política de Acesso Livre: A recomendação é que os periódicos disponibilizem os textos gratuitamente, como forma de democratização do conhecimento mundialmente.

Missão: Apresentação dos objetivos do periódico por meio da disponibilização de artigos científicos e ensaios teóricos de pesquisadores, com o propósito principal de contribuir para o debate em diferentes temas.

Compromisso Ético: Em geografia, os padrões éticos de publicação são regidos pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE), aplicando os princípios descritos no *Core practice* e a política de má conduta científica definida pela Academia Brasileira de Ciências¹⁵ que trata da:

1. Fabricação de resultados e de registros como se fossem reais;
2. Falsificação ou manipulação de dados, procedimentos e resultados;
3. Plágio envolvendo a apropriação de ideias e do trabalho de outros sem o crédito devido;
4. Autoplágio ou republicação de resultados científicos já divulgados, como se fossem novos, sem informar publicação prévia (2013, p. 11).

Indexação: Apresenta as bases de dados e indexadores em que os periódicos científicos estão indexados. A indexação, ao longo das avaliações do Qualis Periódicos, foi se tornando um dos principais elementos da avaliação, ou seja, quanto maior for o número e mais conceituados forem os indexadores melhor será

¹⁵ Orientações disponíveis em: <https://publicationethics.org/core-practices/>;
<https://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-4559.pdf>

a pontuação. Além disso, é na indexação que os periódicos apresentam seu Qualis com base na última avaliação realizada.

Referências e citações: É importante que os periódicos científicos identifiquem as normas ABNT que utilizam para a avaliação dos artigos, tendo em vista que os textos passam inicialmente por uma triagem em que as normas são checadas. Geralmente, os periódicos apresentam um modelo de citações e alguns exemplos para orientar seus autores.

Idioma: O periódico deve indicar os idiomas aceitos nos artigos. Alguns periódicos melhor avaliados buscam ampliar a publicação de textos completos em formato bilíngue.

Encargos e taxas: A política da maioria dos periódicos em geografia está ligada ao não pagamento de taxas ou encargos financeiros para a publicação dos conteúdos disponibilizados na plataforma.

Modelo de tradução dos resumos: É uma declaração assinada pelos autores se comprometendo com a tradução adequada dos resumos publicados nos textos.

Diretrizes para os autores: Onde todas as normas de envio dos manuscritos são disponibilizadas, bem como o *template* para os editores que optarem pela criação e disponibilização. É nesse tópico que ficam descritos todos os documentos necessários para a submissão, assim como as orientações sobre número de páginas, espaçamento entre linhas, fonte, margens, entre outros elementos que são conferidos assim que a submissão é recebida via sistema.

Declaração de Direito Autoral: Onde os autores renunciam aos seus direitos autorais em nome do periódico científico que farão a publicação. Porém, fica claro que os conteúdos publicados são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores.

Política de Privacidade: Essa norma garante aos autores que os dados informados no momento da submissão serão utilizados exclusivamente a serviço da publicação, não sendo divulgados a terceiros ou para outras finalidades.

Considerando os aspectos formais exigidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 6023/2002 classifica os periódicos científicos como “uma publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designação numérica e/ou cronológica e destinada a ser continuada indefinidamente” (2002, p.2).

Conforme veremos, essas políticas editoriais em geografia, desde a primeira avaliação, são conduzidas pelos critérios exigidos nas avaliações dos periódicos, considerando a importância do Qualis para os periódicos, programas de pós-graduação e pesquisadores no país. Com as mudanças a cada avaliação, o processo editorial se vê em constante alteração com o intuito de se conseguir uma regularidade de desempenho a cada processo avaliativo.

4.2 As hierarquias e espacialização da produção em geografia por estratificação

Em relação às hierarquias e espacialização da produção científica em periódicos de geografia ao longo de todas as avaliações realizadas desde os modelos iniciais ainda não vinculados à Capes ou especificamente à geografia, nota-se que as dificuldades de mensuração da produção coletiva vinculada aos programas de pós-graduação se tornou um desafio diário aos pesquisadores envolvidos no processo e aos editores científicos, que ficam presos a critérios nem sempre claros e que ao final deveriam ser disponibilizados de forma transparente, o que não ocorre. Basta, para isso, buscar os documentos técnicos que subsidiaram as avaliações anteriores e inclusive as novas avaliações, para constatar que o acesso aos dados não é respeitado. Vivemos, então, em relação à avaliação, o que alguns autores chamam de forma irônica, “As Águas do Qualis” (Arrais, 2022).

As tentativas de estratificação da produção científica no Brasil remontam à década de 1980 e a demanda surgiu com o aumento da relevância dos periódicos científicos como forma mais rápida e mais barata de divulgação científica. O esforço inicial foi realizado por Braga e Oberthofer (1982) que fizeram uma proposta metodológica inicial e geral. Não foram consideradas nesse primeiro momento as especificidades científicas das áreas. Conforme pontuaram, até o momento havia uma “inexistência de um índice brasileiro de citações do tipo *Science Citation Index*” limitando a aceitação no Brasil em critérios de avaliação já utilizados em outros países.

A figura 19 traz os critérios apresentados para mensuração dos periódicos. Esse foi um esforço inicial importante para pensar a avaliação dos periódicos científicos, trazendo muitos elementos utilizados pela Capes em sua avaliação ainda hoje e que são utilizados nas diferentes áreas do conhecimento:

- Normalização
- Duração
- Periodicidade

- Indexação
- Difusão
- Colaboração e divisão de conteúdo
- Autoridade

MODELO PARA AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E TÉCNICOS			
CRITÉRIO	VARIÁVEL	CONDIÇÃO	PONTOS
1 NORMALIZAÇÃO			
	1.1 <i>Periódico no adlo (no que se refere as normas de apresentação de originais)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ser explícita • Ser explícita (ABNT) 	4 5
	1.2 <i>Fascículos</i>		
	1.2.1 Sumario	<ul style="list-style-type: none"> • Existência 	4
	1.2.2 Legenda Bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Existência 	1
	1.2.3 ISSN	<ul style="list-style-type: none"> • Existência 	2
	1.3 <i>Artigos</i>		
	1.3.1 Filiação do autor	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação 	3
	1.3.2 Resumos só na língua do texto	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão sistemática 	2
	1.3.3 Resumos só em outra língua que não a do texto	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão sistemática 	2
	1.3.4 Resumos bilíngues	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão sistemática 	4
	1.3.5 Descritores	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão em mais da metade dos artigos em cada fascículo 	2
2 DURAÇÃO			
	2.1 <i>Tempo ininterrupto de existência</i>	<ul style="list-style-type: none"> • A cada 2 (dois) anos 	1
3 PERIODICIDADE			
	3.1 <i>Intervalo regular de aparição</i>	<ul style="list-style-type: none"> • 2 vezes ao ano • 3 vezes ao ano • 4 vezes ao ano • 6 vezes ao ano • 12 vezes ao ano 	1 2 3 4 5
4 INDEXAÇÃO			
	4.1 <i>inclusão em bibliografias, revistas de resumos (abstracts), etc.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Em cada serviço nacional • Em cada serviço estrangeiro e/ou internacional 	2 5
5 DIFUSÃO			
	5.1 <i>Tiragem</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Entre 1.000 e 1.999 • Entre 2.000 e 2.999 • 3.000 e acima 	1 2 3
	5.2 <i>Existência de coleções razoavelmente completas em bibliotecas brasileiras</i>	<ul style="list-style-type: none"> • A cada biblioteca que possua ao menos 75% da coleção completa 	1
	5.3 <i>Separadas (reprints)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento explica o 	1
6 COLABORAÇÃO E DIVISÃO DE CONTEÚDO			
	6.1 <i>Autoria</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de no mínimo 20% de artigos de autores estrangeiros • Publicação de artigos de autores de várias regiões do país 	3 5

6.2 <i>Comunicação de pesquisas em andamento</i>	• Existência regular, como seção de periódicos	4
6.3 <i>Cartas</i>	• Existência regular, como seção	2
6.4 <i>Resumos bibliográficas</i>	• Existência regular, como seção de periódico	2
6.5 <i>Artigos de revisão</i>	• Inclusão regular	5
7 AUTORIDADE		
7.1 <i>comissão (em corpo) editorial</i>	• Ser formada por especialistas de comprovada competência	5
	• Ser interinstitucional	3

Figura 19. Modelo de avaliação geral proposto por Braga e Oberthofer (1982)

Fonte: Braga e Oberthofer (1982)

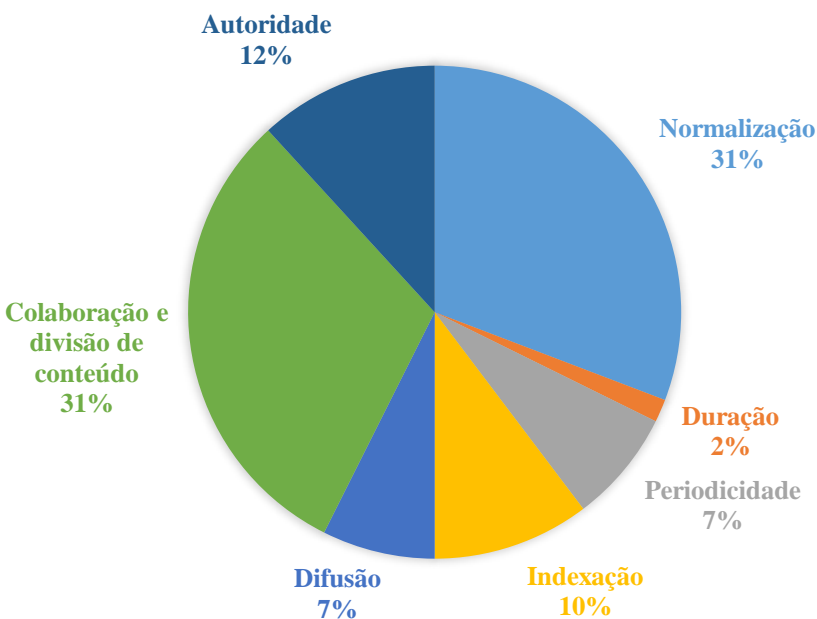


Gráfico 02. Composição da avaliação geral proposta Braga e Oberthofer (1982)

Fonte: Braga e Oberthofer (1982)

Ao analisar a composição da avaliação (gráfico 02), observamos maior relevância aos processos de normalização, colaboração e divisão de conteúdo, ambos representando 31% da avaliação. A normalização está ligada à divulgação dos dados gerais da publicação como ISSN, divulgação das normas adotadas, filiação dos autores e existência de resumos em um ou mais idiomas. Já a colaboração e divisão de conteúdo estava vinculada principalmente ao percentual de 20% de autores estrangeiros e à publicação de artigos de diferentes regiões do Brasil. Essa política pode ser pensada sob dois aspectos: O primeiro, ligado à necessidade de

desenvolvimento regional, buscando uma diminuição das desigualdades históricas regionais. Por outro lado, quando a produção é qualificada, os periódicos podem ser prejudicados ao se forçar esse tipo de política editorial. Ao final da avaliação, os periódicos foram avaliados como:

- Fraco → Até 30%
- Mediano → 31% a 55%
- Bom → 56% a 80%
- Muito Bom → Acima de 80%

Para as autoras:

a escolha dos critérios foi norteada por sua aplicabilidade (existência de ferramentas para coleta e análise), pelas características peculiares aos periódicos nacionais (restrições econômicas, tipográficas etc) e, principalmente pela qualidade de suas funções básicas das publicações periódicas, isto é, a função memória (arquivo do conhecimento) e a função disseminação (transmissão ampla de ideias) (Braga e Oberhofer, 1982, p. 28).

Esse modelo inicial foi considerado por diferentes autores, a exemplo de Castro *et al.* (1996), Krzyzanowski e Ferreira (1998) e Bonini (2004), como um importante instrumento para pensar as políticas editoriais e seus vínculos institucionais, capazes de promover um desenvolvimento integrado entre as diferentes escalas científicas no país. O objetivo era considerar no processo avaliativo elementos como a regularidade das publicações, tiragem e circulação dos periódicos. Considerava ainda a importância de circulação nas diferentes universidades de forma regular (permutas).

Na década de 1990, Kryzanowski e Ferreira realizaram uma nova proposta metodológica de avaliação com base no modelo de Braga e Oberhofer (1982), com o objetivo de auxiliar agências financiadoras como a FINEP, CNPQ e FAPESP na distribuição dos seus recursos financeiros de forma mais igualitária entre as instituições. Alguns aspectos merecem destaque nessa avaliação, como a sugestão de áreas e a criação de três formulários buscando uma análise que considerasse os aspectos gerais, mais formais e alguns específicos das áreas. A metodologia foi aplicada para 407 títulos (tabela 04), listados pelas instituições, considerando um formulário geral e os formulários de áreas.

Área/Subárea	Nº de títulos	%
Arquitetura e Urbanismo	32	9
Astronomia	04	1
Ciências Agrárias	33	10
Ciências Biológicas	23	7
Ciências Humanas	94	28
Ciências da Saúde	39	11
Engenharia	43	13
Economia	39	11
Física	03	1
Geociências	07	2
Matemática	07	2
Química	16	5
Total	340	100

Tabela 04. Total de periódicos por área do conhecimento considerados na proposta de Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Fonte: Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Para essas avaliações foram gerados formulários para as três grandes áreas do conhecimento definidas para o período: Ciências Humanas, Engenharias e Biológicas/Saúde. Além disso, foi gerado um formulário geral intitulado “*Roteiro para análise do mérito das revistas científicas*”. Conforme orientado, o nível de cada periódico seria definido a partir de uma compilação entre os documentos de área e o documento geral. No formulário geral merece destaque o item 1.2.2 “Natureza do órgão publicador”, cuja preferência da avaliação estaria ligada aos periódicos vinculados a instituições de ensino, pesquisa e sociedade científica, ou seja, aqueles que estivessem ligados aos programas de pós-graduação teriam chances de conseguir uma classificação melhor.

A proposta de Krzyzanowski e Ferreira (1998), em relação à estratificação da produção científica, classificou os periódicos em três níveis de abrangência:

- Nível A – Abrangência internacional
- Nível B – Abrangência nacional
- Nível C – Abrangência local

Esses níveis foram definidos para classificar, a partir das publicações e dos pesquisadores que publicaram durante o período analisado, além da periodicidade, sistema de avaliação por pares, normalização, presença de um corpo editorial diverso, indexação, entre outros, conforme pode ser visto na figura 20 (correspondente ao formulário geral). Já a figura

21 apresenta o formulário da área de humanas, figura 22 a área de exatas/biológicas e figura 23 a área de engenharia.

Roteiro para análise de mérito das revistas científicas

1. Analisar cada título relacionado na listagem, classificando-o segundo o seu grau de relevância perante a área e a subárea a que pertence.
 - 1.1. Todos os títulos deverão ser classificados segundo sua importância maior ou menor dentro da área. Dessa forma, cada área terá o seu núcleo de revistas prioritárias, importantes e de importância relativa, conforme conceituação abaixo.
 - 1.2. Para definição do grau de relevância de cada título, deverá ser levado em consideração:
 - 1.2.1. Qualidade da publicação
 - qualidade dos artigos (nível científico: originalidade; atualidade; identificação com a orientação temática da revista; percentual de artigos originais).
 - qualidade do corpo editorial e dos consultores (participação de membros da comunidade nacional e estrangeira).
 - critérios de arbitragem dos textos (comparando-os aos adotados nas publicações nacionais e internacionais de maior prestígio na área).
 - 1.2.2. Natureza do órgão publicador
 - os periódicos devem ser editados de preferência por instituição de ensino, pesquisa e sociedade científica.
 - 1.2.3. Abrangência
 - quanto à origem dos trabalhos (abertura da revista): nível institucional, estadual, nacional e internacional.
 - quanto à difusão da revista (alcance da distribuição proposta em função do público a ser atingido): nível institucional, estadual, nacional e internacional.
 - 1.2.4. Indexação
 - quanto maior o número de bases de dados nacionais e internacionais em que figurar a revista, maior será a sua valorização de qualidade, produtividade e, inclusa, sua difusão indireta.
 - 1.2.5. Avaliação global: comparação com outras revistas da área (tradição, regularidade e importância relativa na área)
 - 1.3. Poderá ocorrer a ausência de algum título na listagem. Caso seja título relevante, indicá-lo, independentemente de não estar relacionado.

Revistas prioritárias: revistas consideradas de alta relevância para a área ou sub-área, portadoras de todas as características especificadas no item 1.2.

Revistas importantes: revistas consideradas relevantes para a área ou subárea, portadoras de grande parte das características definidas no item 1.2.

Revistas de importância relativa: revistas consideradas de interesse, porém, não essenciais para a área ou subárea, portadoras de algumas características definidas no item 1.2.

Revistas não relevantes: revistas consideradas sem importância relativa na área ou subárea, além de não possuírem as características definidas no item 1.2.

Figura 20. Roteiro para análise de mérito das revistas científicas - geral

Fonte: Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Modelo para avaliação de periódicos científicos – Áreas de Humanas

Título _____		Instituição _____	
Volume(s) _____	Nºs. _____	Ano _____	Estado _____ Agência Financiadora _____
1	Normalização		
1.1	<i>Periódico no todo</i>		
1.1.1	Legenda bibliográfica	inclusão (capa, sumário, páginas do texto) existência	02 01
1.1.2	ISSN	inclusão (capa, página rosto e/ou sumário) existência	02 01
1.1.3	Endereço	completo	01
1.1.4	Periodicidade	explícita	01
1.1.5	Instruções aos autores	existência completa (incluindo exemplo referências bibliográficas)	01 02
1.2	<i>Fascículo</i>		
1.2.1	Sumário	existência (língua original) existência (bilingüe)	01 02
1.2.2	Referências bibliográficas	normalizadas (mais da metade dos artigos) normalização explícita (ISO, ABN T, CIDRM, outros)	01 02
1.3	<i>Artigos</i>		
1.3.1	Filiação autor	indicação incompleta indicação completa	01 03
1.3.2	Resumos só no idioma do texto	inclusão sistemática	02
1.3.3	Resumos só em outro idioma que não o do texto	inclusão sistemática	02
1.3.4	Resumos bilíngües	inclusão sistemática	04
1.3.5	Descritores	inclusão em todos os artigos inclusão em mais da metade dos artigos	02 01
1.3.6	Data de recebimento e/ou publicação dos artigos	inclusão sistemática	01
2	Duração		
2.1	Tempo ininterrupto de existência	a cada 2 anos	01
3	Periodicidade		
3.1	Intervalo regular de aparição	1 vez ao ano 2 vezes ao ano 3 vezes ao ano 4 vezes ao ano 6 vezes ao ano 12 vezes ao ano	00 01 02 03 04 05
	Irregulares, atrasadas	1 ponto a menos	
4	Indexação		
4.1	Inclusão em bibliografias, <i>abstracts</i> , sumários correntes impressos ou em CD-ROM	em cada serviço estrangeiro e/ou internacional	05
5	Difusão		
5.1	Formas de distribuição	compra e/ou permuta distribuição gratuita	03 01
5.2	Existência em coleções razoavelmente completas em bibliotecas do sistema	a cada biblioteca que possuir ao menos 75% da coleção completa	01
6	Colaboração e divisão conteúdo		
6.1	Autoria	publicação de no mínimo 10% de artigos de autores estrangeiros e/ou em colaboração publicação de 10% de artigos de autores de várias instituições do país	03 05
6.2	Divisão conteúdo		
6.2.1	Artigos/Ensaios	inclusão regular de 75% inclusão regular de 50%	05 03
6.2.2	Comunicação	inclusão regular	02
6.2.3	Cartas, documentos, registros, relatos	inclusão regular	02
6.2.4	Resenhas bibliográficas	inclusão regular	02
6.2.5	Entrevistas, depoimentos etc.	inclusão regular	01
6.2.6	Outros	inclusão regular	01
	Escala de valorização		
	Nº de pontos	Desempenho	
	até 30	Fraco	Obs.:
	de 31 a 55	Mediano	Data:
	de 56 a 80	Bom	Desempenho:
	acima de 80	Muito Bom	Total: Avaliador:

Figura 21. Modelo para avaliação de periódicos científicos – Áreas de Humanas

Fonte: Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Modelo para avaliação de periódicos científicos – Áreas de Exatas/Biológicas

Título _____		Instituição _____		
Volume(s)	Nºs.	Ano	Estado	Agência Financiadora
1	Normalização			
1.1	<i>Periódico no todo</i>			
1.1.1	Legenda bibliográfica	inclusão (capa, sumário, páginas do texto)		02
		existência		01
1.1.2	ISSN	inclusão (capa, página rosto e/ou sumário)		02
		existência		
1.1.3	Endereço	completo		01
1.1.4	Periodicidade	explícita		01
1.1.5	Instruções aos autores	existência		01
		completa (incluindo exemplo de referências bibliográficas)		01
1.2	<i>Fascículo</i>			
1.2.1	Sumário	existência (língua original)		01
		existência (bilingüe)		02
1.2.2	Referências bibliográficas	normalizadas (mais da metade dos artigos)		01
		normalização explícita (ISO, ABN T, CIDRM, outros)		02
1.3	<i>Artigos</i>			
1.3.1	Filiação autor	indicação incompleta		01
		indicação completa		03
1.3.2	Resumos só no idioma do texto	inclusão sistemática		02
1.3.3	Resumos só em outro idioma que não o do texto	inclusão sistemática		04
1.3.4	Resumos bilingües	inclusão em todos os artigos		02
1.3.5	Descritores	inclusão em mais da metade dos artigos		01
1.3.6	Data de recebimento e/ou publicação dos artigos	inclusão sistemática		01
2	Duração			
2.1	Tempo ininterrupto de existência	a cada 2 anos		01
3	Periodicidade			
3.1	Intervalo regular de aparição	1 vez ao ano		00
		2 vezes ao ano		01
		3 vezes ao ano		02
		4 vezes ao ano		03
		6 vezes ao ano		04
		12 vezes ao ano		05
	Irregulares, atrasadas	1 ponto a menos		
4	Indexação			
4.1	Inclusão em bibliografias, <i>abstracts</i> , sumários correntes impressos ou em CD-ROM	em cada serviço estrangeiro e/ou internacional		05
5	Difusão			
5.1	Formas de distribuição	compra e/ou permuta		03
		distribuição gratuita		01
5.2	Existência em coleções razoavelmente completas em bibliotecas do sistema	a cada biblioteca que possuir ao menos 75% da coleção completa		01
6	Colaboração e divisão conteúdo			
6.1	Autoria	publicação de no mínimo 10% de artigos de autores estrangeiros e/ou em colaboração		03
		publicação de 10% de artigos de autores de várias instituições do país		05
6.2	Divisão conteúdo			
6.2.1	Artigos originais	inclusão regular de 75%		05
		inclusão regular de 50%		03
6.2.2	Artigos de revisão	inclusão regular		04
6.2.3	Comunicação de novas pesquisas	inclusão regular		02
6.2.4	Cartas	inclusão regular		02
6.2.5	Resenhas bibliográficas	inclusão regular		02
6.2.6	Artigos de atualização	inclusão regular		01
6.2.7	Estudos de caso	inclusão regular		01
	Escala de valorização			
	Nº de pontos	Desempenho		
	até 30	Fracó	Obs.:	
	de 31 a 55	Mediano	Data:	Total:
	de 56 a 80	Bom	Desempenho:	Avaliador:
	acima de 80	Muito Bom		

Figura 22. Modelo para avaliação de periódicos científicos – Áreas de Exatas/Biológicas

Fonte: Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Área: Engenharias

ISSN	Título	Subárea: Engenharia (Geral)		
		(P)	(I)	(IR)
0103-7757	Projeções: Revista de Ciências Exatas	()	()	()
0100-7246	Revista da Propriedade Industrial	()	()	()
0101-5001	Revista de Ensino de Engenharia São Paulo, Associação Bras. Ensino de Engenharia, 1981-	()	()	()
Subárea: Engenharia Biomédica				
0102-2644	RBE: Revista Bras. de Engenharia. Cadernos de Engenharia Biomédica. Rio de Janeiro, Sociedade Bras. de Engenharia Biomédica, 1983-	()	()	()
Subárea: Engenharia Civil				
0010-6631	Construção em São Paulo. São Paulo, Pini Ltda., 1948-	()	()	()
	Estrutura. Revista Técnica das Construções, Engenharia e Arquitetura. Rio de Janeiro, Editora Estrutura Ltda., 1957-	()	()	()
0102-2652	RBE: Revista Brasileira de Engenharia. Cadernos de Recursos Hídricos. Rio de Janeiro, Assoc. Bras. Hidrologia e Rec. Hídr., 1983-	()	()	()
0102-2695	RBE: Revista Brasileira de Engenharia. Caderno de Engenharia Estrutural. Rio de Janeiro, Assoc. Bras. de Pontes e Estrutura, 1983-	()	()	()

Figura 23. Modelo para avaliação de periódicos científicos – Engenharia

Fonte: Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Analisando a avaliação de mérito dos periódicos científicos das Ciências Humanas (figura 21), onde estão listados os periódicos de Geografia, percebe-se que o desenho da avaliação estava ligado a seis critérios, conforme apresentado no gráfico 03. A normalização, ligada principalmente aos aspectos formais que deveriam estar presentes de forma explícita na Plataforma OJS, como a presença de ISSN, legenda bibliográfica, informações sobre os autores e para eles, periodicidade, presença de sumário, etc. Esses aspectos juntos corresponderam a

46% da avaliação, sendo o item mais representativo. A duração ligada à regularidade de dois anos de publicação ininterrupta correspondeu a 2%, a periodicidade correspondeu a 7,35%. Para conseguir um bom desempenho nesse item era necessário que um maior número de publicações anuais fosse realizado, elemento que nas avaliações posteriores foi sendo cada vez mais valorizado. A indexação correspondeu a 7% da avaliação e representava a relação entre a circulação de sumários e *abstracts* internacionalmente, CD-ROM ou impressos. A difusão também correspondeu a 7% da avaliação e considerava a importância das permutas regulares entre os periódicos e as bibliotecas do país. Já a colaboração e divisão representou 31% da avaliação e estava ligada a inclusão regular entre artigos, resenhas, entrevistas, depoimentos, entre outras formas de divulgação científica.

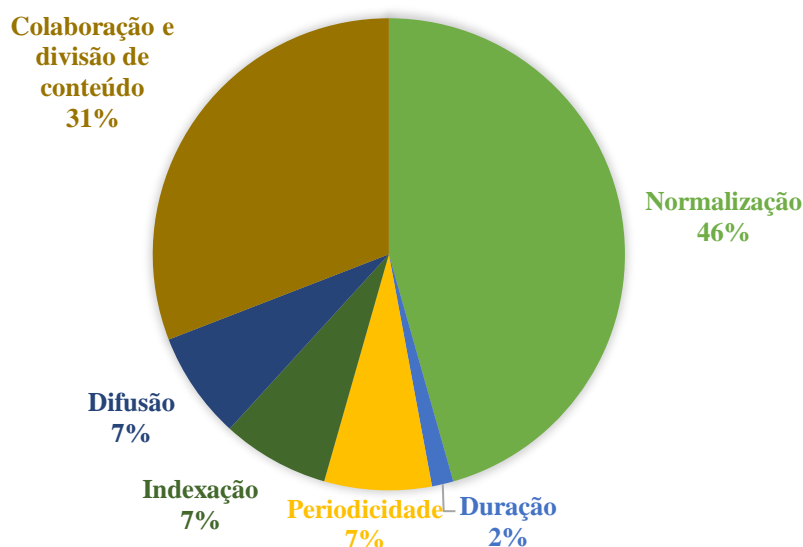


Gráfico 03. Composição da avaliação em humanidades

Fonte: Krzyzanowski e Ferreira (1998)

Essas propostas metodológicas iniciais apresentadas por Braga e Oberthofer (1982) e Krzyzanowski e Ferreira (1998) são importantes referenciais analíticos, porém, precisam ser direcionadas ao momento à leitura científica das décadas de 1970, 1980 e 1990 e tem sua importância para a composição das avaliações Qualis Capes Periódicos pensadas no final da década de 1990.

Nota-se que a Capes, assim como outras agências de fomento à pesquisa, tem procurado realizar levantamentos sobre a produção científica. A mais clara delas é o Qualis Capes Periódicos, que realiza essa hierarquização nas diferentes áreas do conhecimento. O que

percebemos atualmente na geografia, assim como em outras áreas, é que há muitos desafios, tendo em vista a mudança constante dos critérios adotados nas avaliações, o que impacta nas atividades administrativas e editoriais.

Apesar da definição de critérios, ainda existem muitas lacunas nas avaliações realizadas relacionadas ao peso dos critérios considerados. As avaliações, nem sempre claras, trazem consigo uma dificuldade de classificação dos objetivos, interesses e das atividades realizadas em diferentes escalas no âmbito universitário. A seguir, faremos um exercício de hierarquização dessa produção com base nos critérios adotados pela Capes ao longo das avaliações para demonstrar o quanto a atividade editorial tem sido transformada para atender às demandas que são colocadas diariamente para a manutenção e boa avaliação das revistas científicas.

É importante pontuar também que, apesar das leis de acesso às informações, os critérios de avaliação dos periódicos são alterados constantemente e, assim, muitas fichas de avaliação não ficam disponíveis, conforme apresentado pela Capes. Existe uma dificuldade muito grande para ter acesso a esses documentos do Qualis Capes Periódicos de avaliações anteriores, como forma de exercer uma comparação histórica entre os elementos de cada avaliação. Por esse motivo, faremos um comparativo entre a avaliação e as políticas editoriais baseada nas avaliações:¹⁶

- Triênio 2010-2012
- Triênio 2013-2016
- Quadriênio 2017-2020

Considerando o triênio 2010-2012 de avaliação do Qualis Periódicos em geografia, observamos que a avaliação basicamente se divide em 5 itens: Normalização (14%), Publicação (13%), Circulação (10%), Autoria e Conteúdo (42%), Gestão Editorial (21%), conforme pode ser visto no formulário de avaliação (Figura 24).

¹⁶ É importante destacar que foram realizados contatos durante meses em busca de todos os documentos gerais, de área e das fichas de avaliação de cada avaliação realizada pelo Qualis Periódicos, a fim de realizar uma análise completa do processo. Porém, nenhum dos órgãos vinculados à Capes auxiliou com o envio das documentações.

Periódico:			
Editor:			
Triênio 2010-2012		Edições avaliadas: 2010 ____ - 2011 ____ - 2012 ____	
		Data	
Item	Definição do critério	Pontos possíveis	Pontos obtidos
A NORMALIZAÇÃO			
1	Legenda bibliográfica e Ficha	Informação completa (data de início, periodicidade)	2
2	Normas de publicação	Instruções completas, incluindo exemplos de referências	1
3	Sumário bilingüe	Presença	2
4	Referências bibliográficas	Atende, em todos os artigos, normas de instituições reconhecidas na área (ABNT)	1
5	Afiliação institucional do autor; endereço do	Indicação completa	1
6	Resumos de artigos	Trilingue	3
		Bilingüe	2
		Só em Português	1
7	Descritores (palavras-chave)	Presença em todos os artigos em português e inglês	2
		Presença em todos os artigos em português	1
9	Conselho Editorial e Consultores Externos	Publicação da nominata	1
		Subtotal Max = 14	0
B PUBLICAÇÃO			
10	Tempo de publicação	15 anos e mais	5
		Entre 10 e 14 anos	3
		Entre 5 e 9 anos	2
		Menos de 5 anos	1
11	Regularidade	Publicação sem atraso (periodicidade cumprida no triênio)	3
12	Periodicidade (desde que cumprida no triênio)	Mais de uma vez ao ano	2
		Uma vez ao ano	1
13	Nº de artigos por ano	Mais de 20 artigos por ano	3
		De 11 a 20 artigos por anos	2
		Até 10 artigos por ano	1
		Subtotal Max = 13	0
C CIRCULAÇÃO			
14	Indexação em bases de dados	Em vários indexadores internacionais reconhecidos na área	5
		Em apenas 1 indexador internacional	3
		Em outros indexadores	1
15	Forma de circulação	SEER ou OJS e em papel	5
		Só versão eletrônica (SEER ou OJS)	4
		Só em papel	2
		Subtotal Max = 10	0
D AUTORIA E CONTEÚDO			
16	Autoria estrangeira	Publicação de > 30% de artigos de autores filiados a instituições estrangeiras	10
17	Autoria nacional	Publicação de > 10% de artigos de autores filiados a instituições estrangeiras	5
		Publicação de 75% de artigos de autores de Instituição diversa da que o edita	20
		Publicação de 50% a 75% de artigos de autores de Instituição diversa da que	10
18	Número médio de páginas de artigos e ensaios	Publicação de 25% a 50% de artigos de autores de Instituição diversa da que	5
		Mais de 15	6
19	Relatos de experiência, resenhas	Entre 10 e 15	3
		Presença regular	2
20	Representações gráficas, cartográficas e iconográficas	Alta qualidade e correção técnica	4
		Média qualidade e correção técnica	2
		Subtotal Max = 42	0
E GESTÃO EDITORIAL			
21	Comissão executiva e/ou Editor responsável	Presença	1
22	Composição do Conselho (Editorial/Científico)	Diversidade do Conselho Editorial/Científico (reconhecida contribuição na área)	5
23	Abrangência geográfica do Conselho Editorial/Científico (internacional)	Âmbito internacional (conselheiros afiliados a, pelo menos, 5 instituições internacionais)	5
24	Abrangência geográfica do Conselho Editorial/Científico (nacional)	Âmbito nacional (conselheiros afiliados a, pelo menos, 5 instituições nacionais diversas da que edita o periódico)	5
25	Critérios de arbitragem	Indicação dos pareceristas da edição	2
26	Financiamento por agência de fomento, com avaliação externa nos últimos 03 anos.	Sim	3
		Subtotal Max = 21	0
		TOTAL = MAX 100	0

Figura 24. Formulário de avaliação baseado na avaliação Qualis Capes Periódicos – 2010-2012

Fonte: CAPES (2013)

A área de geografia, conforme apontado pela própria equipe responsável pela avaliação, possui algumas peculiaridades em relação às demais, como ocorre em outras áreas:

A área de Geografia apresenta um conjunto de características, típicas das ciências humanas e sociais, em que a grande maioria dos periódicos da área não está indexada em bases internacionais. Isto significa que não temos a possibilidade de classificá-los por seu fator de impacto, aos moldes das demais áreas do conhecimento (CAPES, 2012, p. 23).

Na avaliação do Qualis Periódicos geografia, foram listados para avaliação 1.425 periódicos, dos quais apenas 21,8% apresentavam algum tipo de indexação que permitisse o alcance de algum impacto, o que impossibilita que a classificação se dê pelo fator de impacto. Desse total, apenas 206 foram considerados periódicos de geografia exclusivamente, o que está ligado às peculiaridades de uma área muito ampla nos diferentes temas abordados, porém com grande parte dos conselhos editoriais e científicos formados por pesquisadores de temas próprios da área, ou seja, existe uma natureza interdisciplinar muito grande quando falamos de Geografia.

Para essa classificação, foram considerados os seguintes estratos:

- A1 → Acima de 80 pontos
- A2 → de 70 a 79,9 pontos
- B1 → de 60 a 69,9 pontos
- B2 → de 50 a 59,9 pontos
- B3 → de 40 a 49,9 pontos
- B4 → de 15 a 39,9 pontos
- B5 → menos de 15 pontos

Outra peculiaridade está ligada ao fator de impacto, que de forma resumida é um índice utilizado para calcular o número e a concentração de citações em periódicos não indexados nas principais bases de dados. O programa *Publish or Perish* calcula esse índice por meio do Google Acadêmico, classificando os periódicos da seguinte forma:

- A1 – Índice h superior a 11 e com versão eletrônica
- A2 – Índice h superior a 10 sem versão eletrônica, ou entre 8 e 10 com versão eletrônica
- B1 – Índice h de 4 a 7,9
- B2 – Índice h de 3,0 a 3,9
- B3 Índice h de 2,0 a 2,9
- B4 Índice h de 1,0 a 1,9

- B5 Índice h inferior a 1,0

É possível observar uma tendência que irá se confirmar nas avaliações seguintes de padronização das publicações nacionais baseada em critérios internacionais, a exemplo da utilização do fator de impacto nas publicações. O documento de área identifica o perfil das publicações em geografia, porém já fica perceptível a necessidade que os periódicos têm de adequação às demandas internacionais. Observando autoria de conteúdo, a indicação é que mais de 30% das publicações sejam realizadas por autores filiados à instituições estrangeiras. No contexto das publicações nacionais, a indicação é que sejam publicados artigos de diversas instituições ligadas aos programas de pós-graduação, considerando o peso que essa diversificação tem na avaliação. O gráfico 04 abaixo mostra como ficou composta, em termos percentuais, a avaliação em geografia:

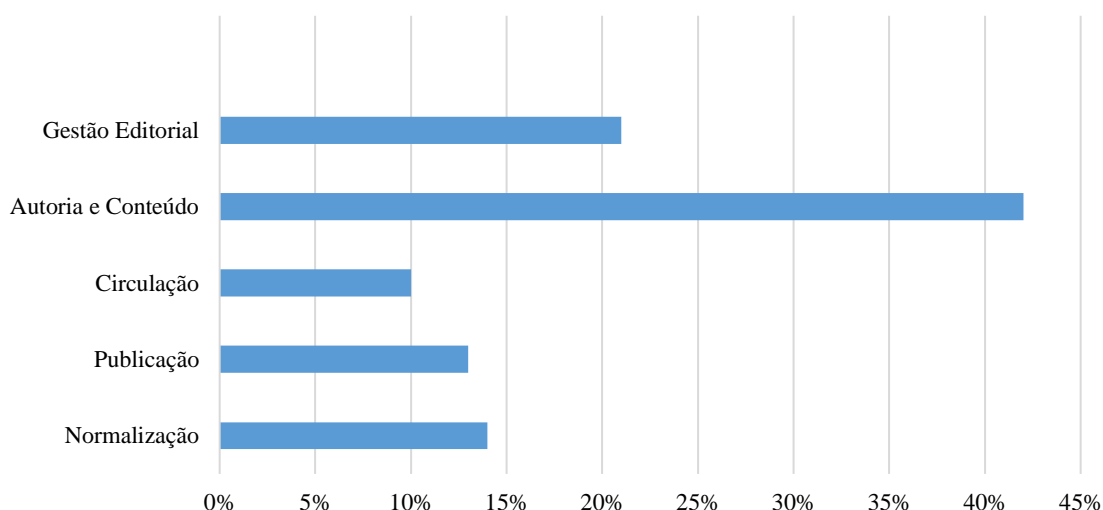


Gráfico 04. Composição (%) da avaliação Qualis Capes geografia triênio 2010-2012

Fonte: Elaborado com base na ficha de avaliação (CAPES, 2013)

Com a migração gradual dos periódicos para o formato on-line, a avaliação já privilegiou a circulação em meios digitais a partir das indexações que nesse momento foi definida de forma geral, indexações internacionais e nacionais pelo seu reconhecimento na área, sem elencar ainda quais teriam maior ou menor importância. A indexação em bases bibliográficas corresponde à inclusão dos periódicos em índices ou bases de dados bibliográficos e são definidos como:

ferramentas digitais que auxiliam na disseminação e na divulgação de periódicos científicos. São compostos por bases de dados que abrigam informações sobre a revista vinculada e os seus materiais publicados. Nesse sentido, o objetivo dos indexadores é proporcionar um amplo acesso aos periódicos indexados, de acordo com a respectiva área de pesquisa. Com esse sistema de informação, os indexadores oferecem uma maior visibilidade e acessibilidade aos artigos publicados, por meio da reprodução dos dados principais do periódico e de seus textos, como: autor, título do artigo, título da publicação, ano, volume etc. (UEMG, 2022, p.3).

Os indexadores nessa avaliação começaram a ser considerados como importantes ferramentas para aferir a qualidade dos periódicos científicos sendo respeitados internacionalmente por meio dos requisitos mínimos de inserção de um periódico, como políticas editoriais consistentes e disponíveis ao público para consulta, ISSN, DOI, periodicidade, política de direitos autorais (UEMG, 2022).

Com base nesses critérios, os periódicos foram distribuídos por estrato. As revistas de geografia, A-1 representaram 9% do universo, revistas A-2 11%, B-1 13%, B-2 13%, B-3 14%, B-4 18% e B-5 22%, conforme pode ser visto no gráfico 05.

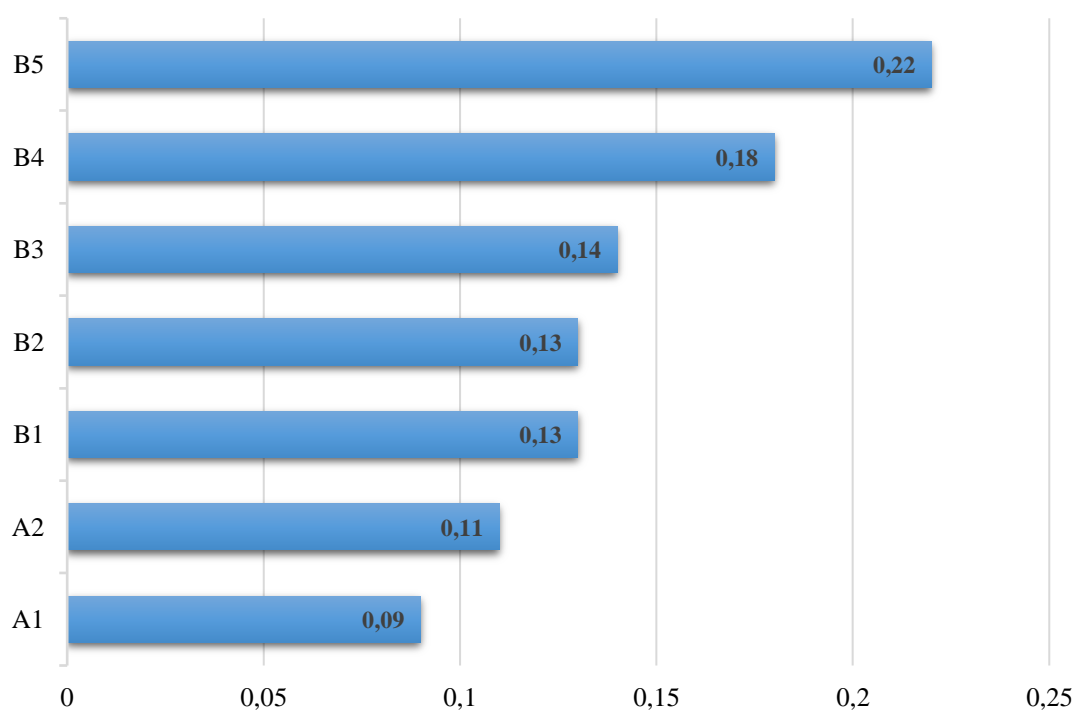


Gráfico 05. Distribuição dos periódicos da área de geografia por estrato 2010-2012

Fonte: Capes (2013)

Observando os elementos da avaliação, é possível perceber que ela privilegiou políticas editoriais já consolidadas, bem como a disponibilidade de uma normalização padronizada, clara

e objetiva, valorizada a partir da disponibilização de todos os critérios de avaliação na plataforma OJS. Ao mesmo tempo, observa-se a valorização da internacionalização e indexação considerados fatores importantes na classificação. É importante ressaltar que aqui apresentamos a classificação dos periódicos em Geografia, mas que os periódicos poderiam ser classificados em outras áreas como Arquitetura e Urbanismo, História, Biologia etc. Para isso, no período da avaliação precisariam receber artigos dessas áreas que, ao serem contabilizadas nos dados coletados a partir do “Coleta Capes”, tornariam esses periódicos aptos a ter um Qualis nessas áreas.

Observando a avaliação no quadriênio 2013-2016, que considerou a estratificação entre os periódicos analisados com e sem fator de impacto do JCR (*Journal Citation Indicator*), os periódicos com FI foram classificados segundo os estratos A1, A2 e B1. Para os periódicos sem FI foi calculado o índice H no intervalo de 5 a 10 anos, considerando a relação entre a geografia e as áreas correlatas. A comissão em 2015 indicou os critérios para cada estrato conforme indicado a seguir (CAPES, 2015):

A1 → muito alto fator de impacto (JCR) ou índices H e G muito altos + relevância do periódico para a área;

A2 → alto fator de impacto (JCR) e/ou índices H e G altos + relevância do periódico para a área;

B1 → médio fator de impacto (JCR) e/ou índices H e G médios, acrescentando a não endogenia do conselho editorial e científico, periodicidade sem interrupções, indexação;

B3 → médio fator de impacto (JCR) e/ou índices H e G médios, acrescentando a não endogenia do conselho editorial e científico, periodicidade sem interrupções, indexação. Para os periódicos internacionais, com médio fator de impacto, classificados neste estrato em função de sua não relevância para a geografia;

B3 → Periódicos com corpo editorial e científico com endogenia. Periodicidade sem interrupções. Para os periódicos internacionais com médio FI, classificados em função de sua não relevância para a geografia;

B4 → Periódicos com corpo editorial e científico endógenos, com periodicidade sem interrupções. Se existirem periódicos internacionais com baixo fator de impacto (JCR), de áreas afins, periféricas, ou fora da área;

B5 → Periódicos com grande endogenia, periodicidade sem interrupções ou muito recentes. Caso existam periódicos internacionais sem FI (JCR) de áreas afins, periféricas ou fora da área;

C → Não possuem comitê científico, nem relevância na área, índice de citação inexistente ou baixíssimo, sem acesso ao periódico na rede e não associados à pós-graduação.

No quadriênio 2013-2016 (tabela 05), o JCR começou a ter grande representatividade na avaliação. Ele pode ser definido de forma objetiva como uma ferramenta capaz de avaliar e comparar as publicações científicas utilizando os dados das citações. A partir dele é possível mensurar os periódicos com maior relevância para a área e para a comunidade científica de modo geral. Do total de 1.337 periódicos em geografia analisados, 1.164 não possuíam o JCR, representando 86,14% do total. Apenas os estratos A1 e A2 apresentaram publicações com o JCR.

Estrato	Sem JCR	%	Com JCR	%	Total	%
A1	23	21,1	86	78,9	109	8,1
A2	24	21,6	87	78,4	111	8,3
B1	98	100	0	0	98	7,3
B2	103	100	0	0	103	7,7
B3	201	100	0	0	201	15,1
B4	402	100	0	0	402	30,1
B5	313	100	0	0	313	23,4
Total	1164	87	173	13	1337	100
C	201		0		201	

Tabela 05. Resultados da avaliação dos periódicos no quadriênio 2013-2016

Fonte: Capes (2016)

A tendência que se apresentava na avaliação do quadriênio 2010-2012 se confirma na avaliação 2013-2016 com os indexadores ocupando uma posição de destaque, assim como as citações, via JCR. O que começa a ser cobrado em relação aos periódicos, para além das atividades de normalização, gestão editorial consistente e regular, é a inserção em parcerias internacionais assim como sua inserção nos principais indexadores mundiais como forma de manter um bom desempenho na avaliação. A figura 25 apresenta a ficha de avaliação adotada pela comissão de área em geografia com os critérios considerados.

Título do periódico	
Endereço na WEB	
Contato do periódico	
Editor responsável	
Contato do editor	
Data da coleta das informações	
Fluxo de artigos	
Artigos recebidos	
Artigos aprovados	
Artigos rejeitados	
Artigos não devolvidos pelo autor	
Artigos publicados no ano	
FICHA DE PONTUAÇÃO	
Data de coleta das informações	

PARÂMETROS DE ANÁLISE	Pontuação		
	Item	Informada	Auferida
I - GESTÃO EDITORIAL			
Diversidade Conselho Editorial			
Até 30% de conselheiros externos de outro país	2		
De 30% a 59% de conselheiros externos de outro país	3		
Acima de 60% de conselheiros externos de outro país	4		
Até 30% de conselheiros externos do país	2		
De 30% a 59% de conselheiros externos do país	3		
Acima de 60% de conselheiros externos do país	4		
Diversidade Conselho Científico			
Até 30% de conselheiros externos de outro país	2		
De 30% a 59% de conselheiros externos de outro país	3		
Acima de 60% de conselheiros externos de outro país	4		
Até 30% de conselheiros externos do país	2		
De 30% a 59% de conselheiros externos do país	3		
Acima de 60% de conselheiros externos do país	4		
Expediente apresenta informações completas dos conselheiros (IES, Unidade, Cidade, Estado e País)	6		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	20		

II - NORMALIZAÇÃO			
Presença de normas de publicação	2		
Resumo e sumário trilingue	4		
Resumo e sumário bilingue	3		
Data de recebimento e aceite no final dos artigos	2		
As referências bibliográficas citadas nos artigos seguem a norma indicada no expediente	2		
As instruções esclarecem sobre responsabilidade e conflito de interesses	2		
Artigos contem filiação completa dos autores	4		
Informações gerais no sistema traduzidas para ingles, frances e/ou espanhol	4		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	20		

III - PERIODICIDADE			
Anual (completa)	10		
Semestral (completa)	12		
Trimestral (completa)	16		
Quadrimestral (completa)	20		
Anual (incompleta)	8		
Semestral (incompleta)	10		
Trimestral (incompleta)	12		
Quadrimestral (incompleta)	14		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	20		
IV - PUBLICAÇÃO			
Número de artigos publicados nos últimos três anos			
até 49	8		
50 a 59	10		
60 a 69	12		
70 a 79	14		
80 a 89	16		
Acima de 90	20		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	20		
Percentual de autores externos à instituição responsável pela publicação			
Acima de 90%	20		
Entre 70% e 89%	18		
Entre 60% e 69%	16		
Entre 41 e 59%	10		
Até 40%	8		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	20		
Percentual de autores externos à instituição, de outros países, responsável pela publicação			
Acima de 30%	20		
Entre 11 e 30%	18		
Até 10%	16		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	20		
V - INDEXAÇÕES			
Scielo	60		
SCOPUS	40		
REDALYC	35		
DOAJ	20		
EBSCO	15		
Clase	10		
Periódica	10		
E-Revistas	10		
Dialnet	10		
Latindex	10		
Demais	5		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	60		
VI - DOI (Digital Object Identifier System)			
Marcador DOI em todos os artigos	20		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	10		
VI - FINANCIAMENTO			
CNPq	10		
Capes	8		
IPEA	6		
Agências Estaduais	6		
PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	10		
PONTUAÇÃO TOTAL DO PERIÓDICO	200	0	0

Figura 25. Ficha de Avaliação dos periódicos de Geografia quadriênio 2013-2016

Fonte: Capes, 2016

Percebe-se com a avaliação que as indexações representam 30% de toda a avaliação, ou seja, os periódicos que não estão indexados nos principais indexadores, que por sua vez cobram um alto desempenho no JCR, enfrentam problemas. Apenas os demais itens não são suficientes para que os periódicos antes classificados como A1 consigam se manter em uma estratificação alta. Por outro lado, a gestão editorial, que na avaliação anterior correspondia a 21%, nessa avaliação corresponde apenas a 10%.

Essas alterações gradativas indicam uma necessidade constante de mudança das políticas editoriais dos periódicos para se adequar cada vez mais a um modelo internacional de publicações científicas, desconsiderando muitas vezes as especificidades de área e regionais, pois considerando a necessidade de que uma publicação tenha alcance a partir de citações, artigos muito comuns em geografia ligados a estudos de casos diversos podem ter uma avaliação extremamente negativa, visto que geralmente são citados localmente, o que não retira seu mérito acadêmico.

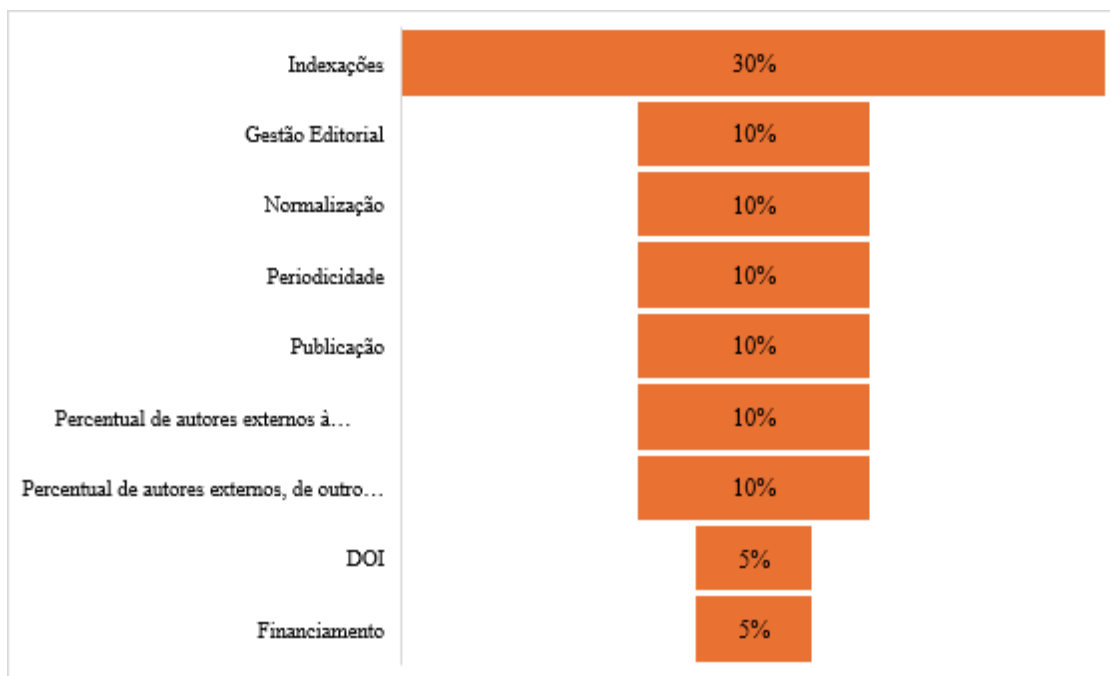


Figura 26. Composição da avaliação Qualis Periódicos 2013-2016

Fonte: CAPES, 2016

Considerando os principais indexadores exigidos nessa avaliação, temos os três considerados de maior relevância para as publicações nacionais que são o *Scielo*, que apenas a indexação nele correspondeu a 100% da nota nesse item, seguido pelo *Scopus* e *Redalyc* conforme apresentado na figura 27.

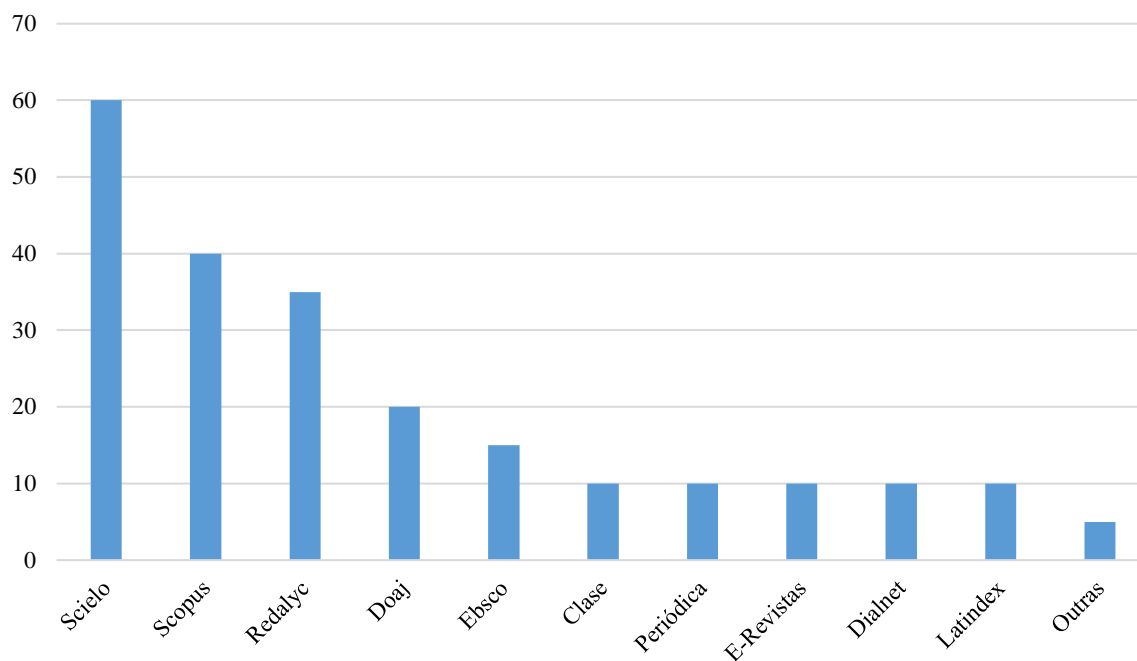


Figura 27. Qualis Periódicos 2013-2016 – principais indexadores

Fonte: CAPES, 2016

A análise da avaliação 2013-2016 demonstra a consolidação de metodologias de avaliação dos periódicos voltada às demandas internacionais, tendo em vista, por exemplo, no Scielo existem apenas três periódicos indexados atualmente, a saber: Geousp, Mercator e Sociedade & Natureza.

A última avaliação do Qualis Capes Periódicos foi realizada no quadriênio 2017-2020 e trouxe outras diretrizes, conforme consta no documento intitulado “Documento Técnico do Qualis Periódicos”, publicado em 2023¹⁷. Segundo o documento, a proposta para essa avaliação foi pensar em um novo modelo metodológico para a avaliação dos periódicos com o aperfeiçoamento da metodologia, seguindo os critérios (CAPES, 2023, p. 3, 4):

1. A classificação do periódico deve ser única, garantindo o mesmo status de qualificação da produção entre as áreas de avaliação;
2. Utilizar indicadores objetivos e desconsiderar fatores discricionários como pertinência ou relevância do periódico para a área;
3. O modelo não deve limitar o percentual de periódicos por estrato;

¹⁷ <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrinial-2017/DocumentotecnicoQualisPeridicosfinal.pdf>

4. O modelo deve incorporar critérios de qualidade externos, ou seja, independente do uso que as áreas fazem dos periódicos;
5. O modelo deve ser indutor de internacionalização das publicações de artigos e também de indexação de periódicos.

Para atingir esses objetivos foram considerados os seguintes princípios (CAPES, 2023, p.4):

1. Cada periódico só recebe um estrato de qualidade (Classificação única);
2. O estrato é atribuído por uma única área de avaliação, chamada área-mãe;
3. O estrato é obtido a partir de uma referência objetiva (metodologia que considera indicadores objetivos e um modelo matemático);
4. A referência são os indicadores bibliométricos e seus percentis.

Com a nova metodologia de classificação, os estratos também foram alterados conforme apresentado abaixo (quadro 03):

Quadriênio 2013-2016	Quadriênio 2017-2020
A1	A1 A2
A2	A3 A4
B1	B1
B2	B2
B3	B3
B4 B5	B4
C	C

Quadro 03. Mudança dos estratos relacionados pela Capes

Fonte: Capes (2016; 2020)

A alteração dos estratos foi analisada de forma positiva pela equipe responsável pelo Qualis Periódicos ao afirmar que “o novo modelo resultou em manutenção ou melhoria de estratos para 91% dos periódicos, demonstrando que não implicou queda significativa dos estratos” (CAPES, 2016/2020, p. 13). Porém, a impressão que se tem é que as avaliações foram maquiadas e o *status* não mudou, apenas se criou a falsa ideia de que um periódico antes classificado como B1 pudesse se tornar um A4.

A tendência que já vinha sendo observada nas avaliações anteriores se confirmou na última, que passou a contar com uma predominância de aspectos bibliométricos em detrimento

das políticas editoriais como ocorria anteriormente. Vale ressaltar que não foi divulgada a ficha de avaliação utilizada para conferir os estratos de cada periódico em geografia.

Os periódicos foram listados em 50 áreas-mãe para que fossem avaliados pelos grupos de trabalho. A figura 28 apresenta todos os periódicos avaliados na área-mãe geografia por localização e total de periódicos no Brasil e em outros países. No Brasil foram 200 classificados para a geografia. Como existem várias áreas correlatas à geografia, o total de periódicos reduziu consideravelmente se levado em conta o processo anterior. Além disso, o mapa indica a localização física dos periódicos, o que indica uma grande concentração na região Sudeste e Nordeste, além de uma grande dispersão no Norte do país. Analisando as políticas iniciais de estabelecimento de um desenvolvimento geográfico mais igualitário, percebe-se que as políticas realizadas pela Capes não apresentaram o resultado esperado.

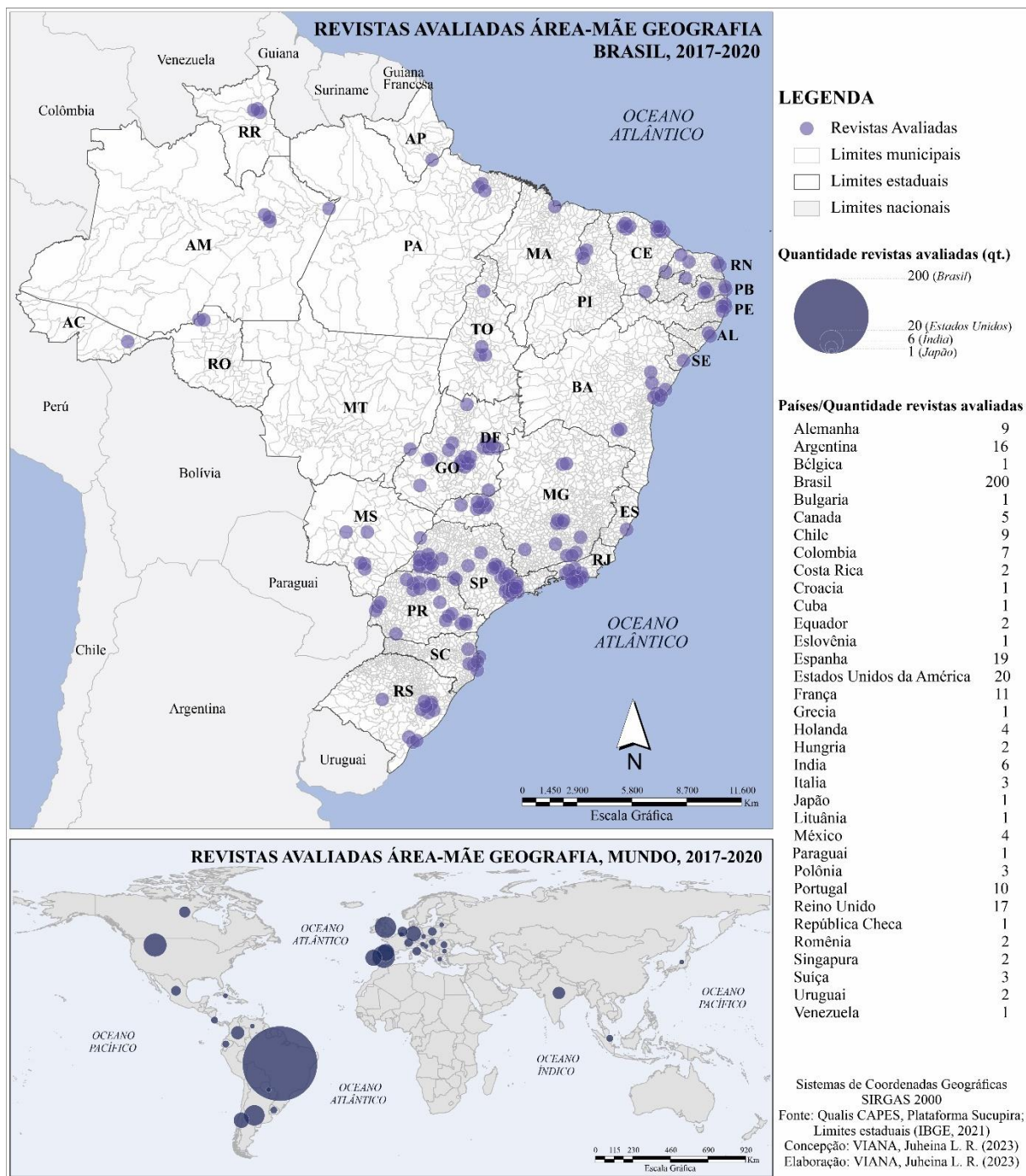


Figura 28. Revistas avaliadas pela área-mãe geografia no quadriênio 2017-2020

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados divulgados pela Capes (2020)

Já a figura 29 apresenta as revistas avaliadas pela área-mãe geografia por estratos, considerando a nova metodologia. Essa classificação reflete uma concentração de periódicos nos estratos mais altos na Região Sudeste e Nordeste, fruto de uma avaliação que considerou 65% de todo o processo vinculado aos indexadores e ao fator de impacto.

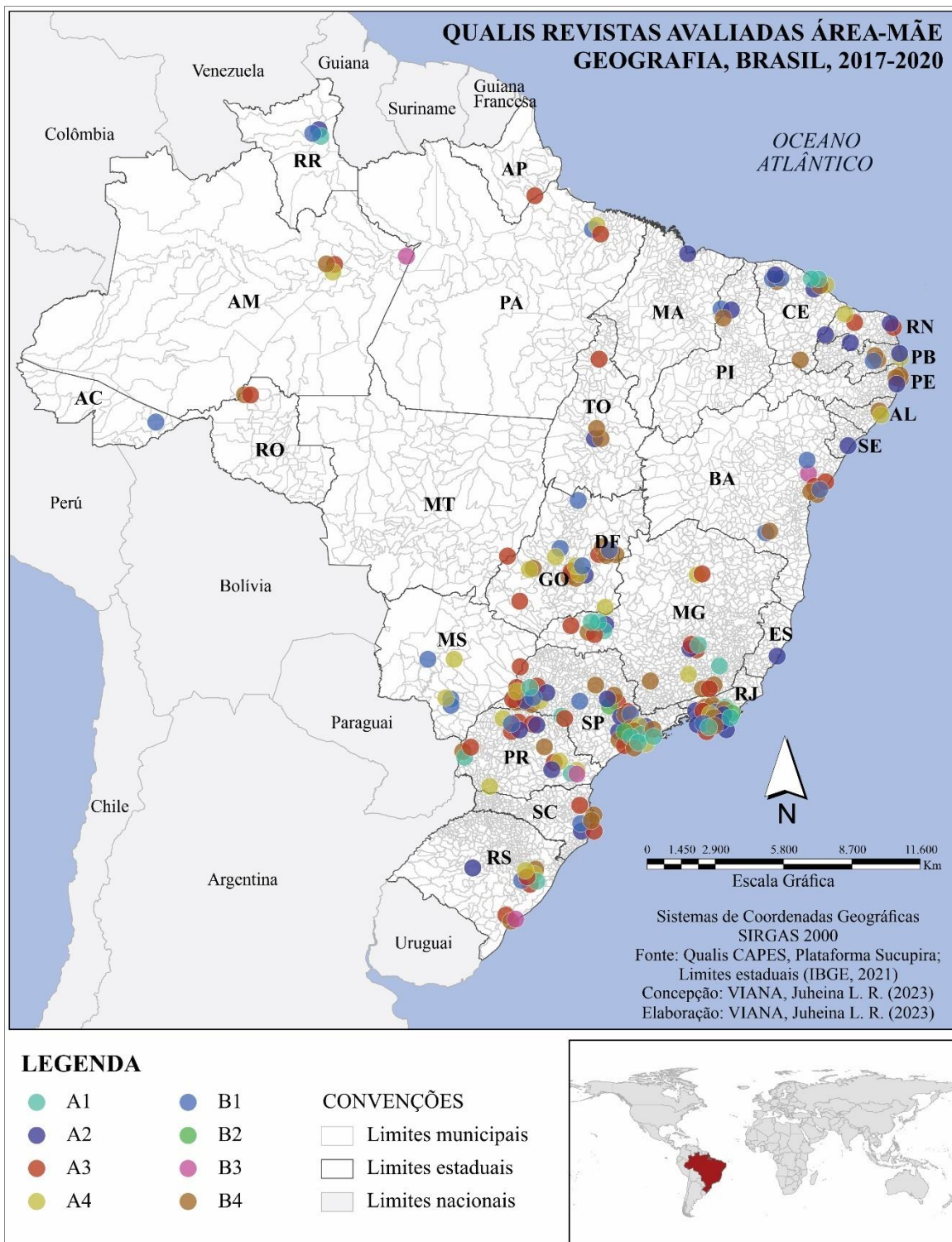


Figura 29. Qualis dos periódicos avaliados pela área-mãe geografia no quadriênio 2017-2020

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados divulgados pela Capes (2020)

Nessa avaliação, e respeitando os estratos propostos, obteve-se o seguinte retrato:

- A1 → 20 periódicos
- A2 → 32 periódicos
- A3 → 39 periódicos
- A4 → 26 periódicos
- B1 → 26 periódicos
- B2 → 3 periódicos
- B3 → 4 periódicos
- B4 → 50 periódicos

Conforme analisado por Alencar (2020), a composição da avaliação expandiu a quantidade de indexadores considerados e continuou aferindo uma alta pontuação para os que foram julgados mais importantes – Scielo, Redalyc e Scopus –, conforme apresentado no quadro 04.

V - INDEXAÇÕES			
ErihPlus	1	Jstor	3
Clase/Periódica	2	Ameli CA	5
Google Metrics	2	DOAJ	5
Diadorim	1	SCIE, SSCI e AHCI/Web of Science	7
Dialnet	3	SCOPUS	7
Latindex	3	RedALyC	9
REDIB	3	Scielo	10
ESCI/Web of Science	4	TOTAL	65

Quadro 04. Peso das indexações da ficha de avaliação do Qualis Capes (2017-2020)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados em Capes (2019).

Quando analisamos o quadro 04 observamos que dos 65 pontos apenas 19 são concentrados nesses dois indexadores, o que nos coloca outros elementos para a discussão, como por que a diferença de pontuação percentual é tão baixa entre esses importantes indexadores e as demais bases de dados? Por que foi conferida demasiada importância aos indexadores? Como proceder diante de empresas que internacionalmente estão controlando o

fator de impacto das publicações, com estratégias extremamente eficientes? Ou seja, alguns desses elementos justificam que periódicos tenham melhor performance nos resultados preliminares divulgados, apesar de apresentarem problemas vista editorial (a exemplo da periodicidade), estão indexadas em diversos diretórios considerados na avaliação, o que aumenta sua pontuação geral. Enquanto isso ocorre, outros periódicos, ativos em importantes indexadores e que apresentam uma gestão editorial mais consistente acabam sendo prejudicados.

Diante das discussões realizadas, faz-se necessário retomar os questionamentos realizados por Arrais (2009, p. 1):

- 1) Aceitar que vivemos em um momento marcado pela produtividade, índices, fator H, o que não significa acreditar que esse momento seja imutável, pois o debate acadêmico e a ação política têm eficácia histórica comprovada.
- 2) Aceitar que devemos nos submeter ao sistema de avaliação dos pares, desde que estes estejam, de igual forma, descobertos do manto protetor do sistema, o que significa que podemos avaliar os avaliadores.

Portanto, como o autor já coloca, apesar dos critérios apresentados e da necessidade de classificação da produção acadêmica, bem como dos periódicos científicos, debates devem ser realizados para que esse importante mecanismo de avaliação seja aprimorado, para que pesquisas de alta qualidade não sejam desvalorizadas diante de critérios que oscilam tanto.

Para uma gestão editorial consolidada é necessário que a avaliação tenha regularidade para construir um processo avaliativo que respeite os aspectos qualitativos e quantitativos, de modo que existam vínculos com os indicadores de qualidade externos, mas que respeitem também as especificidades regionais próprias da área. Um exemplo são os artigos de estudos de caso, muito comuns em geografia e que podem apresentar um baixo volume de citações, dada a sua natureza, mas que não deixam de ser importantes para a área por esse motivo. A avaliação do Qualis Capes Periódicos precisa estar atenta a esses detalhes para promover uma avaliação coerente e que seja divulgada de forma clara e objetiva a toda comunidade científica.

4.3 Relação entre as políticas de avaliação dos periódicos e as políticas de avaliação da pós-graduação

Os periódicos científicos, assim como a pós-graduação, assumem, a partir da década de 1990, um modelo vinculado ao que Waters (2006) denomina de produtivismo acadêmico, em que cientistas e alunos ficam presos ao que os programas de pós-graduação e avaliações exigem.

A pressão sofrida por editores de periódicos científicos e programas de pós-graduação geram sérios impactos externos, pois se veem ligados a uma busca rápida por publicações, fazendo com que a produção científica se torne um negócio obscuro e lucrativo a necessidade de publicações pelos docentes de pós-graduação. Isso porque surgem diversas editoras que garimpam artigos para a publicação em diversos formatos como e-books e periódicos em uma dinâmica do “pagou, publicou”.

No que tange à avaliação dos programas de pós-graduação proposta pela Capes, desde a proposta inicial de avaliação descrita nos relatórios divulgados na memória Capes, é possível perceber que se buscava uma produção científica qualificada em relação aos programas de pós-graduação como critério de distribuição de bolsas de estudo.

Em relação aos programas de pós-graduação em Geografia, no triênio 2010-2012, foram avaliados 51 cursos de mestrado acadêmico e 28 de doutorado nas diferentes regiões do país. Em 2013, a distribuição dos cursos de mestrado ocupou quase todas as Unidades da Federação (UF) brasileiras, exceto Amapá, Acre, Maranhão e Alagoas. Já os cursos de doutorado ficaram concentrados na faixa litorânea estendendo-se do Ceará ao Rio Grande do Sul. Em relação à concentração, a maioria dos programas de mestrado e doutorado em geografia estavam localizadas no Centro-Sul do país, com destaque para São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, conforme pode ser visto na figura 30 (Capes, 2013).

Para esse triênio foram utilizados os seguintes elementos na ficha de avaliação:

Corpo docente → 15%

Corpo discente → 35%

Produção intelectual → 35%

Inserção social → 15%

Os docentes e discentes distribuídos nesses programas representaram, segundo consta no relatório Capes (2013), um resultado compatível ao que se esperava, com excelente potencial de aumento da qualificação e internacionalização. A produção individual representou uma

média de 5,1 artigos em periódicos, 2,6 em livros/coletâneas/capítulos e 6,3 artigos completos em anais de eventos científicos.

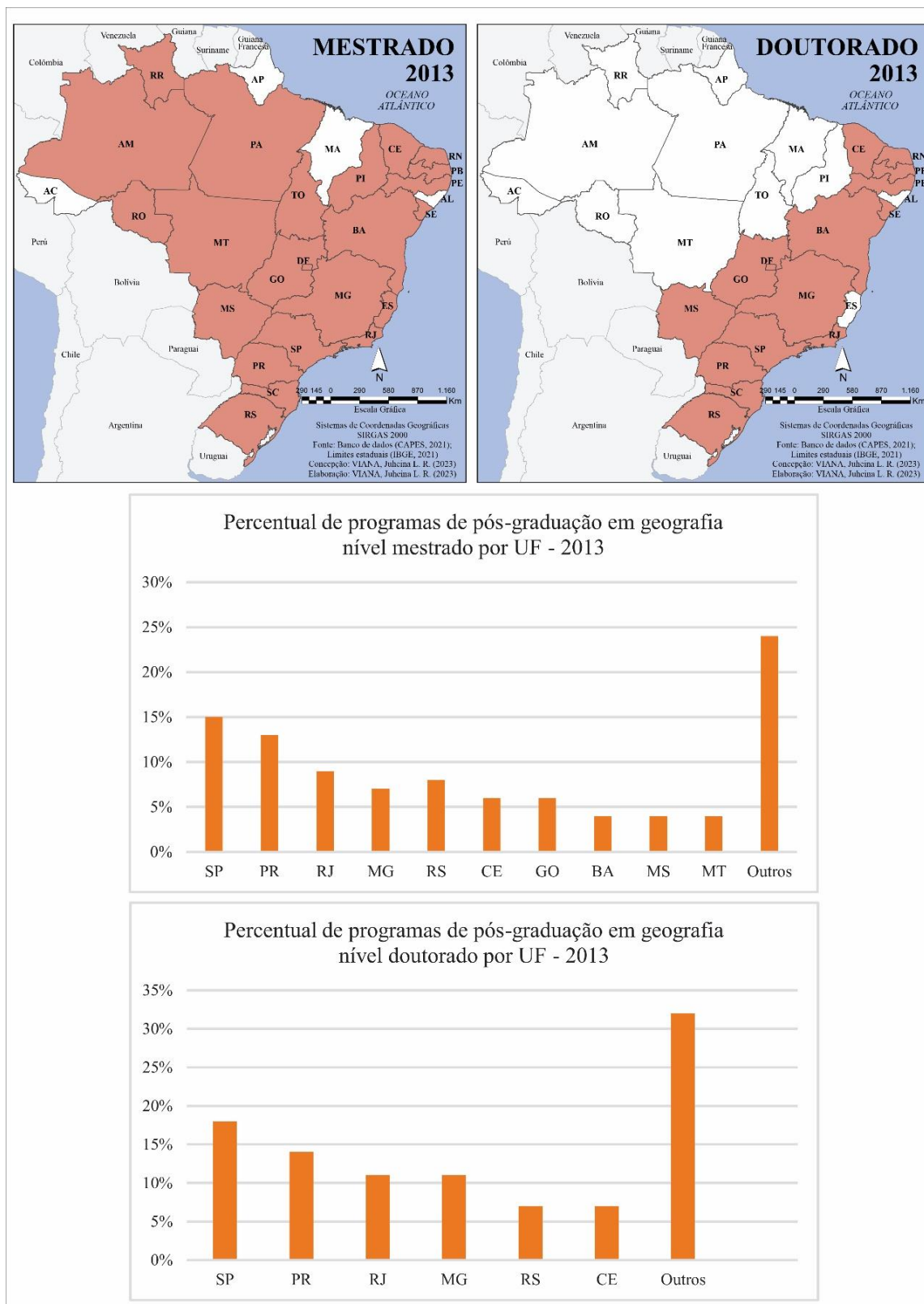


Figura 30. Programas de pós-graduação em geografia avaliados no triênio 2010-2012

Fonte: Capes (2013)

A relação entre a pós-graduação em geografia e os periódicos científicos pode ser vista também por meio da “ficha de consulta aos docentes”, relacionada aos periódicos científicos e sua relevância para cada docente individualmente. A ficha foi disponibilizada a todos os docentes permanentes credenciados aos 53 programas de pós-graduação em geografia avaliados. O total de 729, 465 responderam ao questionário apresentado na figura 31. Nele foram inseridos todos os periódicos avaliados em geografia e quatro perguntas que deveriam ser respondidas: se os docentes o conheciam, em que condição, qual o nível de seletividade e a contribuição científica dele para a pós-graduação, que poderia variar de excelente até variável. Conforme indicado pela Capes no relatório de área, essas respostas subsidiaram a avaliação principalmente entre os estratos B2 e B5, por intermédio dos resultados adquiridos.

ÁREA DE GEOGRAFIA - PERIÓDICOS NACIONAIS		Conhece o Periódico?		Em que condição ? (L) Leitor; (A) Autor; (C) Consultor/Avaliador; (MC) Conselho Editorial; (E) Editor. (Pode-se assinalar várias					Qual o nível de seletividade para publicar no periódico?				Qual é a contribuição científica do periódico para a pós-graduação					
ISSN	Título			SIM	NÃO	L	A	C	MC	E	Alto	Médio	Baixo	Não sei	Excel.	M.B.	Bom	Reg.
2179-6025	Abordagens Geográficas (PUC/Rio)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
2177-4307	Acta Geografica (UFRR/Boa Vista)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
1982-1956	Ateliê Geográfico (UFG/Goiânia)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
2236-3637	Boletim Campineiro de Geografia (AGB/Campinas)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
2176-4786	Boletim de Geografia (UEM/Maringá)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
0101-7888	Boletim Gaúcho de Geografia (AGB/Porto Alegre)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
0101-708X	Boletim Goiano de Geografia (UFG/Goiânia)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
0006-6079	Boletim Paulista de Geografia (AGB/São Paulo)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
2179-2321	Brazilian Geographical Journal (FACIP/UFU/Ituiutaba)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
0103-8427	Caderno de Geografia (PUC/MG/Belo Horizonte)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
1413-4551	Caderno Prudentino de Geografia (AGB/Pres.Prudente)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
2237-7522	Cadernos do Logepa (UFPB/João Pessoa)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
1519-4639	Cadernos Geográficos (UFSC/Florianópolis)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
1678-6343	Caminhos de Geografia (UFU/Uberlândia)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
1413-7461	Ciência Geográfica (AGB/Bauru)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
1958-9212	Confins (Rev. Franco-Brasileira de Geografia) - USP	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

Figura 31. Ficha de consulta aos docentes – Triênio 2010-2012

Fonte: Capes (2013)

No quadriênio 2013-2016 os programas de pós-graduação em geografia consideraram a seguinte estrutura de avaliação da produção intelectual, representando 1 dos quatro itens que integraram a avaliação (figura 32). A relação entre esse item e os periódicos científicos está pautada na centralidade que os docentes possuem em incentivar seus discentes ao exercício da publicação. Além disso, é realizada a análise qualitativa, em que os periódicos com maior Qualis, preferencialmente A1 e A2, sejam os mais buscados para uma publicação. No mais, na avaliação já consta a utilização do índice H como critério de qualidade por intermédio do número de citações que as publicações possuem. A intenção, assim como já ocorria no Qualis Periódicos, é que exista um alinhamento de critérios baseados em modelos matemáticos

bibliométricos capazes de, na concepção da comissão, serem aptos para auxiliarem qualitativamente a avaliação, indicando os periódicos mais ou menos importantes.

4 – Produção Intelectual		
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Na pontuação calculada, cada produto será contabilizado apenas uma vez e no(s) ano(s) de atuação do docente como permanente no programa. A constituição da mesma dar-se-á no tratamento de dois gêneros de produção: (i) Produção autoral e/ou encabeçada por docente permanente do curso ou; (ii) Produção não encabeçada por docente permanente do programa e a envolver outros autores, inclusive discentes. Critérios de qualificação: as frequências de corte serão atribuídas pelo: qualis periódicos (pontuação atribuída a A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) e classificação de livros (pontuação atribuída a L4, L3, L2 e L1). 4.1.A. Quantitativo em relação à dimensão do corpo docente permanente. (MB: 344-826,25; B: 343-200; R: 199-120; F: 119-89; D: < 89);
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Contabilizados produtos na forma de artigos em periódicos e livros avaliados segundo o Qualis Periódicos e a Classificação de Livros. Critérios de qualificação baseados em indicador a expressar peso da produção em veículos estabelecidos no extrato superior dos produtos Livros (L4 e L3) e Periódicos (A1 e A2). 4.2.A. Distribuição das publicações qualificadas nos extratos superiores de periódicos (A1 e A2) (20%). 4.2.B. Distribuição das publicações classificadas nos extratos superiores de livros (L4 e L3) (10%).
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	Consideradas as produções técnicas dos docentes permanentes incluindo documentos elaborados para órgãos e instituições agências internacionais e nacionais (federal, estadual e municipal), com fins públicos, desde que publicadas (impresso ou eletrônico). 4.3.A. Proporção de DP's com produção técnica (5%). (MB: 70% e mais; B: 60%-69%; R: 50%-59%; F: 40%-49%; D: < 40%); 4.3.B. Proporção Pontuação entre os docentes (5%). (Avaliação Qualitativa).
4.4. Produção Qualificada Adicional.	20%	4.4.A. Índice H dos cursos e programas, associado ao conjunto dos índices H dos docentes permanentes e que evidenciam as obras mais citadas (10 anos do início do período de avaliação). (20%). (MB: Ih6-Ih7; B: Ih5-Ih4; R: Ih3-Ih2.; F: Ih1).

Figura 32. Composição da avaliação dos programas de pós-graduação em geografia – quadriênio 2013-2016

Fonte: Capes (2017)

Um dos critérios para que o programa estivesse apto a atingir nota 5 estava ligado aos que tivessem o maior número de indicações como “Muito Bom” na produção de periódicos, livros e capítulos de livros. Esse perfil indica a importância cada vez maior que as publicações periódicas vêm adquirindo nas avaliações dos programas de pós-graduação em geografia.

Por fim, na avaliação da pós-graduação no quadriênio 2017-2020 em geografia foram listados para avaliação 65 programas, dos quais 37 eram de mestrado, 25 de mestrado e 3 de mestrados profissionais (Capes, 2020). Assim como foram implementadas mudanças significativas na avaliação dos periódicos científicos, o processo avaliativo dos programas de

pós-graduação também passou por mudanças representativas com o objetivo de transformar a avaliação quantitativa em uma mais qualitativa e assim responder às críticas que vinham sendo proferidas em relação ao modelo de avaliação da pós-graduação, a exemplo de Barata (2019, p.2):

Ponto importante na reformulação do processo de avaliação é a necessidade de se equilibrarem abordagens quantitativas e qualitativas. Avaliar pressupõe atribuir valor àquilo que se está analisando. Não há como escapar dessa tarefa atribuindo, aos indicadores quantitativos uma posição de neutralidade. Dado o tamanho do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), é inevitável o recurso a indicadores quantitativos, porém são necessárias, além deles, avaliações qualitativas que permitem diferenciar situações que podem gerar indicadores quantitativos semelhantes a partir de condições muito diversas e, portanto, com significados distintos.

A partir dessas e outras críticas, Barata (2019) sugeriu a inserção de três elementos na nova avaliação, capazes de transformar uma tendência totalmente quantitativa em uma avaliação mais qualitativa:

- 1 → Formação
- 2 → Autoavaliação
- 3 → Impacto econômico e social

A nova avaliação incorporou outras produções como opções para que a concentração não fosse exclusivamente relacionada a artigos em periódicos científicos, apesar do reconhecimento de centralidade que esse tipo de publicação possui. Paes (2023) também segue a linha de Barata (2013) ao criticar os modelos exclusivamente quantitativos, tendência que vinha sendo desenhada pela Capes, atribuindo a ele o aumento do produtivismo acadêmico que:

atribuía 70% da nota à produção intelectual, particularmente nos periódicos qualificados (30% a 40% da nota à produção intelectual dos docentes e 30 a 40% à produção dos discentes) – mostrou-se frágil em sua estrutura e necessitava, se não de uma implosão, de novos ares qualitativos, pois desviava de sua função social e científica essencial que é a da formação para priorizar a produção (Paes, 2023, p. 14).

As mudanças na avaliação podem ser percebidas no formulário geral (figura 33) disponibilizado pela Capes (2020) que também é apresentado de forma detalhada ao longo do

documento da área de geografia. Apesar de inserir novos itens na avaliação, a estratificação ainda é um elemento importante, considerando que os docentes e discentes são orientados a buscar publicações em instrumentos com reconhecimento de qualidade, sejam periódicos, livros, ou produção técnica.

Quesitos / Itens	Peso	Peso
1 – PROGRAMA	Acadêmico	Profissional
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa	40%	40%
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	40%	40%
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística	10%	10%
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual	10%	10%
2 – FORMAÇÃO	Acadêmico	Profissional
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa	15%	15%
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos	25%	25%
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida	10%	10%
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	30%	30%
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa	20%	20%
3 – IMPACTO NA SOCIEDADE	Acadêmico	Profissional
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa	45%	45%
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa (ANEXO I)	30%	30%
3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa	25%	25%

Figura 33. Formulário geral de avaliação da pós-graduação em geografia quadriênio 2017-2020

Fonte: Capes (2021)

Por fim, é importante considerar que o item “Impacto na Sociedade” pode trazer, mesmo que de forma tímida, um recuo ao impacto das publicações em função da natureza do programa. Em geografia, a natureza dos trabalhos é muito diversa, com uma concentração muito grande de estudos de caso, que pela sua natureza podem ser prejudicados em avaliações exclusivamente quantitativas.

Esse retrato apresentado demonstra a necessidade de um alinhamento entre a avaliação dos periódicos via Qualis Capes e a avaliação dos programas de pós-graduação, pois a maioria das publicações em periódicos científicos está ligada à produção discente e docente dos programas de pós-graduação em geografia. Nesse sentido, observa-se que, apesar da relação direta entre esses dois instrumentos de avaliação da qualidade científica, ocorre um desalinhamento entre as políticas editoriais e as políticas de avaliação da pós-graduação em geografia. Um exemplo é a alteração para diminuição dos impactos relacionados ao FI na avaliação da pós-graduação em geografia e inserção do impacto na sociedade, ao mesmo tempo em que se verifica que no Qualis Periódicos os aspectos quantitativos estão sendo cada vez mais centrais, uma vez que 65% da avaliação está ligada aos indexadores e FI, desconsiderando completamente o impacto local e regional que as publicações possuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa analisamos os vínculos entre as políticas de avaliação dos periódicos em geografia e as políticas de avaliação da pós-graduação partindo das origens da produção científica no Brasil até a consolidação das universidades e programas de pós-graduação. Constatamos que a dinamicidade da produção científica assume a cada momento histórico mecanismos de adequação que permitiram de forma diferente a comunicação e circulação científica, seja por meio de cartas, livros ou dos periódicos científicos, considerados atualmente como os principais instrumentos de divulgação científica.

Essa centralidade pode ser vista a partir dos dados publicados na Plataforma Sucupira em que, em 2021, das 1.166.211 publicações, 343.042 foram artigos em periódicos científicos. Esse aumento nas publicações está ligado a diferentes fatores como: expansão da pós-graduação, aumento dos investimentos em ciência e tecnologia que permitiram a criação de programas como o OJS, plataformas de dados como o Portal de Periódicos criado em 2000 para centralizar e disponibilizar artigos, teses, dissertações, patentes, trabalhos publicados em eventos, livros, entre outros. O Portal hoje acomoda um dos maiores acervos bibliográficos do mundo com acesso gratuito a pesquisadores, discentes e comunidade geral.

O objetivo inicial da Capes era o de contribuir com a qualidade da pós-graduação brasileira a partir da avaliação e suporte aos programas de pós-graduação, garantindo parâmetros mínimos de qualidade e diminuição das desigualdades regionais. Em meio à expansão de suas atribuições, surgiu a necessidade de avaliar os periódicos científicos garantindo de igual forma parâmetros mínimos de qualidade por meio da estratificação das publicações.

Foram realizadas 7 avaliações do Qualis Capes Periódicos entre 2001 e 2020 de forma trienal ou quadrienal. Ao analisar os documentos disponíveis em geografia, nos deparamos com falta de regularidade entre os critérios que impossibilitam uma gestão editorial eficiente, tendo em vista a falta de recursos humanos e financeiros para adequação aos critérios cada vez mais ligados a modelos matemáticos inseridos.

Algumas das conclusões são:

- O modelo de avaliação da pós-graduação e do Qualis Periódicos em geografia apresenta diversas assimetrias no último triênio de avaliação, uma vez que a avaliação da pós-graduação deixou de utilizar o FI como elemento importante na avaliação, trazendo o impacto para a sociedade para a avaliação, ao passo em que o Qualis Periódicos conferiu 65% da sua avaliação para os indexadores e índices de citações;
- O combate às assimetrias regionais, pensado desde os primeiros boletins publicados a partir da década de 1950 pela Capes não foram corrigidos, ao contrário, basta para isso observar a distribuição de programas de pós-graduação em geografia e dos periódicos;
- As diferenças metodológicas de cada avaliação dos periódicos não contribuiu para a efetivação de uma avaliação realmente capaz de qualificar os periódicos em geografia, pois desconsidera a natureza dos trabalhos publicados ao conferir demasiada importância ao FI e indexações, que na última avaliação representou 65% de todo o processo avaliativo, diminuindo, por exemplo, a importância da regularidade das publicações e especificidades da área, como publicação de estudos de caso em escala local ou regional;
- O atual padrão exigido dos pesquisadores ligados aos programas de pós-graduação provoca uma compressão espaço/temporal cada vez maior, ao mesmo tempo em que os critérios de avaliação se tornam cada vez mais fluidos na tentativa de alinhamento entre a realidade brasileira com outros países;
- Problemas de acesso aos dados, ao contrário do que se prevê nos documentos, nas leis de acesso aos dados e nos relatórios de avaliação (considerando que durante a pesquisa diversos contatos foram realizados em busca dos documentos de área da geografia e formulários de avaliação de todas as avaliações, sem sucesso). Os problemas de acesso são graves, considerando que a última avaliação disponível não teve sequer formulário de avaliação disponibilizado, dificultando ainda mais as políticas editoriais empreendidas pelo desconhecimento do peso e dos critérios objetivos;
- A importância do fator de impacto das publicações e seus vínculos com empresas internacionais especializadas em áreas estratégicas de comunicação pode ser um problema quando comparamos a publicação de países com grau de desenvolvimento distintos;

- Por outro lado, observa-se que a consolidação das áreas-mãe em que o periódico é avaliado em sua área e o Qualis único é um avanço importante no sentido de padronização da avaliação.

Enfim, dentro da lógica defendida por Macedo (2013) e Agápito (2016), ao afirmar que o processo de globalização empreendeu grandes transformações no ensino superior, alterando a natureza das práticas e políticas de ensino por meio da adoção de novos modelos de gestão alinhados à lógica produtiva global, nota-se que a avaliação da produção científica, seja por meio dos programas de pós-graduação ou dos periódicos científicos em geografia, enfrenta grandes desafios, como promover uma avaliação capaz de superar as assimetrias regionais, promovendo um desenvolvimento geográfico mais igualitário, capaz de privilegiar trabalhos com qualidade acadêmica, mesmo aqueles não ligados às dinâmicas globais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Cidade, História e Desafios. Organizadora: Lúcia Lippi Oliveira. A cidade da geografia no Brasil: Percursos, crises, superações. Rio de Janeiro. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295p.

ABNT NBR 6023. *Informação e documentação — Referências — Elaboração, 2002*. Disponível em: <
<https://www.ufpe.br/documents/40070/848544/abntnabr6023.pdf/092b145a-7dce-4b97-8514-364793d8877e>>. Acesso em 15 de agosto de 2023.

AGÁPITO, Ana Paula Ferreira. *Ensino Superior no Brasil: Expansão E Mercantilização Na Contemporaneidade*. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

ARRAIS, Tadeu Alencar. Editorial crítico ou o enigma do Qualis. *Boletim Goiano De Geografia*, v. 28, n. 2, p. 1-4, 2009.

_____. *As águas do qualis*. Youtube, 2022. Disponível em <
<https://www.youtube.com/watch?v=OUxOFxDhoE4>> . Acesso em 16 de nov. de 2023.

ARRAIS, T. A., & Oliveira, I. J. de. (2017). Uma reflexão metodológica sobre a avaliação de periódicos na área de geografia. *Revista da Anpege*, 8(09), 3–14, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6513>

ARENDS, Tulio. Participacion de Venezuela em la literatura científica internacional. *OPS Educación médica e salud*, v.8, n.1, p.24-32, 1974

ANDRADE, Julia Pinheiro. *Cidade cantada: educação e experiência estética*. São Paulo: Unesp, 2010.

ANDRADE, Manuel Correa de. Pierre Monbeig e o Pensamento Geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 72. São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de.: GUIMARÃES, Jorge Almeida. *A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Aulas Régias no Império Colonial Português: o global e o local. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 65-90

ALMEIDA, Maria Geralda de. *Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado – DOI 10.5216/ag.v4i1.16682*. Ateliê Geográfico, 4(1), 36-63, 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda de. OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro. VARGAS, Maria Augusta Mundim. Dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica, p. 1-16.

AMARAL, Lia Queiroz do. O processo de validação do conhecimento científico. *Jornal da USP*. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-processo-de-validacao-do-conhecimento-cientifico/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

AZEVEDO, José Roberto de Nunes de; Barbosa, Túlio. A GEOGRAFIA QUANTITATIVA: ensaios. *Espaço em revista*, v. 13 n.2. p.1-15, 2011.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. *Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira*. Interface (Botucatu). 23:e180635, 2019. <https://doi.org/10.1590/Interface.180635>. Acesso em: 1o jun. 2023.

BRASIL. Lei número 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Legislação, Brasília, DF, dez.1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/em1496.doc>. Acesso em: 24.03.2021.

_____. MEC. INEP. *Censos do ensino superior*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 6 dez. 2019.

BRITO. Gracy Kele Miranda de. *A sociedade contemporânea e a influência capita- lista na educação*. Publicado em 12 de July de 2012. <https://www.webartigos.com/artigos/soci-edade-con-poranea-nea-influencia-capitalista-na-educacao/92366#ixzz5K3EngoNWgoNW>. Acesso em 17/06/2018.

BOAVENTURA, E. M. *Newton Sucupira, a pós-graduação e a universidade*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-09.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. Tradução: Pedro Maia. Editora Zahar, 2014.

BURKE, Peter. *Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. *Estud. av.* São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Dilce Barbara Catani. São Paulo: editora UNESP, 2004.

BURTON, Ian. *The Quantitative Revolution and Theoretical Geography*. *The Canadian Geographer*, VII (4), 1963, pp. 151 – 162.

BUSH, Vannevar. *As We May Think*. *The Atlantic Monthly*, 176.1, 1945.

CAMPOS, F. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: *Ministério da Educação e Saúde Pública*. Organização Universitária Brasileira. Decretos n. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/02/2019.

CAPES. Coordenação De Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Implementação do sistema Qualis*. 1998. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_2_2002.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. *História e missão*. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

_____. *Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008*. Instrução/DAV n. 05/2008, 6 de maio, 2008.

_____. *Documento de área 2007-2009*. Disponível em: <<http://www.qualis.capes.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. *Documento de área 2010-2012*. Disponível em: <<http://www.qualis.capes.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. *Documento de área 2013-2016*. Disponível em: <<http://www.qualis.capes.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. *Documento de área 2017-2020*. Disponível em: <<http://www.qualis.capes.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. *Avaliação Trienal 2004* (triênio 2001 - 2003). Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpg/permanencia/avaliacoes-anteriores/avaliacao-trienal-2004-1/avaliacao-trienal-2004-trienio-2001-2003>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

_____. *Avaliações anteriores*. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpq/permanencia/avaliacoes-anteriores>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. *Portal de periódicos*. CAPES. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

_____. Vista do A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/312/294>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

_____. Vista do A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/312/294>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CASTRO, Regina Célia Figueiredo; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; VIDILI, Ana Lucia. Vista do Periódicos Latino-Americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. *Ciência da Informação*. V. 25, n.3, 1996. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/634/638>>. Acesso em: 01 jan. 2024.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

Cabral, T. L. de O., Silva, F. C. da, Pacheco, A. S. V., & Melo, P. A. de . (2020). A CAPES E SUAS SETE DÉCADAS: trajetória da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. *Revista Brasileira De Pós-Graduação*, 16(36), 1–22.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. Tradução Elcio Fernandes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHRÉTIEN, Claude. *A ciência em ação: mitos e limites*. Tradução Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papirus, 1994.

CHRISPIANO, J. Todo poder à avaliação. *Revista da ADUSP*. São Paulo, n. 36, p. 26-35, jan. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101>. Acesso em 21/02/2020.

COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de psicologia*. *Psicologia em Estudo*, Maringá-PR, v. 13, n.1, Jan/Mar. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/4mgg5KVzLwMsrGrtwqbgymw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Sobre a Geografia Cultural*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino superior no octênio FHC*. Educ. Soc. 2003, v.24, n.82. p. 37-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de dez. 2020

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007

_____. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.

CNPq. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Informações sobre investimentos*. 2019. Disponível em: <<http://cnpq.br/>>. Acesso em: 14 de jun. 2019.

CUNHA, Luis Antônio. (1980), *A Universidade temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

DARDEL, Eric. *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DECRETO-LEI n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. *Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências*: edição estadual, São Paulo, 1934.

_____. n. 8.681, de 15 de janeiro de 1946. *Cria a Universidade Católica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1946.

_____. n. 21321 de 18 de junho de 1946. *Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil*, 1946. Rio de Janeiro, 1946.

DINIZ, Isis. *A pós-graduação no Brasil: evolução e desafios*. Observatório de políticas científicas, 2023. Disponível em: <<https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-pos-graduacao-no-brasil-evolucao-e-desafios/>>. Acesso em: 12 de mai. 2023

DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada. In: *Os desafios da educação no Brasil*. Orgs.: Simon Schwartzman e Colin Brock: tradução de Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESCOBAR, Herton. Ranking coloca revistas científicas brasileiras em “risco de extinção”. *O Estado de São Paulo*, 06 jul. 2009. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,ranking-coloca-revistas-cientificas-brasileiras-em-risco-de-extincao,398294>>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

FÁVERO, Altair Alberto; COSALTÉR, Evandro; TOINETO, Carina. A avaliação da pós-graduação e sua relação com a produção científica: dilemas entre a qualidade e a quantidade. *EccoS Revista Científica*, Universidade 09 de julho, n. 51, 2019.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; MELO, Pedro Antônio de; OTANI, Nilo; RODRIGUES, Thiago Meneghel. *A percepção mercantilista da educação superior brasileira a partir da atividade das instituições privadas*. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30355144.pdf>. Acesso em 07/10/2018.

GALVÃO, M. FAISSOL, S. A revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 4, ano 32, 1970.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUEDES, Maria Helena. *As grandes navegações*. 2016

GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. A produção científica em organização e representação do conhecimento no Brasil: uma análise bibliométrica do GT-2 da ANCIB. In: *Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB*, ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ANCIB, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Líber Livro Editora, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDHAL, Zeny (Orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. (Orgs.). Vidal, Vidais. *O princípio geral da geografia*. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 463p.

HENRY, John. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*: Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; Revisão técnica Henrique Lins de Barros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1998.

JÚNIOR, A. A. et al. *A pós-graduação lato sensu*, a Lei e as normas do MEC. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/A_pos-graduacao_lato_sensu_a_lei_e_as_normas_do_MEC.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

KIDD, Charles V. *Report on a Request for a Grant to Strengthen Graduate Education in the Sciences throughout Brazil*, jul, 15p, 1963.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. *Formação de professores para o próximo milênio: novo locus? São Paulo: Annablume, 2000.*

LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra – Iniciativas Editoriais, Lisboa 1977 – Trad. De: La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre – Maspéro, Paris 1976*

LEITE, Denise. Modelos institucionais, avaliação e isomorfismos. In: Orgs: SEVEGNANI, Palmira, RISTOFF, Dilvo.: *Modelos Institucionais de Educação superior*: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006). 327p.- (Coleção Educação Superior em Debate: v.7)

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo Perspec.* São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de dez. 2021

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cir. Bras.* São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04 - 06, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01028650200200090001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

MACIEL, Lizete. S.B.; SHIGUNOV NETO, Alexandre. *A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino.* Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MASSARANI, Luisa. A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20. Rio de Janeiro: IBICT e UFRJ, 1998. *Dissertação (Mestrado)* - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em C&T e Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MEC. Ministério da Educação. *Projeto Lei de reforma da estrutura administrativa do ensino superior.* Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/projetolei.pdf>>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

MENDONCA, A. W. P. C. A pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira. *Educar em Revista.* Curitiba, PR, Editora UFPR, n. 21, 2003.

MEDEIROS, J. L. *Cartas de Marx e Engels.* Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1881/12/15.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Lula e “reforma universitária”: presença e controle do capital no ensino superior. *Educação & Sociedade*. On-line version ISSN 1678-4626. Educ. Soc. v.29 n.105 Campinas Sept./Dec. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400015>. Acesso em 12/09/2019.

MUELLER, S. P. M.; CARIBÉ, R. de C. do V. Comunicação científica para o público leigo: breve histórico. *Informação e Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p.13-30, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6160/6780>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

NASSI-CALÒ, L. *Avaliação por pares: ruim com ela, pior sem ela*. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/04/17/avaliacao-por-pares-ruim-com-ela-pior-sem-ela/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ROCHA E SILVA, M. Qualis 2011-2013, os três erros. *Jornal Vascular Brasileiro*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jun. 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Mct, 2001. 276 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/757>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCIELO. Publicar ou perecer? O crescimento do autor fracionado... – Publicado originalmente na newsletter *Elsevier* “Research Trends Issue 38”. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2014/10/02/publicar-ou-perecer-o-crescimento-do-autor-fracionado-publicado-originalmente-na-newsletter-elsevier-research-trends-issue-38/>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SASSATELI, Caroline 2019 – Você sabe como surgiu a pós-graduação no Brasil? *Quero Bolsa*, 2019. <https://querobolsa.com.br/revista/voce-sabe-como-surgiu-a-pos-graduacao-no-brasil#:~:text=Com%20essas%20mudan%C3%A7as%2C%20surgiu%20tamb%C3%A9m,abordava%20a%20C3%A1rea%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>> . Acesso em 20 de julho de 2020.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2001

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SILVA, Mauricio Rocha e. *Carta Aberta ao Presidente da Capes: o novo Qualis, que não tem nada a ver com ciência do Brasil*. Pró-Fono R. Atual, Cient. v. 21, n. 4, p. 275-278, 2009.

TOMÁS, José. Pardo. *De los libros de secretos a los manuales de la salud: cuatro siglos de popularización de la ciencia*. Quark, Barcelona, n. 37- 38, sep. 2005 / abr. 2006. Disponível em: <http://quark.prbb.org/37-38/037030.pdf>. Acesso em 12 de dez. 2020

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. 385p.

_____. Escola pública, universal e gratuita. *Revista do Servidor Público*, v. 75, n. 2, p. 66-77. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/235/284>. Acesso em: 18 nov. 2023h.

TEIXEIRA, A. A administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 25, n. 63, p. 03-23, 1956.

TEREZA, M.; PAES, D.; CARLOS DE BARROS CORRÊA, A. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_GEOGRAFIA_ATUALIZADA.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

USP. Universidade Paulista. Pesquisadores alertam para risco de desmonte da ciência no Brasil. *Jornal da USP*, 11/10/2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/pesquisadores-alertam-para-risco-de-desmonte-da-ciencia-no-brasil/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Historiografia e história da ciência*. p. 111-158, 2007.

ZANDONÁ, C. et al. *Produtivismo acadêmico, prazer e sofrimento: um estudo bibliográfico*. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_457.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

WATERS, L. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Links disponíveis na internet:

Indexadores: diretrizes para submissão de periódicos. Universidade do Estado de Minas Gerais. Editora UEMG, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/portal/libraryFiles/downloadPublic/110#:~:text=Indexadores%20s%C3%A3o%20ferramentas%20digitais%20que,e%20os%20seus%20materiais%20publicados.>. Acesso em: 01 dezembro 2023.

Instituto Questão de Ciência Observatório. Disponível em: <https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-pos-graduacao-no-brasil-evolucao-e-desafios/>. Acesso em: 29 set. 2023.

Na busca da sintonia - *Nova política da Capes quer adequar cursos ao mercado.*

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1526:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 05 nov. 2023.

Sistema de pós-graduação colhe informação com nova ferramenta. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20337-sistemade-pos-graduacao-colhe-informacao-com-nova-ferramenta>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/07/pdf_082340925f_0017733.pdf

<http://file:///C:/Users/juhei/Desktop/TEXTOS%20CAP%C3%8DTULO%2004/Diretrizes_para_a_avaliacao_de_periodico-1982.pdf>. Acesso em: 20 agosto de 2023.

<https://revista.uemg.br/index.php/portal/libraryFiles/downloadPublic/6#:~:text=O%20peri%C3%B3dico%20cient%C3%ADfico%20%C3%A9%20o,portanto%2C%20a%20ess%C3%Aancia%20dos%20peri%C3%B3dicos.>>. Acesso em: 13 de janeiro 2023.

https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_3216262f4a_0011204.pdf. Acesso em: 10 dezembro de 2023.